



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Timor-Leste: Políticas públicas
para o desenvolvimento do setor
turístico

Altino Ribeiro

Orientação:

Professora Doutora

Gertrudes Saúde Guerreiro

Mestrado em Políticas Públicas e Projectos

Évora, 2017



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Timor-Leste: Políticas públicas
para o desenvolvimento do setor
turístico

Altino Ribeiro

Orientação:

Professora Doutora

Gertrudes Saúde Guerreiro

Mestrado em Políticas Públicas e Projectos

Évora, 2017

Dedicatória e agradecimentos

Dedico esta obra à Teresa e ao nosso pequeno Rúben, bem como a toda a minha família em especial à minha querida mãe (Emília Pinto) e pai (José Ribeiro) e irmãos Nuno e Jorge. Agradeço desde já o profundo apoio da minha orientadora Prof.^a Dr.^a Gertrudes Guerreiro pela sua paciência, motivação e valiosas sugestões e correções. Aproveito para salientar o importante papel do diretor de curso, Prof. Dr. Adão Carvalho, pelo seu valioso trabalho e organização do curso que me inspirou a prosseguir para a dissertação, tendo para isso contribuído a competência do corpo docente e a riqueza e coesão do grupo de mestrandos que iniciou este caminho em Setembro de 2015. Quero salientar o apoio da minha companheira e de outros timorenses como José Costa, Florbela, Carlos Conceição e João Fernandes, sem os quais este trabalho não faria sentido. Quero conglatular em particular a contribuição dos colegas Abraão Mwaikafana e Carlos Moura pelo companheirismo e contributos para o trabalho. Pela motivação e inspiração agradeço aos amigos Fernando Ferreira, Filipe Paradela e José Abreu. Uma palavra de apreço especial para a Dr.^a Margarida Godinho e Dr. Victor Tavares por toda a ajuda prestada. Finalmente agradeço o apoio do grande viajante e investigador científico Dr. Manuel Coelho.

Resumo

Esta dissertação visa analisar o turismo e as políticas públicas de turismo enquanto fatores de desenvolvimento da jovem nação timorense. Seguindo uma metodologia de estudo de caso, pretende-se compreender de que modo as políticas públicas estão a estruturar o desenvolvimento sustentável do turismo deste país asiático, tomando o turismo como fator central, no contexto do potencial natural e cultural deste país. A análise terá por base a recolha de testemunhos de autoridades timorenses, empresários em atividade, potenciais investidores e outros especialistas em turismo, bem como um estudo dos instrumentos de políticas públicas de turismo vigentes em Timor Leste. O presente estudo debruça-se essencialmente sobre a atividade turística e de lazer no espaço litoral de Timor-Leste e na capacidade de atração balnear deste território, avaliando as suas infraestruturas, equipamentos e acessibilidade. Será analisada também a política pública planeada pelos governantes da República de Timor-Leste no quadro das atividades turísticas e de lazer, bem como todos os outros fatores interligados para potencializar o litoral no contexto do turismo costeiro.

Palavras-chave: Timor-Leste, Políticas públicas, Turismo sustentável, Desenvolvimento, Costa timorense.

Abstract

This master dissertation is about the tourism potential and the development of tourism related policies in the young nation of East Timor. Following a methodology of case study, it is intended to understand how public policy is structuring the sustainable development of this Asian country, taking tourism as a key factor, in the context of the natural and cultural potential of this country. The analysis will be based on interviews and the collection of data from East Timorese authorities, business leaders, potential investors and other tourism experts, as well as a study of the public policy instruments on tourism in East Timor.

The present study will focus on the essentially of tourism and leisure activities in the coast of Timor-Leste and the potential of beach attraction in this territory, evaluating its infrastructures, equipment and accessibility. It will also analyze the public policy planned by the government of the Republic of Timor-Leste within the framework of tourism and leisure activities, as well as all other inter-connected factors to enhance the coastline in the context of beach tourism.

Keywords: East Timor, Public Policy, Sustainable Tourism, Development, Timorese Coast

Rezumu (tétum-prasa)

Disertasaun mestrado ida nee peskiza kona ba potencial no dezvoltamentu turizmu nian hanesan politicas iha nasaun joven Timor-Lorosae. Metodolojia uza iha peskiza ida nee mak hanesan estudo kazu, ho nia objetivu atu buka hatene oin sa politicas publicas nia estrutura dezvoltamentu iha pais Asia ida nee, konsidera turismo hanesan fator chave, iha kontestu potencial natural no cultural nasaun nian. Analiza sei realiza basea ba entrevista no foti dados husi autoridades Timor nian, lideres komersiu sira, potenciais investidores no especialistas seluk iha turismo, sai hanesan mos estudo instrumentus ba vigor politica publica turismo nian iha Timor-Leste. Estudo ida nee esencialmente kona-ba atividade turistica ho lazer no espaso litoral Timor-Leste nian no mos capacidade iha atraksaun tasi iha teritorio nee, avalia husi nia infraestruturas, equipamentos no acessibilidade . Se analisa mos política pública nebe planeado husi governo Timor-Leste nian iha quadro ba atividades turísticas no lazer, hanesan mos fatores seluk nebee interligados ba potencializar tasi nian iha contexto turismo costeiro.

Liafuan-xave: Timór Lorosa'e, Políticas Públicas, Turizmu Sustentável
Dezenvolvimentu, Tasi ibun Timor nian

Índice geral

Dedicatória e agradecimentos.....	2
Resumo.....	3
Abstract.....	4
Rezumu (tétum-prasa).....	5
Índice de figuras	9
Lista de siglas/acrónimos	11
1. Introdução.....	12
2. Enquadramento teórico.....	18
2.1. O conceito de turismo	18
2.2. O espaço turístico.....	22
2.3. Turismo balnear costeiro	25
2.4. Fatores de atração turística	26
2.5. Desenvolvimento e sustentabilidade	28
2.6. Papel das políticas públicas na atividade turística	32
3. Metodologia.....	38
3.1. Investigação científica.....	38
3.2. Obtenção de informação primária.....	40
3.3. Obtenção de informação secundária	45
3.4. Constrangimentos verificados durante a pesquisa	46
4. Caracterização do país.....	47
4.1. Características físicas e climáticas.....	47
4.2. Etnografia.....	48
4.3. A demografia	49
4.4. Cuidados de saúde	51
4.5. Ensino.....	52
4.6. Economia timorense	55
4.7. Serviços	60
4.7.1. Telecomunicações.....	60

4.7.2.	Energia	61
4.7.3.	Banca	62
4.8.	Organização política e administrativa	63
4.8.1.	Funcionamento administrativo.....	63
4.8.2.	Organização do poder	64
4.9.	Mobilidade	66
4.9.1.	Transportes rodoviários	66
4.9.2.	Transportes marítimos.....	67
4.9.3.	Transportes aéreos	68
5.	Turismo em Timor-Leste	70
5.1.	Recursos turísticos.....	70
5.2.	Principais recursos turísticos em Timor-Leste.....	71
5.2.1.	Recursos turísticos no distrito de Díli	74
5.2.2.	Recursos turísticos no distrito de Manatuto	76
5.2.3.	Recursos turísticos no distrito de Baucau	76
5.2.4.	Recursos turísticos no distrito de Lautém.....	77
5.2.5.	Recursos turísticos no distrito de Oecussi	78
5.2.6.	Recursos turísticos no distrito de Bobonaro.....	78
5.2.7.	Recursos turísticos no distrito de Liquiçá	79
5.3.	Fluxos de turistas.....	80
5.4.	Diferenciação do produto turístico	84
5.5.	Contexto internacional e competitividade	88
5.6.	Promoção do destino turístico	91
5.7.	Sustentabilidade ambiental.....	94
5.8.	Instrumentos de planeamento e proteção ambiental.....	97
5.9.	Recursos humanos	101
5.10.	Estratégias para o turismo	102
6.	Análise de resultados.....	107
6.1.	Perfil e motivações do visitante	107
6.2.	Avaliação do visitante	111
7.	Conclusão.....	115

7.1. Considerações finais	115
7.2. Sugestões / Perspetivas de futuro	118
Bibliografia	120
Documentos institucionais, legislação e webgrafia.....	125
Anexos	128
Anexo 1 - Lista de entrevistados	129
Anexo 2 - Protocolos ambientais ratificados.....	130
Anexo 3 - Instrumentos de planeamento/proteção ambiental nacionais.....	131
Anexo 4 - Ligações áeras regulares ao território.....	132
Anexo 5 - Rede rodoviária principal	133
Anexo 6 - Exemplo de um moderno aproveitamento multimodal	134
Anexo 7 - Lista dos bancos a operar em território timorense	135
Anexo 8 - Roteiro de entrevista à Embaixada	136
Anexo 9 - Roteiro de entrevistas a empresários do setor	139
Anexo 10 - Roteiro de Entrevista ao antigo Presidente da República.....	141
Anexo 11 - Roteiro de Entrevista ao Ministro do Desenvolvimento.....	144
Anexo 12 - Guião de entrevistas ONG/particulares	147
Anexo 13 - Questionário aos visitantes.....	149

Índice de figuras

Figura 1 - Localização geográfica do território em estudo.....	14
Figura 2 - Evolução dos fluxos turísticos por zona do globo.....	19
Figura 3 - Modelo de análise da vocação turística.....	21
Figura 4 - Número de viagens por região turística em 2016.....	23
Figura 5 - Principais fatores de motivação turística.....	27
Figura 6 - Modelo das 3 Esferas da Sustentabilidade ou <i>Triple Bottom Line Approach</i>	30
Figura 7 - Níveis de atuação da políticas públicas no turismo.....	33
Figura 8 - Principais intervenientes no funcionamento do setor turístico.....	34
Figura 9 - Modelo interativo do funcionamento das políticas públicas.....	36
Figura 10 - Etapas do processo científico.....	39
Figura 11 - Funcionamento do sistema turístico.....	42
Figura 12 - Variação anual da precipitação e temperatura média em Díli.....	47
Figura 13 - Evolução demográfica de Timor-Leste.....	49
Figura 14 - Pirâmide etária.....	50
Figura 15 - Disponibilidade de profissionais de saúde em 2014.....	51
Figura 16 - Número de estabelecimentos de ensino em 2014.....	53
Figura 17 - População em idade escolar matriculada por nível de ensino.....	54
Figura 18 - Origem e tipo de importações timorenses em 2014.....	57
Figura 19 - Evolução do PIB de Timor-Leste.....	58
Figura 20 - Evolução do PIB <i>per capita</i> em Timor-Leste.....	59
Figura 21 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano.....	59
Figura 22 - Evolução das subscrições de serviços de telecomunicações.....	61
Figura 23 - Mapa da divisão administrativa de Timor-Leste.....	63
Figura 24 - Constituição da Assembleia Nacional por género.....	65
Figura 25 - Principais rotas de acesso aéreo a Timor-Leste.....	69
Figura 26 - Principais Infraestruturas e pontos de interesse turístico.....	72
Figura 27 - Locais tradicionais de mergulho.....	73
Figura 28 - Avenida Marginal da Areia Branca.....	75
Figura 29 - Zonas importantes de observação de aves.....	77
Figura 30 - Distribuição da entrada de passageiros em 2012.....	80
Figura 31 - Evolução da entrada por via aérea de passageiros (por nacionalidade).....	81
Figura 32 - Variação mensal do volume de entradas via aérea.....	82
Figura 33 - Evolução do número de entradas de estrangeiros por nacionalidade.....	82
Figura 34 - Evolução da emissão de vistos turísticos e chegadas ao território.....	83
Figura 35 - Evolução da disponibilidade de alojamento em hotéis de referência.....	83
Figura 36 - Ciclo de vida de um produto turístico.....	86

Figura 37 - Comparação de preços entre unidades hoteleiras timorenses e balinesas	88
Figura 38 – Comparação de captações turísticas com zonas vizinhas	89
Figura 39 - Hierarquização das marcas de destino	93
Figura 40 - Macrosegmentação turística	96
Figura 41 - Zona de limitação à construção do Parque Nacional <i>Konis Santana</i>	100
Figura 42 - Análise SWOT	104
Figura 43 - Representação da gestão sustentável de um destino turístico	105
Figura 44 - Grau académico dos inquiridos	108
Figura 45 - Situação profissional dos inquiridos.....	109
Figura 46 – Distribuição dos inquiridos por escalões de rendimento.....	109
Figura 47 – Caracterização dos inquiridos segundo o tipo de visitante (solitário/grupo)....	110
Figura 48 – Distribuição segundo o número de visitas anteriores ao território	110
Figura 49 - Quadro síntese do <i>feedback</i> dos visitantes	113

Lista de siglas/acrónimos

ADB - *Asian Development Bank* (Banco de Desenvolvimento Asiático)
ANATL - Administração Navegação Aérea
ASEAN - *Association of Southeast Asian Nations* (Associação de Nações do Sudeste Asiático)
ATTIL - Autoridade de Turismo de Timor-Leste
APORTIL - Administração dos Portos de Timor-Leste
BCTL - Banco Central de Timor-Leste
BNU - Banco Nacional Ultramarino
CIA - *Central Intelligence Agency* (Agência de Inteligência Civil do Governo dos Estados Unidos)
CID - *Coffey International Development*
CNRT - Congresso Nacional de Reconstrução de Timor
CPLP – Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa
CTI-CFF - *Coral Triangle Initiative on Coral Reefs, Fisheries, and Food Security*
DMO - *Destination Marketing Organization* ou *CVBx (Convention & Visitors Bureaux)*
DNT - Direção Nacional do Turismo
EDTL - Eletricidade de Timor-Leste
ESCAP - *Economic and Social Commission for Asia and the Pacific*
FMI - Fundo Monetário Internacional
FRETILIN - Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INETL - Instituto Nacional de Estatística de Timor-Leste
IRI - *International Republican Institute*
IPAN - *International Petroleum Associates Norway*
JPDA - *Joint Petroleum Development Area* (Tratado do Mar de Timor entre o Governo de Timor-Leste e o Governo da Austrália)
MTC - Ministério dos Transportes e Comunicações
NAPA - *National Adaptation Programme Of Action (On Climate Change)* Programa de Ação Nacional de Adaptação (às Alterações Climáticas)
OGDT - Organizações de Gestão de Destinos Turísticos
OIG - Organizações Intergovernamentais
OMT - Organização Mundial de Turismo ou *UNWTO (United Nations World Tourism Organization)*
ONG - Organizações Não Governamentais ou *NGO (Non-Governmental Organizations)*
ONU - Organização das Nações Unidas ou *UN - United Nations*
PASTA - *Plan of Action for Sustainable Tourism Development in the Asian and Pacific Region*
PED - TL - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Governo de Timor-Leste, 2011-2030
PEMSEA - *Partnerships in Environmental Management for the Seas of East Asia*
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNTL - Polícia Nacional de Timor-Leste ou *UNDP - United Nations Development Program*
PVIGC - Programa do VI Governo Constitucional
PIB - Produto Interno Bruto
RDTL - Radio e Televisão de Timor-Leste
SWOT (*analysis/matrix*) - *Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats* (análise) FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças)
UNAMET - *United Nations Mission in East Timor* (Missão das Nações Unidas em Timor-Leste)
UNEP - *United Nations Environment Program* (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente)
UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
WCTE - *World Committee for Tourism Ethics* (Comitê Mundial de Ética do Turismo)
WTTC - *World Travel & Tourism Council* (Conselho Mundial de Viagens e Turismo)
WWF - *World Wildlife Fund* (Fundo Mundial para a Natureza)
IY2017 - *2017 International Year of Sustainable Tourism for Development* (Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento)

1.Introdução

A presente dissertação sobre as políticas públicas aplicadas ao turismo de Timor-Leste é o culminar do percurso no mestrado em Políticas Públicas e Projectos na Universidade de Évora. A realização deste trabalho científico surge após a conclusão da exigente fase curricular e nasce da conjugação de motivações pessoais várias, existindo principalmente a vontade de juntar duas temáticas do interesse do autor: o setor do turismo e as políticas públicas. Pesaram também aspetos afetivos relativos ao povo timorense e também ligações familiares. Como geógrafo de formação é importante para o autor compreender o fenómeno turístico e o impacto das políticas públicas no espaço geográfico, na sociedade, e especialmente os impactos sobre a natureza.

Os investimentos turísticos em curso previstos em Timor-Leste, bem como os novos desafios ao desenvolvimento desta jovem nação insular levantam algumas questões, como por exemplo de que forma o turismo pode atuar como fator potenciador do desenvolvimento neste país. Pretendemos com este estudo perceber que políticas públicas estão presentemente a ser implementadas e como é que estas políticas perspetivam um desenvolvimento sustentável. Gostaríamos de saber também quais serão as motivações e aspirações nacionais/regionais em relação a estes processos decisórios.

As zonas costeiras como atração turística merecem um especial interesse desde a década de cinquenta do séc. XX, apresentando várias regiões balneares da Europa um elevado turismo desde os anos vinte do século passado. As praias atraem anualmente centenas de milhões de veraneantes por várias razões, nomeadamente pela oportunidade de usufruto das águas, da praia e do sol, ou da prática de algum desporto. As praias tornaram-se um espaço, por excelência, de promoção da aproximação social, de convivência entre diferentes grupos etários, sociais, étnicos, bem como de diferentes regiões e nacionalidades, envolvidos no prazer da aventura e da recreação.

Hoje em dia o subsetor do turismo costeiro emerge como o mais significativo constituindo uma forma atrativa de fruição diversificada, dinâmica, de grande peso económico e que apresenta uma gama de atividades que potenciam uma crescente instalação de infraestruturas e de equipamentos (Wesley & Pforr, 2010). Genericamente, o turismo é considerado como um dos fatores que contribuem tanto para o progresso económico como para o desenvolvimento social (Ong & Smith, 2014).

A experiência turística satisfatória é um dos fatores críticos de sucesso com maior impacto na competitividade dos destinos turísticos, sendo o papel dos atores que intervêm no processo de planeamento e desenvolvimento destas experiências determinante para o sucesso dos destinos turísticos (Guerreiro *et al.*, 2008). Entre os principais atores, situam-se as empresas do setor privado, nomeadamente operadores turísticos, hotéis e restaurantes, que desempenham um conjunto de importantes funções na preparação de produtos e serviços, no desenvolvimento do marketing e no próprio investimento nos destinos turísticos (Lacy & Douglas, 2002). Em Timor-Leste este setor de atividade é já considerado como um possível fator de desenvolvimento da economia do país, para criar empregos e combater a pobreza, mas essas intenções não se traduziram ainda em melhorias significativas, principalmente na imagem do país como um destino turístico, e nos investimentos estrangeiros (Cabasset-Semedo, 2009), sendo nossa intenção perceber se as políticas públicas mais recentes estão a pavimentar esse caminho.

Possíveis impactos negativos estão associados, fundamentalmente, a danos ambientais, e problemas para as comunidades locais que se podem ver privadas dos recursos costeiros locais (Ong & Smith, 2014), acontecendo que estas desvantagens têm sido observadas no que diz respeito ao desenvolvimento de turismo costeiro em países considerados menos avançados. O turismo, tal como outros setores, não se desenvolve por si, necessita de enquadramento, de mobilização e de responsabilização de todos os agentes públicos e privados, impondo-se a coexistência de organismos que o qualifiquem e o promovam (Oliveira & Silva, 2008). As iniciativas dos agentes públicos e privados, quer individualmente, quer em parcerias, são um elemento-chave para o desenvolvimento de um turismo sustentável (Wood, 2002). Por outro lado, em muitos destinos atuais tem-se verificado uma fragilidade das instituições locais, com competências inadequadas em termos de planeamento, provocando simultaneamente um problema de insustentabilidade da zona costeira (Ong & Smith, 2014).

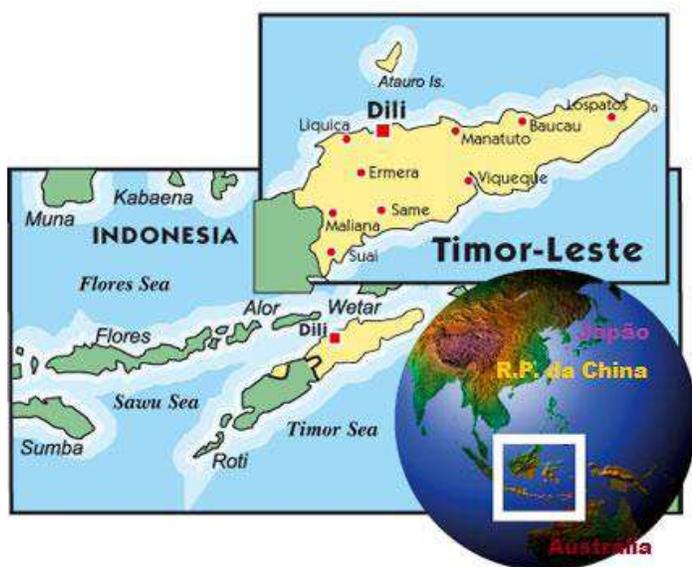
Neste caso de estudo, em *Timor Loro Sae*¹, um país ainda recente, o turismo surge como um setor considerado fulcral para o desenvolvimento socioeconómico do país, dadas as suas características e localização privilegiadas.

¹ Loro Sae (e não "Lorosae", pois são duas palavras distintas) significa em tétum Sol Nascente. Foi a denominação que as várias correntes intertimorenses acordaram para o nome oficial do seu país livre da ocupação indonésia. Até aqui, a denominação era Timor Leste, herança dos tempos da administração portuguesa, em contraponto com o nome da outra metade da ilha, Timor Ocidental, território indonésio.

A prática turística contemporânea usa os múltiplos recursos do nosso planeta, ocorrendo tanto na esfera do património natural e paisagístico, como, e de forma acrescida, na esfera do património cultural e histórico, tratando-se de um fenómeno que não se limita apenas aos países mais desenvolvidos.

A prática turística penetra agora também em países sem muita experiência neste campo, como é o caso de um país como o de Timor-Leste, com um pequeno território situado entre a Indonésia e Austrália, dois países muito extensos e muito diferentes entre si quer em termos socioeconómicos quer em termos culturais. Timor tem muito a aprender com os casos de sucesso turístico tanto do seu vizinho australiano como do vizinho indonésio.

Figura 1 - Localização geográfica do território em estudo



Fonte: Adaptado de www.geoatlas.com, consultado em 04/11/2016

Este singular país de língua oficial portuguesa, mas cuja maioria de população comunica em tétum², fica situado nos limites da Ásia com a Oceânia. Tem proximidade, como se pode verificar nos mapas da figura 1, a grandes mercados como a China, Japão

² É uma língua austronésia como a maioria das línguas autóctones da ilha. A sua primeira fórmula, o *Tetun-Terik*, já se havia estabelecido como língua franca antes da chegada dos portugueses, aparentemente em consequência da necessidade de um instrumento de comunicação comum para as trocas comerciais. Com a chegada dos portugueses à ilha, o tétum apodera-se de vocábulos portugueses e integra-os no seu léxico, tornando-se uma língua crioula e simplificada, nascendo o *Tetun-Prasa*.

e Austrália, países emissores de milhões de turistas anuais. O presente estudo procura analisar a importância do turismo balnear enquanto eixo central do desenvolvimento da nação timorense, as políticas públicas existentes nesta área, bem como as perspectivas dos intervenientes nestes processos.

Existe, ao mesmo tempo, apesar de evidente grande distância física, uma grande afinidade com a Europa, nomeadamente com Portugal, partilhando com esta a Língua Portuguesa, língua oficial de Timor-leste. Espera-se que este trabalho de investigação contribua para o debate sobre os temas abordados e para a reflexão sobre as políticas públicas de turismo e de desenvolvimento sustentável, quer em termos académicos, quer em termos dos processos de decisão política, ou ainda para a implementação de projetos turísticos futuros neste país em vias de desenvolvimento. No âmbito deste estudo, formularam-se duas grandes questões de investigação: *Que políticas públicas existem no âmbito do turismo na República de Timor-Leste e de que modo facilitam um desenvolvimento sustentável, nomeadamente no litoral?*

Para dar resposta estabelecem-se os seguintes objetivos:

- Analisar de que modo o setor turístico pode contribuir para as metas do desenvolvimento sustentável em Timor-Leste.
- Conhecer as principais ações propostas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste, elaborado em 2011 pela Presidência do Conselho de Ministros, e como estas intervêm em várias dimensões da sociedade.
- Entender as intervenções do setor público e do setor privado na implementação e no desenvolvimento de políticas públicas de turismo no território timorense.
- Relacionar o Plano Estratégico de Desenvolvimento deste país com outros instrumentos de políticas públicas e analisar de que forma estes documentos integram as recomendações internacionais sobre o turismo no contexto de áreas protegidas.
- Comparar os diferentes pontos de vista dos vários intervenientes no processo de desenvolvimento em curso.
- Contribuir para a reflexão sobre o desenvolvimento das Políticas Públicas.

Com este estudo científico pretende-se entender melhor a integração das políticas públicas de turismo no contexto particular do turismo costeiro, procurando fomentar o debate, na esperança que esta análise possa fornecer algumas pistas ou linhas de intervenção úteis para os atores envolvidos, desde os investidores às autoridades políticas centrais e locais. Esperamos que o presente estudo possa trazer alguns contributos para uma discussão crítica sobre o desenvolvimento do turismo sustentável, contribuindo para colmatar a escassez de estudos sobre Timor-Leste e que possa eventualmente servir de referência para pesquisas futuras sobre estes temas. Seria extremamente satisfatório que algumas destas reflexões pudessem contribuir para o próprio processo de gestão, planeamento e desenvolvimento do turismo no contexto da República de Timor-Leste, em particular no sentido da melhoria das condições de vida das populações e do desenvolvimento sustentável do amável e corajoso povo *maubere*³.

Este trabalho está estruturado em duas grandes partes, sendo a primeira de carácter mais teórico, baseada na recolha e análise bibliográfica e uma segunda parte mais prática, alicerçada em trabalho de campo, nomeadamente com o recurso a entrevistas a vários tipos de agentes e inquéritos feitos a turistas assim como o respetivo trabalho de análise e a apresentação de conclusões.

Depois dos resumos em português, inglês e tétum (pelo interesse que este trabalho tem para os timorenses), surge como primeiro capítulo a introdução onde é definido o problema em análise e são introduzidas as principais motivações e objetivos desta dissertação. Seguidamente, no segundo capítulo, são apresentadas as principais linhas de pensamento sobre os conceitos e temas em estudo, enquadrando-os sempre que possível no contexto dos países em desenvolvimento, ou do turismo litoral e sustentável, onde abordamos algumas noções e características gerais do fenómeno turístico, a importância e o seu potencial efeito multiplicador no desenvolvimento, em particular em países em vias de desenvolvimento, analisando impactos positivos e negativos. Damos destaque ao conceito de sustentabilidade, conceito multidisciplinar e multidimensional, na sua relação com o turismo, e procuramos identificar de que modo o turismo pode ser um vetor deste novo paradigma de desenvolvimento. Quisemos analisar

³ Palavra com origem no dialeto mombar, da parte ocidental de Timor-Leste, onde se usava como nome próprio no tempo colonial português. Provinham dessa zona muitos dos empregados domésticos dos militares e das famílias mais abastadas, chamados indistintamente mauberes. Esse termo apesar de pouco elogioso vingou e atualmente é pacificamente aceite pela maioria dos timorenses como termo referente ao povo de Timor-Leste.

a importância das políticas públicas para o turismo, os seus níveis de operacionalização e instrumentos aplicáveis, tendo em conta problemas particulares relacionados no contexto dos países em vias de desenvolvimento.

Depois do enquadramento teórico passamos ao estudo empírico realizado no contexto do desenvolvimento turístico de Timor-Leste, explicando-se no capítulo três as metodologias e técnicas de investigação científica utilizadas na execução deste trabalho. O capítulo quatro é dedicado à caracterização geral de Timor-Leste em termos geográficos, económicos, demográficos, educativos, e a nível da oferta de cuidados de saúde e serviços imprescindíveis para o desenvolvimento do turismo como as telecomunicações, energia e bancos. O quinto capítulo destaca os principais recursos turísticos disponíveis no país nomeadamente os que podem facilitar o desenvolvimento do subsector do turismo balnear, sendo feita uma análise da evolução dos fluxos turísticos, contextualizando-a em termos de concorrência internacional e de diferenciação do produto turístico. Neste capítulo do trabalho abordamos também a questão da sustentabilidade ambiental, relacionando-a com os instrumentos de planeamento timorenses, tendo sido nossa preocupação também a situação dos recursos humanos. Apontamos ainda, nesta fase, estratégias para uma otimização do aproveitamento dos recursos turísticos deste país. No capítulo seis é feita uma análise crítica da informação estatística (quantitativa e qualitativa) obtida no terreno, através de entrevistas mas focando sobretudo os dados primários obtidos a partir de inquéritos feitos aos turistas. O último capítulo (sete) é dedicado às lições que tiramos de todo este processo, deixando pistas para o futuro do turismo em Timor-Leste.

2. Enquadramento teórico

2.1. O conceito de turismo

Durante as últimas décadas do séc. XX o turismo experimentou um grande desenvolvimento e crescimento, tornando-se um fenómeno social, um fator de desenvolvimento económico, por promover a formação de produtos e valor acrescentado (Cavaco, 1999), verificando-se que atualmente essas tendências se mantêm e fortalecem. O facto de o turismo ser um fenómeno transversal, com uma ampla gama de dimensões, tem produzido inúmeras tentativas de o definir, nem sempre consensuais, procuraremos conseguir, neste capítulo, reunir todo um conjunto de definições que possibilitem um alargamento de perspetivas que nos possam ser úteis na abordagem que faremos na segunda parte desta dissertação.

O conceito de turismo tem a sua génese nas viagens associadas ao chamado *Grand Tour*, de grandes circuitos e percursos, expressão institucionalizada na Inglaterra dos séculos XVIII-XIX, à procura das paisagens mediterrânicas ou do sul da Europa. O objetivo subjacente a este tipo de turismo primordial era, essencialmente, de natureza educacional, cultural e intelectual, um processo de formação informal para os jovens da elite europeia. «*Tendo como berço uma elite extremamente reduzida, o turismo vai crescer intimamente associado ao despontar da civilização industrial ocidental*» (Moreira, 1994:17) e surge em contextos específicos, de alterações importantes à época, tais como a generalização do direito a férias, o aumento dos rendimentos, o aumento do tempo de lazer, o desenvolvimento de condições de transporte e acessibilidade e a necessidade de descanso sazonal, evitando a agitação causada pelo movimento agitado da vida de metrópoles urbanas (Silvano, 2006).

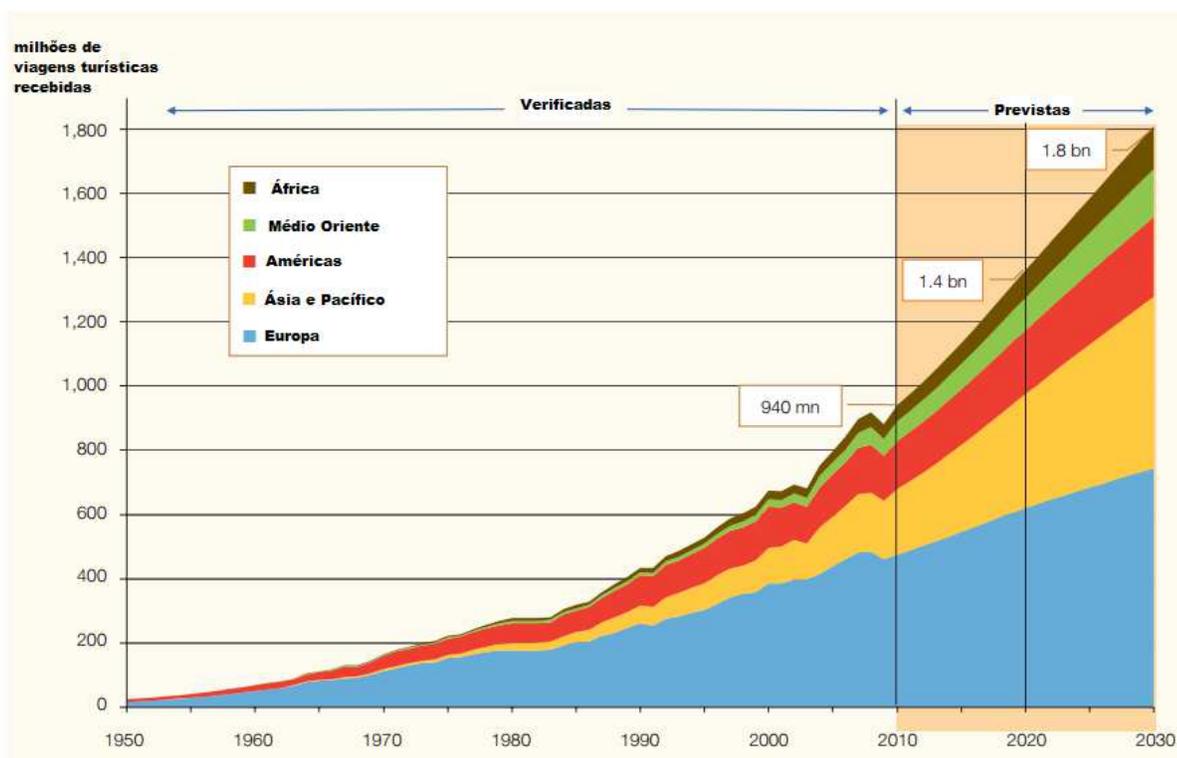
Em 1973, as Nações Unidas definiram o turismo como «*toda a viagem realizada para fora do domicílio habitual por um período superior a vinte e quatro horas e inferior a um ano, por motivos de lazer*» (Santos, 2000:29). O seu impacto reside no que as despesas do turismo podem realizar para os diferentes setores da economia (Joaquim, 1994), pelo que esta definição acentua o efeito multiplicador do turismo e nas suas múltiplas dimensões, entre consumo e produção.

Moreira (1994) propõe uma definição de turismo agrupando o conjunto de atividades de produção e consumo motivadas pelas deslocações de pelo menos uma noite fora do domicílio habitual, e sendo o motivo de viagem tanto os negócios, a saúde

ou a participação numa reunião profissional desportiva ou religiosa.

Por outro lado, pode ser definido como sendo genericamente a soma de fenómenos respeitantes à mobilidade espacial, ligados a uma mudança voluntária e temporária de local, de ritmo de vida, e de ambiente envolvendo contatos pessoais com o ambiente visitado seja este de natureza natural, cultural ou social. Como podemos constatar pela análise da figura 2, os movimentos turísticos têm vindo a aumentar de uma forma bastante significativa, tendência esta que se ampliou principalmente desde a década de 90 e que segundo as previsões, irá continuar a aumentar não apenas no continente europeu, como nas Américas, África e com um grande incremento na Ásia e Pacífico, zona onde se situa o país em estudo.

Figura 2 - Evolução dos fluxos turísticos por zona do globo



Fonte: adaptado de www2.unwto.org/annual-reports, consultado em 15/02/2017

A definição de turismo proposta pela Organização Mundial de Turismo diz-nos que o turismo compreende «as atividades de indivíduos que viajam para ficar em locais fora do seu ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo, para negócios e para outras finalidades» (OMT, 2003).

Esta evolução do conceito de turismo, leva-nos a concluir que a relação inicialmente indicada, entre mobilidade e recreação, evoluiu para um crescente peso dos aspetos económicos. Nota-se que o turismo está a tomar um significado cada vez mais importante, como que uma ação clara de fuga ao ritmo da vida diária da sociedade industrial, com potenciais impactos económicos (e outros) nos países recetores. Em 2016, segundo o relatório anual da Organização Mundial de Turismo, os países que mais gastam em viagens turísticas foram a República Popular da China (com 261 mil milhões de dólares), seguida dos Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e França, e os países com maiores receitas turísticas foram a França (que tem um saldo extremamente positivo), os EUA (recebem muito menos receitas do que gastam), seguidos de Espanha, RP da China e Itália.

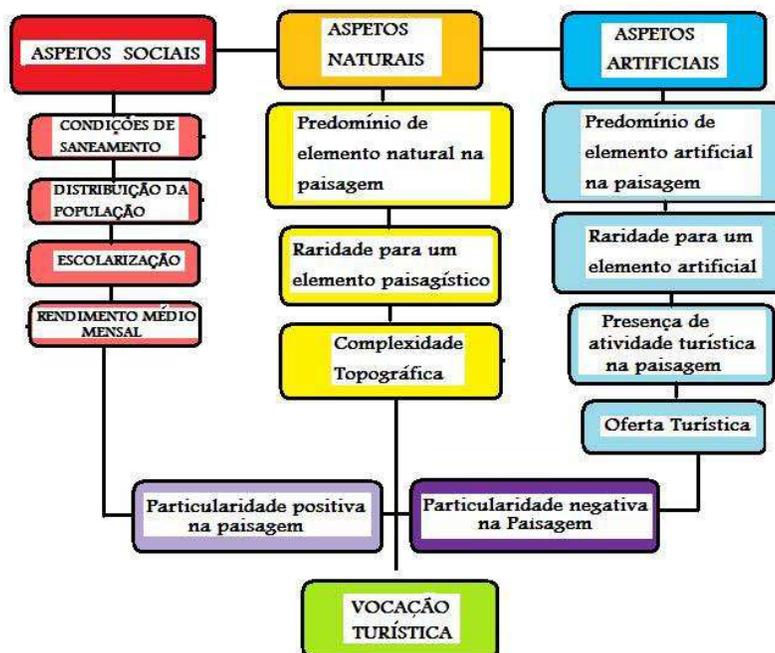
Grizio (2011) elucida de seguinte forma a complexidade do fenómeno turístico: o turismo é uma atividade realizada por uma pessoa ou grupo de pessoas que se movimentam e está associada a um conjunto de serviços relacionados com a transferência, transporte, alojamento, alimentação, distribuição de produtos. Existe uma dinâmica ligada ao movimento cultural, de visitas, recreação e entretenimento, configurando-se como que uma resposta a uma variedade de necessidades. Ao destacar a natureza complexa do turismo, Rodrigues (2002) aponta para a importância do enfoque geográfico que é fundamental, uma vez que, por tradição, lida com a dualidade sociedade e natureza. Essa dualidade indica muito da amplitude de uma abordagem geográfica e traduz um interesse recíproco da geografia e do turismo. Diante da dimensão espacial da prática turística, observa-se a necessidade da inclusão de uma abordagem geográfica do turismo, sendo que este setor se desenvolve sob o esteio do território, da paisagem e do lugar, «*categorias que imprimem identidade ao conhecimento científico, permitindo uma interpretação de fenómenos com dimensão geográfica*» (Castro, 2006:44).

Numa outra perspetiva, a importância da geografia na profissionalização dos operadores turísticos decorre de esta disciplina ser uma área de saber que tem o maior interesse para variadíssimas atividades e de sobremaneira para o turismo, pois a atividade turística constitui-se como um «*facto social e económico que se manifesta, efetivamente, no espaço geográfico*» (Bonfim, 2007:47).

Segundo a OMT (organismo do qual Timor-Leste é membro desde 2005) dos 1235 milhões de chegadas (ano de 2016) grande parte dos destinos mais populares são os que

oferecem sol e praia, sendo atualmente as Caraíbas, Sudeste Asiático, Pacífico Sul, Orla do Mediterrâneo e Oceano Índico as principais zonas recetoras, que naturalmente apresentam uma gama de aspetos atrativos como os descritos no fluxograma da figura 3. Três grandes domínios determinam a vocação turística de um território. O turismo de massas, nascido à luz de todo o conjunto de fatores favoráveis a um crescimento exponencial, tem vindo a definir-se como um turismo coletivo e acessível a uma parte significativa da população dos países industrializados.

Figura 3 - Modelo de análise da vocação turística



Fonte: Adaptado de Goés(2009)

Hoje em dia, o turismo é visto como uma atividade económica forte, que mobiliza milhões de pessoas, e como uma indústria que cria e vende os seus produtos a alta velocidade por todo o mundo (Silvano, 2006), que vive de dependências complexas e de interligação de vários setores como a hotelaria, restauração, transportes, agricultura, recreação e cultura. Isso ocorre porque o turismo constitui «*um produto composto, resultado de uma cadeia multissetorial complexa e interativa de atividades em que cada participante contribui com uma pequena parcela do produto final*» (Ribeiro et al., 2000: 330).

Extremamente associado ao conceito de turismo existe o da fruição de um tempo livre que se procura ocupar numa base de bem-estar físico e psíquico. Com efeito, inerente ao ser humano, existe a busca do prazer, como um direito, correspondente a um período de não trabalho, em que, independente de seus negócios, o homem pode realizar atividades que proporcionam satisfação, diversão e bem-estar, que pode vir a materializar-se tanto em formas de turismo como de outras atividades recreativas.

O lazer, como conceito presente em Dumazedier *et al.* (1973) pode ser definido como a ocupação que as pessoas podem exercer livremente, após o cumprimento das obrigações decorrentes da vida social, seja familiar, profissional ou política. Na perspectiva de Bramante (1998) acrescentam-se mais algumas dimensões, sublinhando o desejo e a experiência pessoal, lazer traduz-se por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo, materializada através de uma experiência pessoal criativa, de prazer e que não se repete.

2.2. O espaço turístico

O Turismo, apesar da sua enorme complexidade, resume-se a dois espaços interligados, havendo áreas emissoras, donde saem pessoas, e áreas que respondem com as suas atrações, receptoras. Este princípio, básico, funciona sistematicamente, de forma mais espetacular quando nos referimos a viagens e turismo no território, sendo o espaço geográfico um produto a consumir, uma atração. Martins (2004) distingue cinco tipos de espaço turístico: espaço litoral balnear, espaço rural, espaço de montanha, espaço urbano e espaço termal.

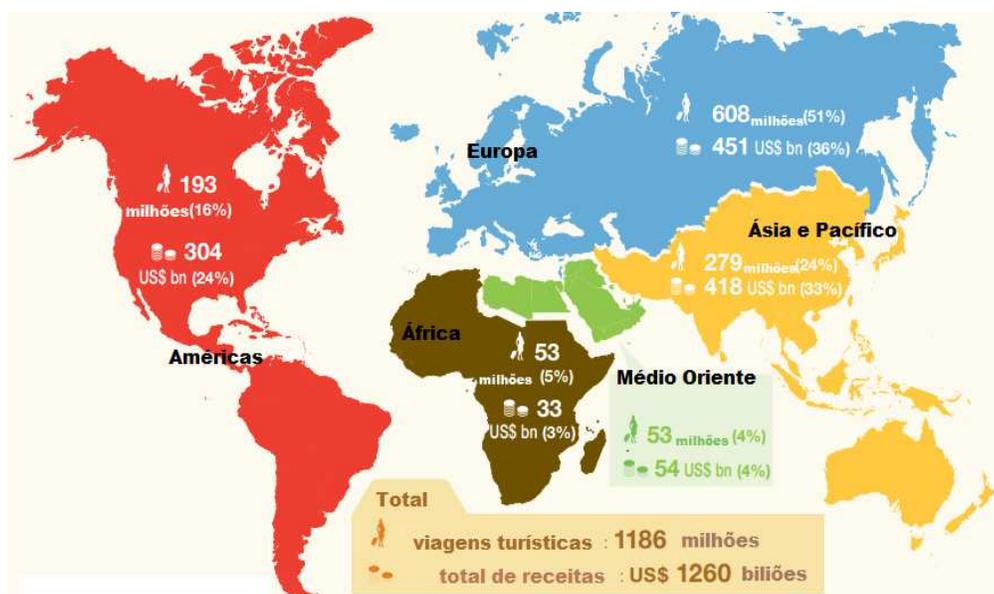
Este tipo de diferenciação espacial é importante, tanto à escala regional como local. A praia, as áreas urbanas e algumas zonas de turismo de neve, suportam um grande número de visitantes, enquanto num outro tipo de turismo mais qualificado a viagem é caracterizada por um sentido de privacidade e intimidade, procurando áreas em fase de exploração inicial ou de ocupação difusa, espaços rurais ou outras zonas sujeitas a uma menor pressão.

Entre os espaços mais vocacionados para turismo de massas (atraem grandes contingentes de visitantes), estão as praias, montanhas e áreas urbanas os quais por vezes revelam problemas de sobrelotação, como o colapso das infraestruturas de

transporte, o difícil abastecimento de água e de tratamento ou eliminação de resíduos domésticos, as dificuldades de abastecimento de alimentos, a reduzida área de espaços públicos e insuficiência dos equipamentos sociais, como por exemplo os relacionados com a saúde (Martins, 2004).

Como se confirma na figura 4, os grandes espaços de turismo mundial estão ainda localizados na zona europeia (que inclui todo o território da Federação Russa) tendo como principais motivos turísticos a praia, neve, cultura ou/e as compras feitas frequentemente em cidades como Paris, Londres ou Milão, o que faz da Europa recordista em termos de receitas da indústria turística, com mais de 450 mil milhões de dólares.

Figura 4 - Número de viagens por região turística em 2016



Fonte: Adaptado de www.unwto.org/annual-reports consultado em 15/02/2017

Por outro lado, áreas mais exóticas, como zonas costeiras de elevado potencial e um turismo de carácter etnográfico ou de natureza (caso da Tailândia ou Indonésia), permitem justificar números elevados de visitas a outras zonas continentais, destacando-se a Ásia e Pacífico com uns impressionantes 279 milhões de viagens registadas que renderam 418 mil milhões de dólares em 2016. A zona americana também tem um grande peso no cenário global, recebendo em 2016 mais de 193 milhões de turistas com gastos na ordem dos 304 mil milhões de dólares.

Existe atualmente uma tendência cada vez maior para o aumento da pressão

sobre as zonas costeiras como local de lazer, o que leva a uma sobrecarga que acentua as fraquezas, particularmente relacionados com as características geomorfológicas do solo, com uma rede de infraestruturas básicas de subescala, que não consegue responder ao pico de uso ou a um perfil funcional desequilibrado.

As áreas costeiras e ribeirinhas são frequentemente objeto de conflito de uso do solo, especialmente quando os valiosos terrenos estão afetados a outros usos, tais como infraestruturas portuárias e industriais (Martins, 2004). Neste contexto, em Portugal (e noutros países europeus), assiste-se à gradual deslocalização de, por exemplo, parques de contentores, para devolver as áreas à beira-rio para usufruto direto das populações. O Parque das Nações ou o Passeio Marítimo de Algés são casos de sucesso deste tipo de processos de revalorização. Em Timor-Leste encontramos exemplos como o de Dolog Oan onde uma antiga área degradada de armazenagem dará lugar a uma zona de lazer com ajardinamentos e acessos à praia com segurança, o caso de Bidau-Santa Ana que consiste no reaproveitamento de um espaço agora devolvido ao público.

De acordo com Martins (2004), em termos gerais, a referenciação espacial do processo de evolução do lazer, entre outras, é caracterizável segundo três dimensões: a mutabilidade, a multifuncionalidade e a utilidade individual. O conceito de utilidade individual resulta de componentes psicológicos e sociais fundamentais que permitem um certo sentido privado, sendo a ideia de utilidade sujeita a avaliação subjetiva. O espaço turístico, para cada região geográfica, não pode ser definido por um limite de fronteira administrativo, sendo sempre, de alguma forma, abstrato, como o caso da paisagem litoral, uma imagem construída e vendável. O caso específico das zonas costeiras insere o lazer na fórmula 3S (três esses): *Sea, Sand & Sun* (mar, areia e sol), fórmula de grande sucesso mundial há várias décadas. Por outro lado em Portugal, país de clima temperado marítimo, com 943 km de costa entre as regiões insulares dos Açores e Madeira e a zona continental, investe-se sobretudo num conceito de sol e praia, que tem a mesma conotação que aproveita a diversidade do litoral que varia entre altas falésias, praias arenosas, e diversos tipos de formações geológicas muitas vezes desvirtuadas e prejudicadas por construções desordenadas.

A procura turística é atualmente dirigida essencialmente a áreas que ofereçam uma variedade de instalações e de infraestruturas, associadas à oferta de um conjunto de interesses em termos culturais e de bem-estar e lazer. Normalmente, os turistas estão dispostos a substituir um sítio inicial por um alternativo, se este último fornecer resultados

de satisfação por outros equivalentes, quando o local original se torna indisponível, ou quando não estão satisfeitos com a sua experiência (Han & Oh, 2015), o que pode representar uma boa oportunidade para o turismo emergente de Timor-Leste, do ponto de vista da economia regional.

2.3. Turismo balnear costeiro

O turismo em espaço costeiro é claramente multifacetado podendo oferecer um conjunto diversificado de atividades para além do simples veraneio e banhos no mar, como sejam o mergulho, o surf, os passeios de barco, a pesca desportiva, o vôlei de praia e uma longa lista de diversões que se podem explorar nas praias, como podemos observar nomeadamente em estâncias balneares consagradas como Albufeira (Portugal) ou Ibiza (Espanha) para além de variadíssimos outros pontos.

O turismo de praia constitui um conceito muito diferente de outros tipos de turismo (como o turismo rural, o turismo de neve, o ecoturismo, o turismo de cariz religioso e muitos outros) embora possam comungar de um conjunto de valores ecológicos, socioculturais e económicos de grande interesse, podendo qualquer um destes tipos de turismo comportar riscos para os sistemas ecológicos e socioculturais do lugar (Wesley & Pforr, 2010). As consequências negativas de uma crescente mercantilização dos recursos das áreas costeiras serão insuportáveis se não houver um planeamento e gestão dessas áreas, por isso, uma abordagem sustentável exige o planeamento turístico dos destinos costeiros, podendo-se considerar como um pré-requisito crucial.

Enquanto os benefícios potenciais estão bem documentados, os danos ambientais são menos abordados, mas podem-se anotar, desde já, a discórdia social, a privação do local e outros problemas (Ong & Smith, 2014). Os benefícios e os danos relativos ao turismo costeiro, em particular em países menos desenvolvidos, como o caso de Timor-Leste, são ainda menos abordados, em particular quando se procura um desenvolvimento sustentável. O turismo balnear nas costas marítimas tem sido uma das atividades turísticas mais desenvolvidas durante as últimas décadas (Han & Oh, 2015) e apresenta-se como altamente atraente e mobilizador, contudo as áreas costeiras estão expostas e são sensíveis a impactos ambientais como a mudança do clima, a subida do nível do mar e a erosão das praias, que afetam a sustentabilidade ecológica e a médio prazo também os fluxos turísticos.

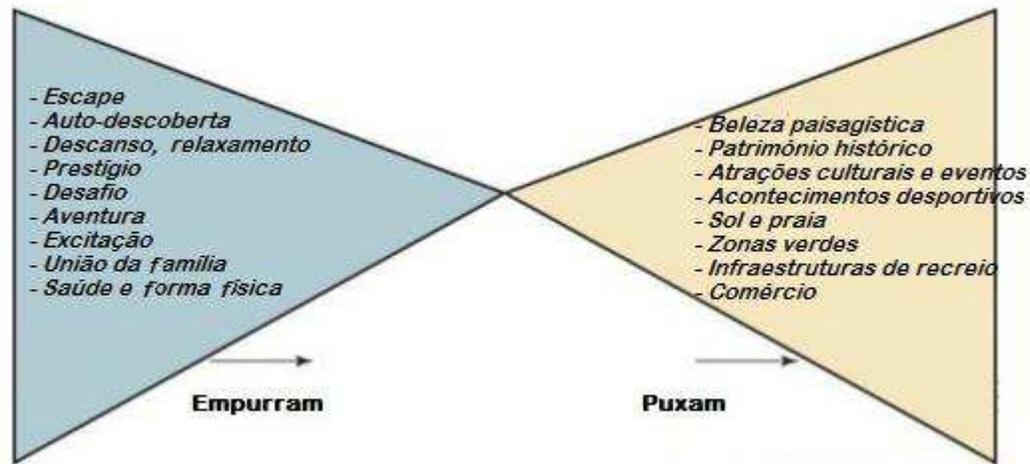
2.4. Fatores de atração turística

A motivação foca-se ao nível do comportamento do turista e ocorre quando os indivíduos querem ou precisam de atingir certos patamares de satisfação, pelo que a motivação pode ser definida como uma espécie de força de ativação que direciona o comportamento em direção à satisfação das necessidades. Crompton (1979), num estudo que visa identificar as razões que afetam o indivíduo na escolha de destinos e no desejo de férias, identifica várias razões. Existem seis razões que podem ser classificadas como de natureza sociopsicológica, como sejam uma fuga ao ambiente mundano, a exploração e relaxamento, podendo ser uma questão de prestígio ou de regressão, ou então de promoção do aumento de relações entre o agregado familiar ou mesmo para facilitar e desenvolver a interação social.

Outras razões podem ser classificadas na categoria mais ampla de cultural, de inovação e educação, relacionadas com fatores psicológicos, variável esta que pode ser interpretada como necessidades dos indivíduos, que querem escapar da sua realidade diária e que pode determinar a sua decisão de viajarem para escaparem às pressões da sua rotina. A variável cultural pode ser interpretada como uma necessidade pessoal, sabendo que é um investimento incomparável, proporcionando o crescimento pessoal, conhecimento, informação, capital essencial na exigente sociedade contemporânea. Mathieson & Wall (1982) classificam a motivação para o turismo baseados num conjunto de reflexões de investigadores que tentaram classificar a motivação turística.

Há pouca concordância em relação à importância relativa de cada componente da motivação turística, sendo que as motivações de viagens podem ser diferentes para diferentes pessoas, mas têm a ver, genericamente, com o bem-estar físico, motivação cultural, motivação pessoal e prestígio. Dann (1981) considera diferentes fatores, mas intimamente dependentes uns dos outros, concluindo que os investigadores têm discutido a motivação de duas formas, primeiro observando o perfil dos turistas, o seu *habitat*, as pressões que os afetam e depois fora desse ambiente, após a viagem, analisando como os turistas reagem e também as diferenças em termos de respostas às necessidades destes.

Figura 5 - Principais fatores de motivação turística



Fonte: Adaptado de Walker (2011)

Os principais vetores deste modelo, representado na figura 5, são a viagem em resposta ao que falta ou é desejável, fatores que atraem (*pull factors*) em resposta aos fatores motivacionais que empurram (*push factors*) para fora do habitat, bem como a motivação associada ao desejo de fantasia, também se destacando a motivação associada a um destino, objetivo ou propósito. Outros elementos considerados no modelo anterior são a tipologia de motivação, a experiência de motivação de viagem ou a motivação como o desejo de autodefinição e significado. Dentro do modelo da figura 5, os fatores que empurram (*push factors*) explicam o desejo de ir de férias, enquanto os fatores que atraem (*pull factors*) têm sido vistos como explicadores da escolha do destino.

Entre os fatores que impulsionam encontra-se o desejo de fugir da rotina diária, o trabalho, a concentração urbana, a poluição, entre outros. Por outro lado, o fator de interesse pode ser identificado como a curiosidade sobre países estrangeiros ou áreas menos conhecidas, exóticas, e visitas a parentes e amigos no país ou em outro lugar.

O setor do turismo comporta uma cadeia de atividades económicas (um conjunto de fornecedores e de fabricantes) habitualmente destinadas a turistas, como a venda de viagens aéreas e alojamento em hotéis, casas, resorts, etc., mas envolvem muito mais serviços do que apenas estes elementos. A propagação da atividade do turismo só acontece, na realidade, graças ao desenvolvimento tecnológico do século XIX como o comboio e barco a vapor e do século XX, tendo o desenvolvimento do setor rodoviário e mais tarde dos transportes aéreos que potenciaram, ao longo do tempo, indústrias e

setores variados. Segundo Sant'Anna *et al.* (2001) o turismo constitui um conjunto de resultados de caráter económico, financeiro, político, social e cultural, produzidos num dado território, decorrentes da presença temporária de indivíduos que se deslocam do seu local habitual de morada para outros, de forma espontânea e sem fins lucrativos.

No grupo dos autores que enfatizam a perspetiva da importância das vantagens competitivas surgem Porter (1980), que considera que a base da posição concorrencial do destino assenta na combinação de três categorias de dotações em vários fatores, sendo o primeiro os recursos naturais e culturais (clima, paisagem, praias, museus, costumes, entre outros). Um segundo fator está ligado aos recursos de capital e de infraestruturas (acessibilidades, comunicações, serviços básicos e potencial de investimento privado). Finalmente surgem os recursos humanos (trabalhadores qualificados, gestão dinâmica, entre outros), aos quais importa associar outras determinantes decisivas, nomeadamente a qualidade e a estrutura da oferta, a estrutura do mercado e da organização, e as condições da procura.

2.5. Desenvolvimento e sustentabilidade

O interesse pelo conceito de desenvolvimento não é algo de novo, muito menos se reduz ao paradigma de desenvolvimento baseado no crescimento económico, confrontando-se com a ideia de crescimento económico ilimitado e global, bem como com o desequilíbrio de crescimento entre países. Podemos considerar que a noção de desenvolvimento esteve, durante um largo período de tempo, ancorada no conceito de crescimento económico, nomeadamente até à década de setenta do século XX, *«durante este período, o desenvolvimento era entendido como sinónimo de crescimento económico, assente no aumento da produtividade, baseado na crença cega e limitada na ciência e da tecnologia, no mito do modo de vida urbano, na exploração dos recursos naturais»* (Figueiredo, 2003:3).

Tendo em conta que as necessidades diferem de país para país, dependendo do contexto social, cultural e económico, as políticas a implementar para o desenvolvimento não são universais e deverão ser adequadas a cada local e ao período temporal em causa. No caso concreto do desenvolvimento costeiro, este deve ser visto como um processo dinâmico e complexo, que afeta todo o território e não apenas o litoral, pelas relações que se estabelecem com o restante território e vice-versa, pelo que a abertura de

estradas para facilitar o acesso à praia ou às áreas turísticas, a expansão ou a criação de infraestruturas, como água potável, saneamento básico e redes de energia, associados à exploração de imóveis e investimentos nesses lugares serão tão mais importantes quando se verificar que sejam lugares sem outras fonte de rendimento.

Na discussão política sobre o desenvolvimento, o meio ambiente tornou-se um elemento a ter em consideração, surgindo novas tendências decorrentes da evolução económica que requerem a criação de novos produtos, mercados e a redefinição das atividades económicas tradicionais. Nas comunidades em que a natureza assume uma grande importância na vida das pessoas, a industrialização e urbanização podem não ser muito valorizadas, pelo que um turismo que valorize a rica paisagem natural como é a timorense, constitui uma das possibilidades e responde à motivação de turistas que procuram o equilíbrio com a natureza, escapando ao ambiente urbano.

O pragmatismo no domínio do turismo, que muitas vezes o reduz a uma única perspetiva (económica), aliado à falta de planeamento, desemboca normalmente num difícil equilíbrio entre ganhos económicos e desenvolvimento sustentável do turismo. Áreas turísticas de massas (como Algarve, Andaluzia, Cancún, entre muitas outras) pela pressão imobiliária e de infraestruturas físicas e de apoio (hotéis, estradas, residências, parques de campismo, bares e restaurantes, lojas), relegando elementos da natureza e da cultura, afetam fortemente os ecossistemas naturais desses destinos turísticos (Firmino *et al.*, 2004).

A sustentabilidade é considerada como um tema de grande importância nas agendas de desenvolvimento governamentais (Ong & Smith, 2014) sendo importante para decisores políticos e para o próprio turismo. Na era dos serviços, e progresso tecnológico, bem como de desenvolvimento dos meios de transporte, que encurtam a distância em termos de turismo, de divulgação rápida de informações, a necessidade de pesquisa científica abrangente surge para responder às preocupações de reflexão e análise do sistema de turismo, nas suas variáveis de relacionamento entre sociedade e natureza.

De acordo com Barros (1998:32), a sustentabilidade é uma oportunidade para pensar sobre turismo *«a partir de uma cultura mais consciente ambientalmente, ou, em outras palavras, a partir de uma cultura em que a ética ambiental passa a estar presente, superando o simples binómio ética desenvolvimento/ética social e distributiva»*. Considerada como uma atividade moderna, que ascendeu na sociedade capitalista, como outras atividades produtivas, o turismo tem sido pressionado para se adaptar à mudança

de paradigma que tem sido proposto, de preocupações com o meio ambiente e questões globais. Em algumas áreas, o processo de modernização e de crescimento económico, ao ser exclusivo de alguns, promoveu uma distribuição menos equitativa dos benefícios sociais, assim como problemas ambientais, exigindo medidas que ultrapassem esse desequilíbrio.

O turismo é muitas vezes referido como gerador de emprego e rendimento para o país, especialmente ao nível do desenvolvimento regional, uma alternativa não só para sobreviver, mas também para melhorar as condições de vida das comunidades. As discussões sobre o turismo sustentável foram geradas a partir do conceito de desenvolvimento sustentável, embora alguns autores argumentem que o turismo sustentável já existia muito antes da disseminação da abordagem de desenvolvimento sustentável. No seguimento desta preocupação, a Agenda 21 para a indústria de viagens e turismo é um documento emitido em 1993 pela Organização Mundial de Turismo (OMT), em parceria com o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), a fim de desenvolver o turismo com base no conceito de desenvolvimento sustentável.

Figura 6 - Modelo das 3 Esferas da Sustentabilidade ou *Triple Bottom Line Approach*



Fonte: adaptado de Elkington (1995)

A Organização Mundial do Turismo define o turismo sustentável como «*o que protege e garante a igualdade de oportunidades para o futuro, através da gestão de recursos*» (Careto & Rosário, 2006: 51) e apesar do aumento da visibilidade das questões ambientais, vale a pena considerar que a preocupação com o futuro é suficiente para mudar agora, ultrapassando simples retóricas.

O modelo (representado na figura 6) também conhecido como *People, Planet, Profit* ou seja Pessoas, Planeta e Lucro, compreende três grandes dimensões que sobrepostas dão origem a outras áreas de charneira. Em primeiro lugar a sustentabilidade ecológica garante a compatibilidade entre o desenvolvimento económico, a manutenção dos processos biológicos essenciais, biodiversidade e recursos biológicos ou princípio da precaução.

A sustentabilidade social e cultural visa assegurar que o desenvolvimento seja compatível com a cultura e os valores das comunidades afetadas, que continuam a fortalecer a identidade (o princípio da participação). Pretende-se ainda assegurar o desenvolvimento económico e aproveitamento de recursos de forma a garantir a sua utilização pelas gerações futuras pelo princípio de solidariedade. Por outro lado, é necessário um esforço de inclusão dos valores da conservação do património natural nos modelos de planeamento, bem como ter em conta as problemáticas acima referidas.

Marujo & Carvalho (2010: 158) recordam que o turismo «*um utilizador intensivo do território e, portanto, este facto exige o planeamento do seu desenvolvimento numa ótica que evidencie de forma clara os objetivos sociais e económicos*» pelo que surge a necessidade de um planeamento adequado do turismo para um desenvolvimento harmonioso. Uma abordagem integrada que favoreça simultaneamente o turismo e a valorização dos recursos naturais requer uma mudança significativa nos modos como a governação é realizada, quer nos países desenvolvidos quer nos países mais pobres (Robinson & Picard, 2006).

As agências internacionais como o *United Nations Environment Program* (UNEP) e *Partnerships in Environmental Management for the Seas of East Asia* (PEMSEA) têm o seu plano de desenvolvimento estratégico do turismo costeiro para minimizar ou evitar resultados negativos do desenvolvimento de turismo costeiro, e proteger o ambiente, a natureza e a comunidade local (Ong & Smith, 2014). Mesmo que os planos de ação estejam a aumentar, muitas vezes são vagos e existe uma distância entre a tomada de decisões no desenvolvimento do turismo e a sua prática ou implementação.

Cooper & Vargas (2004) argumentam que a questão da implementação é muito mais do que políticas de execução, afirmando que a implementação é a arte do viável, com dimensões, que incluem principalmente: recursos financeiros, viabilidade técnica ou *know how*; viabilidade jurídica; viabilidade fiscal e viabilidade administrativa, pelo que qualquer falha em qualquer uma destas dimensões é uma barreira à implementação de políticas sustentáveis em geral, mas neste caso, dirigidas para esta zona mais meridional do sudeste asiático onde se situa o território timorense.

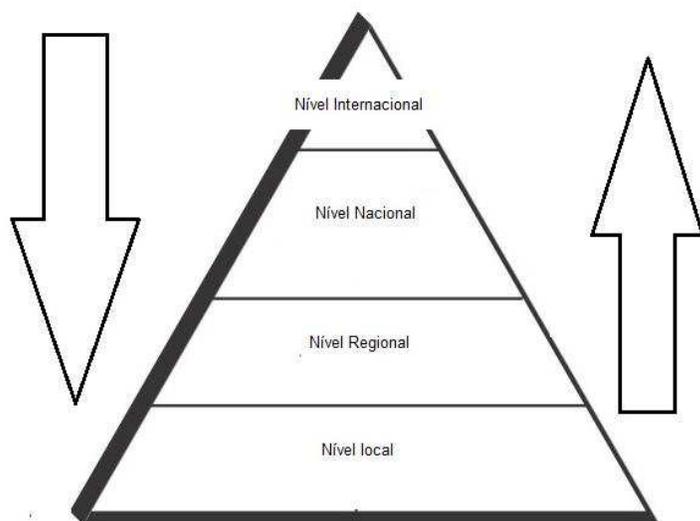
Kruja & Hasaj (2010) argumentam que o apoio das partes interessadas é a chave para o sucesso e implementação do desenvolvimento sustentável do turismo numa comunidade, e Krutwayshe & Bramwell (2010) acrescentam que a aplicação prática das políticas envolve relações entre as intenções do governo para as políticas e as tensões e negociações entre os atores em torno dessas políticas. Esta última dupla de autores considera também os processos de implementação em termos do contexto social, influenciados por grupos sociais, práticas sociais, continuidades e mudanças.

2.6. Papel das políticas públicas na atividade turística

A noção de turismo sustentável está largamente disseminada e alguns autores têm discutido a relação de conflito entre turismo e sustentabilidade porque o turismo motiva a produção e o consumo e exige um conjunto de infraestruturas e estruturas, de estradas, aeroportos, hotéis, restaurantes, e outros elementos essenciais. O desenvolvimento de projetos turísticos em espaços protegidos deve obedecer aos estatutos de conservação dessa mesma área, bem como aos restantes instrumentos de políticas públicas de turismo em vigor.

As políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público, sendo certo que as ações que os dirigentes públicos selecionam (as suas prioridades) são aquelas que estes entendem ser as exigências ou expectativas da sociedade. Um dos aspetos mais importantes das políticas públicas de turismo e dos seus instrumentos é a sua hierarquização e interdependência, sendo que se podem criar correntes de decisão de natureza *top down*, ou seja, de cima para baixo ou de natureza *bottom up*, da base para o topo, em que empresas locais ou projetos comunitários ou mesmo reivindicações de moradores ou turistas acabam por influenciar políticas a uma escala maior.

Figura 7 - Níveis de atuação da políticas públicas no turismo



Fonte: Elaboração própria a partir de OMT (2003)

As grandes decisões tomadas a nível internacional, ou mesmo mundial, afetam milhões de pessoas em muitos países. No caso timorense, algumas das orientações mais importantes são dadas por organizações como a ASEAN ou CPLP, para além da OMT, a grande autoridade mundial neste tipo de matérias. Numa escala nacional, as grandes decisões são da responsabilidade do Governo da República de Timor-Leste e à escala regional as orientações políticas são aplicadas no terreno pelas agências governamentais e autoridades distritais. Numa escala local, correspondente aos sucus (a parcela administrativa mais pequena em Timor-Leste), estas pequenas comunidades, para além de colaborarem com o poder central, têm cada vez mais um papel importante no desenvolvimento turístico e das políticas públicas que o afetam, através de iniciativas de carácter local que podem ter uma influência a escalas superiores (ver figura 7), fazendo com que as políticas também tenham um movimento ascendente.

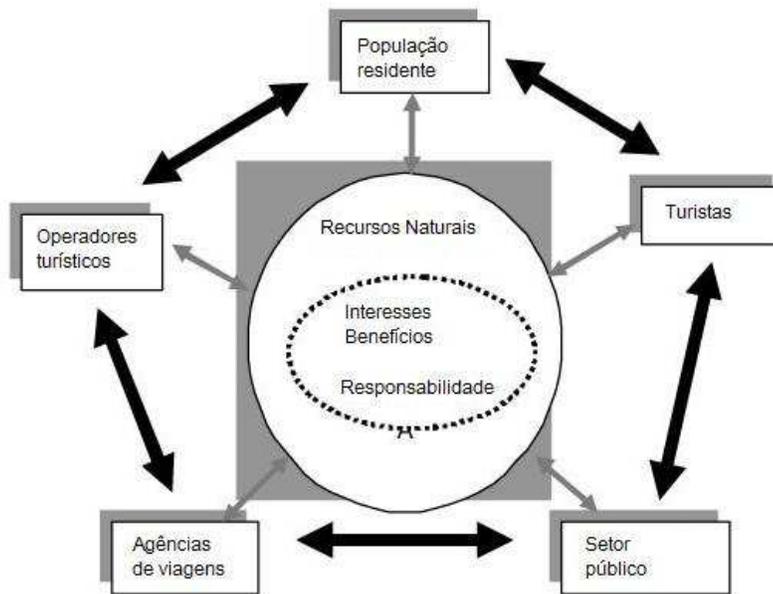
Sendo as políticas públicas o resultado da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender ou garantir os seus interesses, estes podem ser específicos como a construção de uma ponte ou estádio numa determinada região ou gerais como a segurança pública, a defesa da ambiente, a justiça ou melhores condições de saúde. É importante ressaltar, entretanto, que a existência de grupos e

setores da sociedade com reivindicações não significa que estas sejam atendidas, pois antes disso é necessário que essas aspirações sejam reconhecidas e ganhem força ao ponto de chamar a atenção das autoridades do poder executivo, legislativo e judicial.

No caso do turismo, a concepção de planos deverá procurar uma harmonização e integração com os restantes instrumentos de políticas públicas aplicáveis à região ou setores em causa (Gebhard *et al.*, 2007). As políticas públicas aplicadas ao turismo enquadram-se em planos ou políticas mais gerais que os governos procuram executar e expressam os modos de atingir os objetivos globais pretendidos para o turismo de um país ou região.

Não sendo de todo uma atividade neutra na atividade política, deve portanto ser integrada numa concepção global de desenvolvimento, não podendo ser considerada isoladamente (Cunha, 1997), inserindo-se as políticas públicas do turismo, numa rede complexa de outras, como as educativas, fiscais, económicas, tecnológicas, e outras, que no seu conjunto afetam e são afetadas pela capacidade de atração, competitividade e sustentabilidade de um destino turístico (Goeldner & Ritchie, 2002).

Figura 8 - Principais intervenientes no funcionamento do setor turístico



Fonte: Adaptado de Buhalis (2000)

Para Goeldner & Ritchie (2002) uma política pública de turismo eficiente envolve competências de gestão equilibradas com a preocupação ambiental, bem como práticas que contemplem as dimensões sociais e culturais, de modo a contribuir para a preservação da identidade do destino turístico. Em suma, as políticas públicas de turismo devem criar um clima de colaboração entre os diversos *stakeholders*, cabendo ao setor público (Estado) o papel fundamental, como se pode observar na esquematização da figura 8.

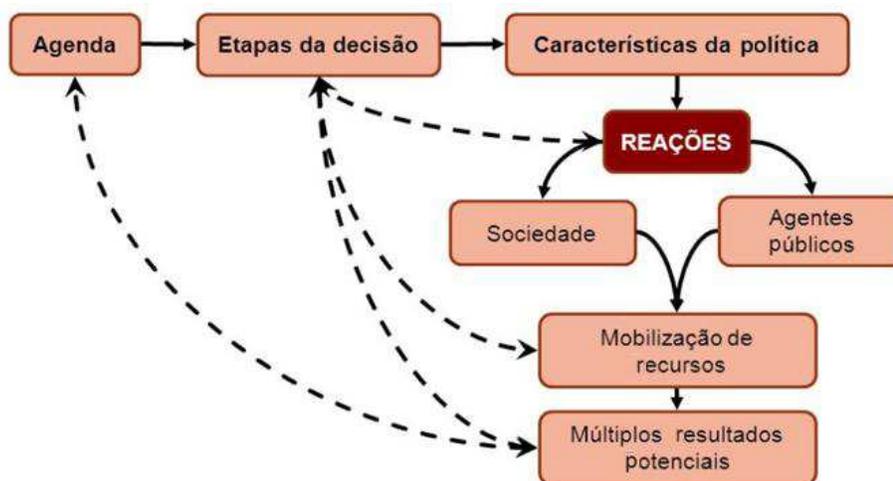
Para além de uma gestão correta dos recursos, é importante uma moderação da relação entre os atores, havendo uma gama de intervenientes envolvidos nas áreas das políticas públicas, do turismo e no desenvolvimento sustentável. Estes *stakeholders* apresentam múltiplos interesses e representam diferentes relações de poder, podendo pertencer os intervenientes ao setor público ou privado, ser organizações não-governamentais (nacionais ou internacionais), instituições de investigação como as universidades, mas também organizações intergovernamentais ou OIG.

Do lado do setor privado, os atores relacionados com o turismo incluem desde grandes agências de viagens, multinacionais de hotelaria e restauração até micro-empresas locais ou pequenos negócios familiares. Dentro do setor público, num contexto nacional, os atores podem incluir departamentos governamentais envolvidos com o turismo, cultura, economia planeamento, entre outras áreas. Partindo do pressuposto que as políticas públicas partem do poder executivo que efetivamente as coloca em prática, cabe aos funcionários públicos fazer a ponte entre os governantes e o público, bem como operacionalizar as políticas públicas definidas. Sendo em princípio neutra, a burocracia frequentemente age de acordo com interesses particulares, ajudando ou dificultando as ações governamentais.

Segundo Lopes *et al.* (2008), a administração pública constitui um elemento essencial para a aplicação das diretrizes adotadas pelo governo. Já os atores privados são aqueles que não possuem vínculo direto com a estrutura administrativa do Estado, fazendo parte desse grupo: a imprensa; os centros de pesquisa; os grupos de pressão e de interesse (*lobbies*); as associações da sociedade civil; as entidades de representação empresarial; as associações patronais e os sindicatos de trabalhadores.

O processo de formulação de políticas públicas, também chamado de *ciclo das políticas públicas*, apresenta, conforme Souza (2006), diversas fases podendo ter esta seqüência: em primeiro lugar é necessária uma definição de agenda ou a eleição das prioridades, sendo impossível para os decisores concentrar as suas atenções e atender a todos os problemas existentes numa sociedade, dado que estes são abundantes e os recursos necessários para solucioná-los escassos. Depois tem de haver uma formulação de políticas ou seja uma apresentação de soluções ou alternativas, pelo que após uma ponderação das opções dá-se um processo de tomada de decisão, surgindo logo em seguida a implementação e finalmente a sua avaliação. A última fase é crucial e permite à administração nomeadamente: gerar informações úteis para futuras políticas; prestar contas dos seus atos; justificar as ações e explicar as decisões; bem como corrigir e prevenir falhas. Na prática, as fases interligam-se entre si, de tal forma que essa separação em fases apenas serve para tentar facilitar a compreensão de um processo complexo, quer estejamos a falar de políticas públicas no setor turístico, quer em qualquer outro cenário (ver figura 9) que é sempre cheio de interações e reações entre os diversos atores envolvidos na adoção, aplicação e avaliação das políticas públicas que com diferentes mobilizações de recursos vão resultar em resultados diversos.

Figura 9 - Modelo interativo do funcionamento das políticas públicas



Fonte: Adaptado de Kliksberg (1995)

Se tradicionalmente as políticas públicas não davam grande atenção ao setor do turismo como a outros setores, não tendo sido uma prioridade para o desenvolvimento de políticas públicas, em particular nos países desenvolvidos (Hall, 2000), e muito menos ainda nos países em vias de desenvolvimento, a partir da década de cinquenta do século XX, segundo o mesmo autor, surgiu uma visão do turismo como motor do desenvolvimento económico e social, fomentando-se o seu crescimento que, muito rapidamente se tornou exponencial em alguns locais. Num período inicial o turismo era entendido por alguns como uma espécie de paliativo para os graves problemas socioeconómicos, em particular nos países menos desenvolvidos (De Kadt, 1979), mas posteriormente houve um certo envolvimento dos decisores políticos no fornecimento de infraestruturas para o turismo e no uso do turismo como instrumento de desenvolvimento regional (Hall, 2000). Após uma fase de crescimento mais ou menos desregulado do turismo, nas décadas de sessenta e setenta do século passado, algumas políticas e ações do setor público foram sendo desenhadas de modo a produzir uma redistribuição espacial do turismo, de modo a descongestionar áreas que já se consideravam congestionadas (Jeffries, 2001). Autores como Hall (2000) referem um aumento do envolvimento direto dos governos nos países desenvolvidos, desde os meados dos anos 80, no desenvolvimento regional, na regulação ambiental e *marketing* do turismo.

Mais recentemente tem ocorrido uma diminuição do envolvimento dos governos no turismo e um maior ênfase no desenvolvimento de parcerias público-privadas e da autorregulação do setor. As políticas públicas de turismo podem portanto ser ainda encaradas como processos de arbitragem de conflitos, gerindo a presença humana quer da comunidade residente, quer da comunidade visitante, definindo comportamentos aceitáveis no âmbito do planeamento e dos programas de desenvolvimento (Vieira, 2007). O planeamento representa uma opção indispensável de consenso, bem como um instrumento para o equilíbrio territorial e será imprescindível que tenha em conta os diferentes usos do espaço, diversos *stakeholders* e a existência de zonas sensíveis à ação humana.

3. Metodologia

3.1. Investigação científica

A presente dissertação faz um estudo do desenvolvimento e implementação de políticas públicas de turismo em Timor-Leste, sendo motivada pelo grande potencial e recentes projetos de investimento turísticos, em particular nas zonas costeiras, bem como pelo contexto específico em que ocorrem. Tendo em consideração o contexto particular de Timor-Leste, nomeadamente investimentos recentes e novas políticas públicas de turismo em implementação, este trabalho tem como preocupação fundamental tentar avaliar de que modo as políticas públicas de turismo estão a estruturar o desenvolvimento sustentável tomando o turismo litoral como foco central.

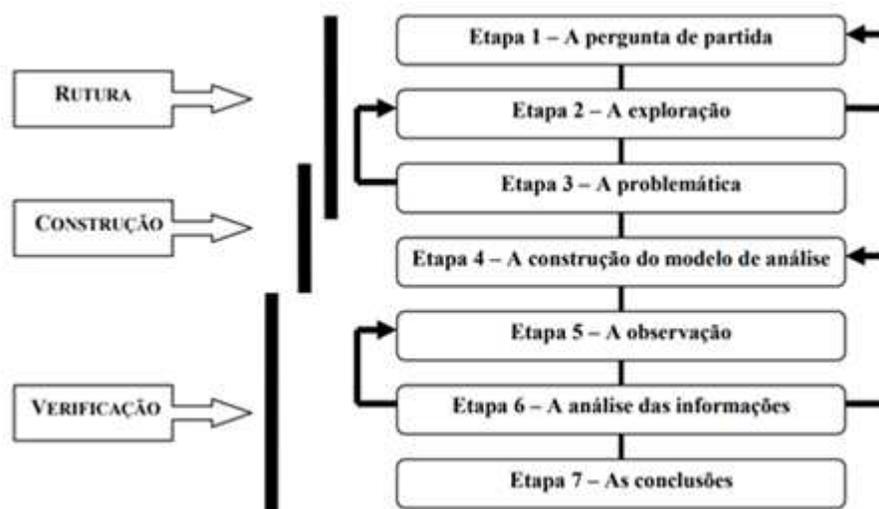
Este trabalho científico tem as características de um estudo de caso, já que como sugere Benbasat *et al.* (1987) o fenómeno foi examinado em seu contexto natural, os dados foram recolhidos em múltiplas fontes, não havendo manipulação da informação. A questão de investigação é do tipo porquê? ou como? tendo em foco um evento contemporâneo e os resultados dependem fortemente da capacidade de integração do investigador, tudo isto conforme Yin (1994). Ainda segundo Yin (1994) os estudos de caso são uma estratégia adequada para dar resposta a questões deste tipo, em particular quando a investigação tem um controlo reduzido sobre os acontecimentos e quando o objeto é um fenómeno atual num contexto de vida real. Optou-se por este tipo de estratégia de investigação que é, segundo este autor, frequentemente utilizada em pesquisas sobre política e administração pública, pesquisas sobre planeamento regional, estudo de planos, dissertações e teses na área das ciências sociais.

Como já foi referido, os campos de pesquisa do presente trabalho assumem um carácter complexo e podem ser abordados e analisados a partir de variadas disciplinas. Esta multiplicidade de abordagens possíveis implica outras tantas opções metodológicas, consoante a dimensão em estudo (social, económica ou ambiental) e a disciplina em que o investigador se move (geografia, economia, sociologia, ecologia).

Segundo Yin (1994) o estudo de caso pode contribuir para o conhecimento de fenómenos organizacionais, sociais e políticos, pois investiga os mesmos no seu contexto real, «*especialmente quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são evidentes*» (Yin, 1994:2). Para além de se adequar ao estudo de fenómenos complexos, o

estudo de caso permite-nos utilizar fontes de informação muito diferentes, desde a observação direta e indireta, às entrevistas e inquéritos. Como tal a utilização de fontes de informação e estratégias de investigação variadas, bem como a falta de estudos prévios sobre os temas abordados, levaram-nos a realizar trabalho de campo, nomeadamente em Timor-Leste.

Figura 10 - Etapas do processo científico



Fonte: Adaptado de Quivy & Campenhoudt (2008)

O procedimento científico levado a cabo na presente pesquisa seguiu as indicações metodológicas de investigação em ciências sociais, uma vez que o turismo se assume como uma área do saber para onde converge grande parte das ciências sociais, sendo uma das suas características a multidisciplinaridade (OMT, 2003).

O processo metodológico de investigação desenvolveu-se em diversas etapas, adoptando o modelo apresentado por Quivy & Campenhoudt (2008), no qual se consideram (conforme se apresenta na figura 10) três grandes passos (rutura, construção e verificação) e sete fases: pergunta de partida, seguida da exploração, surgindo depois a problemática, numa terceira etapa surge a construção do modelo de análise, mais tarde a observação e após isto uma análise das informações, seguida das conclusões.

3.2. Obtenção de informação primária

Com o intuito de procurar dar resposta à questão de investigação e aos objetivos do presente trabalho, tendo em conta os recursos disponíveis e a natureza das informações a obter, escolheu-se a entrevista semi-diretiva e o inquérito direto a um público-alvo, como técnica de recolha de dados. Segundo Savoie-Zajc (2003: 282), aquela primeira técnica «*consiste numa interação verbal animada de forma flexível pelo investigador*». Esta abordagem metodológica (ver anexos 6 a 9) permitiu recolher um conjunto de dados que nos revelaram algumas das preocupações, opiniões e aspirações dos atores, e que não são expressas geralmente nos documentos escritos. Para além da subjetividade inerente ao método da entrevista, acresce ainda a própria subjetividade da nossa interpretação e análise. A realização de entrevistas é uma metodologia adequada no sentido de gerar contributos para a reflexão e análise dos objetos em estudo. Goeldner & Ritchie (2002) consideram que este método permite obter mais informações do que quando se recorre a questionários via telefone ou correio eletrónico, métodos esses adequados à realidade atual de um mundo globalizado assente nas novas tecnologias. O questionário (ver anexo 11) padroniza as respostas e neutraliza a relação de pesquisa e os ruídos da comunicação entre indivíduos, segundo Beaud & Weber (2007), constituindo assim uma das melhores técnicas de obtenção de informação. As maiores limitações das entrevistas presenciais são os custos, o tempo, e a eventual interferência do entrevistador ou a credibilidade das informações, pois o respondente pode ser movido pelo desejo de prestar um serviço ou de ser bem visto pelo investigador, sendo os inquéritos mais credíveis neste campo, pela sua objetividade segundo Savoie-Zajc (2003). Preparou-se o trabalho de campo mediante a elaboração do guião de entrevistas, o estabelecimento de contatos e preparação as questões logísticas.

Na fase crucial de contato com investigadores e estudos realizados dentro da área houve o intuito de melhor perceber a dinâmica e as dificuldades que sentiriam no terreno, de forma a organizar melhor o trabalho de campo. Elaboraram-se guiões de entrevistas para diferentes interlocutores e questionários para os turistas (ver anexo 11) que serviram de base para conduzir entrevistas e inquéritos procurando colocar as questões para as quais se pretendia obter informações.

No que diz respeito ao número de entrevistas, seguiu-se a sugestão de Beaud & Weber (2007), que consideram que as entrevistas aprofundadas não visam produzir

dados quantificados e portanto não interessa tanto o seu número mas a sua qualidade, tomando como princípio a diversificação das pessoas interrogadas e garantindo que nenhuma situação importante foi esquecida. Entrevistou-se um número limitado mas diversificados de pessoas, pelo que a questão da representatividade está garantida, já que tentámos ouvir todos os tipos de interessados, não apenas os *stakeholders* obviamente mais poderosos (poder político e grupos económicos), mas todos os que possam sofrer impactos diretos ou indiretos do crescimento do turismo balnear em Timor-Leste, potenciais atores de transformação e mudança no âmbito do desenvolvimento sustentável.

Entre os principais atores deste sistema ou *stakeholders* estão incluídos os agentes institucionais, os agentes privados e os agentes sociais, bem como a população em geral. O PED-TL (Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste) foi um documento útil na seleção prévia dos alvos a entrevistar, quer de pessoas, quer de entidades envolvidas ou interessadas na implementação do turismo como atividade promotora do desenvolvimento em Timor-Leste. O trabalho de campo foi realizado entre os meses de março e julho de 2017. Optou-se por fazer uma visita presencial ao território timorense, para facilitar o contato com alguns entrevistados, bem como estudar o terreno e contactar diretamente com os turistas e residentes.

Para além de entrevistas prévias feitas em Portugal, nomeadamente à Senhora Embaixadora e ao Dr. Ramos Horta, identificados na tabela do anexo 1 (onde constam também todos os restantes entrevistados), fizeram-se entrevistas no território timorense a outros políticos e empresários e também ONG e residentes. Numa primeira fase foram realizados contatos exploratórios que permitiram identificar melhor as fontes de informação e facilitar a interação com os diferentes atores num contexto político em mudança. Seguindo as indicações de Beaud & Weber (2007), depois de se ter identificado e selecionado o grupo alvo, iniciou-se a realização das entrevistas, sendo feitos agendamentos prévios por correio eletrónico, por telefone e pessoalmente, consoante o contexto, explicitando os objetivos da pesquisa, de modo a conseguir a realização das mesmas. Na lista de entrevistados foram incluídos atores políticos pelo facto destes assumirem responsabilidades na elaboração e execução de políticas públicas de turismo, incluíram-se ainda empreendedores do setor privado com o intuito de recolher informações mais precisas sobre os projetos e ações que estão a desenvolver. Nos contatos efetuados com a população local procurou-se perceber o seu papel e

envolvimento em toda a dinâmica territorial, de modo menos formal.

Funcionando o turismo como um sistema (como se pode verificar pela análise da figura 11), procurou-se uma representação significativa de todos os intervenientes, para além do setor público através dos representantes institucionais das áreas em estudo, do setor privado, neste caso os principais investidores atuais, bem como proprietários, residentes, ONG ou associações locais. Em relação às entrevistas e contatos realizados, estes tiveram contextos diversificados, desde o local de trabalho dos próprios entrevistados até locais mais informais, para ir ao encontro da disponibilidade dos mesmos.

Figura 11 - Funcionamento do sistema turístico



Fonte: Kaspar (1995)

As entrevistas concedidas, duas delas feitas através de videoconferência, duraram entre vinte minutos a meia hora, havendo individualidades entrevistadas em várias contextos e espaços muitas vezes públicos, havendo algumas interrupções, pelo que se tomaram notas, como recomendam Beaud & Weber (2007).

Após o término de cada entrevista foi anotado todo o contexto da mesma e a sua síntese. Durante as entrevistas procurou-se adequar as questões previstas no guião aos nossos interlocutores, de forma a torná-las o mais explícitas e compreensíveis possível, tentando-se ainda manter uma neutralidade relativa aos pontos de vista manifestados pelos entrevistados, de modo a minimizar a nossa própria influência.

Para além dos pontos de vista dos entrevistados (as entrevistas foram fundamentais para obter informação privilegiada sobre a realidade de Timor-Leste e do estado do território, uma vez que sobre ele não abundam fontes bibliográficas ou estatísticas) procedeu-se ao contraditório (entrevistamos pessoas de vários quadrantes políticos e económicos) e ainda à análise estatística e documental de diversas origens. Fizemos ainda uma observação direta do terreno e uma partilha de experiências enriquecedoras com outros investigadores de diversas áreas do saber desde a Economia à Agronomia, passando pela Sociologia e História, bem como outras disciplinas, conhecedores da realidade timorense.

Por outro lado, sentimos a necessidade de obter informação de uma forma mais autónoma e daí termos decidido fazer uma auscultação direta aos principais intervenientes, os turistas. Os inquéritos estatísticos são usados para recolher informação quantitativa nos campos de *marketing*, sondagens políticas, e pesquisa nas ciências sociais, entre outros. Um inquérito pode incidir sobre opiniões ou informação factual, dependendo do seu objetivo, mas todos envolvem a administração de perguntas a indivíduos.

Nos processos de tomada de decisão de qualquer organização é essencial obter o máximo de informação sobre o meio que a envolve, pelo que os inquéritos, se corretamente utilizados são meios eficazes de obter a informação necessária. Contudo, os inquéritos estatísticos apresentam vantagens e desvantagens. Segundo Goode (1979) as principais vantagens dos inquéritos estatísticos incluem o facto de serem uma forma eficiente de recolher informação de um grande número de inquiridos, de permitirem a utilização de técnicas estatísticas para determinar a validade, a fiabilidade e a significância estatística, de serem flexíveis no sentido em que pode ser recolhida uma grande variedade de informação e ainda de poder ser usados para estudar atitudes, valores, crenças e comportamentos passados. Este método é relativamente fácil de administrar, havendo uma economia na recolha dos dados devido à focalização providenciada por questões padronizadas, não havendo gasto de tempo em questões tangenciais.

Goode (1979) enumera também algumas desvantagens dos inquéritos como sejam a dependência da motivação, honestidade, memória e capacidade de resposta dos sujeitos, não sendo ainda apropriados para estudar fenómenos sociais complexos e se a amostra não for representativa da população, as características da população não podem

ser inferidas, sendo necessário ter em consideração que fazer um inquérito é muito mais do que construir um questionário. De modo a aumentar a sua eficiência, qualquer inquérito deve ter as seguintes características: claro (os seus objetivos devem ser precisos); fácil (os inquiridos devem perceber facilmente o seu conteúdo); fiável (os dados recolhidos devem traduzir a opinião do inquirido); sem erros (os dados devem ser sujeitos a análise estatística para se poder inferir resultados e tomar decisões) e atempado (o tempo entre o seu planeamento e a obtenção de resultados deve ser o menor possível para que seja útil à decisão). Quem promove um inquérito procura conhecer características, comportamentos ou opiniões de uma população usando um processo de amostragem.

O inquérito ajuda o decisor a obter informação adicional sobre o que pensam os clientes ou os utilizadores dos serviços, os empregados ou, em última instância, a população em geral sobre determinado assunto. O ato de inquirir o público permite ir ao encontro das expectativas do mercado, ou seja, ajuda o decisor a conhecer o mercado. Este método de pesquisa de informação permite aos operadores enfrentar maior concorrência conhecendo as expectativas dos clientes e a avaliação que fazem dos produtos, neste caso turísticos.

Quando uma auscultação ao público é corretamente executada, obtêm-se dados de boa qualidade sobre os quais se pode agir, porém o processo de inquirição pode falhar se incorretamente implementado em qualquer das suas etapas. Nenhum inquérito deve prosseguir sem que os seus propósitos sejam claros e aceites para que não se esteja a colecionar informação desnecessária e cara, ou seja como afirma Goode (1979), um bom formulário inicia com uma boa hipótese cuidadosamente trabalhada. Alguns dos erros mais frequentes (que pretendemos evitar) relacionam-se com a qualidade das questões colocadas com os erros cometidos na entrada de dados ou com o tempo entre o lançamento do inquérito e a tomada de decisão.

No presente trabalho os dados quantitativos recolhidos foram trabalhados com o recurso a instrumentos informáticos nomeadamente folha de cálculo *Microsoft Excel* e ferramentas estatísticas *Google Apps*.

3.3. Obtenção de informação secundária

Procedeu-se a uma revisão bibliográfica preliminar no sentido de se contextualizar os temas em estudo. Esta foi feita através da consulta de livros, artigos, publicações científicas, legislação e jornais, no sentido de melhor se compreender o fenómeno do turismo, das políticas públicas e da sustentabilidade em regiões como a que estudamos. Ao longo de todo o trabalho procurou-se informação o mais atual possível, através de pesquisas frequentes aos *sites* sobre turismo. A análise documental adequa-se à variedade de suportes documentais consultados (Albarello *et al.*, 1997) e apresenta, em relação aos métodos de entrevista (que são pela sua natureza interativos), a vantagem de não haver interferências entre o investigador e o objeto analisado, exceção feita, claro está, à própria interpretação subjetiva do investigador. Dada a natureza da questão de investigação e dos objetivos do presente trabalho, procurou-se realizar uma análise documental, desde as orientações de nível internacional até aos planos estratégicos nacionais e regionais, bem como outros instrumentos de políticas públicas de turismo vigentes em Timor-Leste. Documentos como o PED (Plano Estratégico de Desenvolvimento) de Timor-Leste veiculam um conjunto de princípios e valores representativos dos atores e do contexto social que os produziram, tendo um carácter orientador e ético, propondo-se estruturar as ações dos mesmos atores no presente e a longo prazo.

Para além de uma análise de conteúdo a este tipo de documentos, bem como aos dados das entrevistas, conforme recomendam Quivy & Campenhoudt (2008), procuramos enquadrar estas informações à luz das considerações teóricas recolhidas.

Perante a complexidade dos assuntos que este estudo aborda, partiu-se do princípio que todas as informações recolhidas através das entrevistas poderiam apresentar algum potencial no sentido da compreensão dos fenómenos em jogo.

Posteriormente foram selecionadas as informações que nos pareceram relevantes, restringindo assim a nossa análise aos assuntos considerados pertinentes que foram referidos de modo transversal pelos atores, ou que se relacionavam com as fontes documentais consultadas e de seguida procedeu-se à análise qualitativa das entrevistas realizadas. Procurou-se assim compreender e articular os pontos de vista e papéis destes agentes da mudança, atores com papéis relevantes no âmbito da implementação e desenvolvimento de políticas públicas em turismo em Timor-Leste.

3.4. Constrangimentos verificados durante a pesquisa

Para além das dificuldades normais associadas à exigência da preparação de uma dissertação, devido à necessidade imperiosa de um trabalho de campo, foi necessária uma preparação adequada, quer em termos de burocracia, quer em termos de organização pessoal e familiar. A duração e número de escalas das viagens aéreas intercontinentais são extremamente desencorajadoras. Além disso, os bilhetes de avião muito caros e a burocracia necessária, tornam este tipo de deslocações bastante onerosas, sem contar com os gastos com alimentação e alojamento. Para além de um necessário período de recuperação do desgaste da viagem, é necessária uma adaptação ao clima completamente diferente do português, muito mais húmido e quente. O diferente ritmo de vida, a comida diferente e mesmo o vestuário, exigem também um período de adaptação.

Notámos num primeiro momento alguma falta de receptividade da parte dos responsáveis hoteleiros e da restauração em divulgar informação sobre o negócio e principalmente sobre os seus clientes. Tivemos alguma dificuldade na abordagem formal às instituições timorenses, sendo a via informal a mais facilitadora graças a conhecimentos pessoais privilegiados. A época de eleições legislativas dificultou de sobremaneira o contato com responsáveis políticos e mesmo alguns cidadãos ligados aos partidos políticos que noutra altura estariam mais disponíveis. Existe uma grande barreira linguística, dado que a maior parte dos timorenses não domina fluentemente a língua portuguesa, tendo de ser a comunicação feita noutras línguas como o inglês ou tétum. Em termos de inquéritos a disponibilidade para responder dos turistas é limitada pelo que tivemos de tornar o questionário o mais simples e apelativo possível.

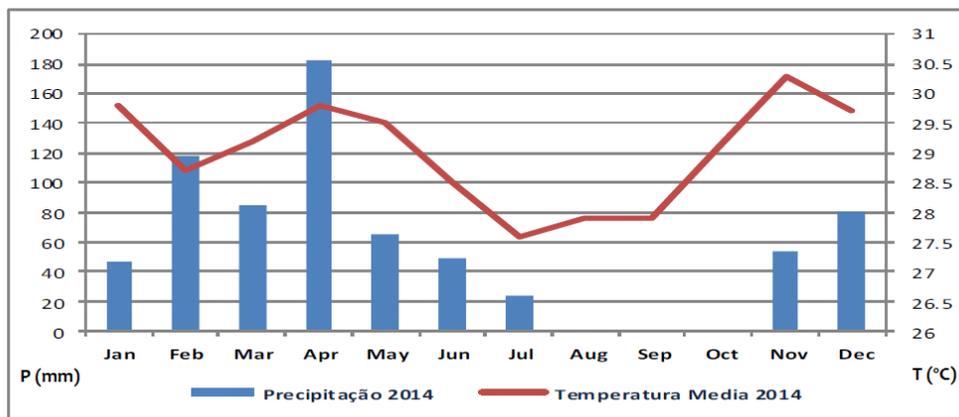
4. Caracterização do país

4.1. Características físicas e climáticas

Timor-Leste é um país localizado no sudeste asiático, ao norte da Austrália e faz fronteira com a Indonésia. Este país ocupa uma área de aproximadamente 18000 Km² na metade oriental da ilha de Timor situada a norte da Austrália, no extremo do sudeste asiático. Fazem parte do território o enclave de Oécusse, situado na parte ocidental da ilha, a ilha de Ataúro, situada a 30 Km a norte de Díli e o ilhéu de Jaco, na extremidade leste da ilha.

O território timorense é montanhoso e de origem vulcânica, com alguns vulcões extintos, possuindo alguns trechos de mata densa e algumas dezenas de riachos com as suas quedas de água bem como centenas de quilómetros de praias luxuriantes e desertas a maior parte do tempo. Para além de belas praias, Timor-Leste tem um rico património histórico herdado nomeadamente da época portuguesa bem como tradições culturais nativas muito variadas.

Figura 12 - Variação anual da precipitação e temperatura média em Díli



Fonte: Agência de Meteorologia. Aeroporto de Díli (2015)
disponível em <http://www.statistics.gov.tl/> consultado em 04/11/2016

Segundo Molnar (2009) o clima é quente e húmido, com a temperatura média a oscilar entre os 19°C e os 30°C, decorrendo a estação seca entre maio e setembro e a época das chuvas habitualmente entre os meses de outubro e abril, variando de região

para região, devido nomeadamente à influência das diferentes altitudes, existindo uma significativa amplitude térmica entre os 19 e os 31°C. Na zona central o clima é frio com temperaturas agrestes nas altas montanhas, como por exemplo em Maubisse e Hato-Builico, onde se registam temperaturas mínimas na ordem dos 4°C. As temperaturas médias em Timor são elevadas variando relativamente pouco ao longo do ano, registando-se um incremento da precipitação entre fevereiro e abril, diminuindo depois e desaparecendo entre agosto e outubro. As temperaturas médias mensais mais elevadas verificam-se nos meses de novembro a janeiro, e as mais baixas nos meses de julho e agosto. Como se pode verificar no gráfico termopulviométrico (ver figura 12), as temperaturas médias na capital são elevadas variando relativamente pouco ao longo do ano, e a precipitação acompanha a tendência descrita.

4.2. Etnografia

As características culturais em Timor-Leste, também conhecida como ilha do Crocodilo⁴, apresentam traços de valores orientais combinados com valores latinos. O peso da cultura portuguesa em Timor é único, comparado com o de outros países vizinhos na região, como a Indonésia na Ásia, e a Austrália no Pacífico. A estrutura social comunitária de Timor-Leste tem por base a família. A linha da família decorrente do homem tem o nome de *Fetosa* e a linha que decorre da mulher designa-se por *Umane*, cada uma delas vindas de diferentes Casas de Tradição ou *Uma Lisan*. Cada *Uma Lisan* tem as suas heranças culturais, enquanto património de uma geração. Dentro da enorme riqueza e diversidade etnográfica destacam-se as casas sagradas tradicionais timorenses ou *Uma Lulik*, que homenageiam os antepassados dos povos locais e têm diferentes aspetos conforme a cultura em causa.

Timor-Leste tem trinta e oito línguas maternas: trinta e quatro línguas locais e quatro línguas internacionais, pelo que dentro das línguas locais mais faladas neste território encontramos: Tétum, Mambai, Makasae, Kemak, Bunak, Tokodese, Fataluku, Baikenu/Atoni, Waimaia, Naueti e Galolen. As línguas internacionais são o Português, o Inglês, o *Bahasa* ou Língua Indonésia e o Mandarim.

⁴ Segundo as lendas locais os timorenses são descendentes de um rapaz que foi trazido nas costas de um velho crocodilo gigante que ao morrer petrificou e tomou a forma alongada da ilha.

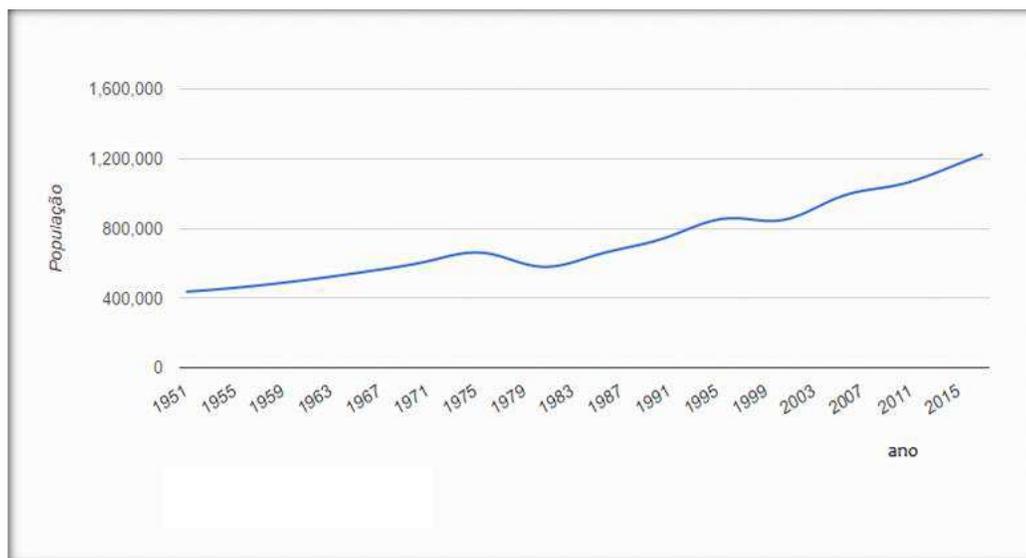
As línguas oficiais do país são o Tétum e o Português, pelo que o Inglês e o Bahasa Indonésio são consideradas como línguas de trabalho, acontecendo que a variabilidade da língua apresenta-se como um fator de riqueza do país, mas também como um obstáculo para o desenvolvimento económico-social.

No período de transição sob a administração das Nações Unidas entre 1999 e 2013, o país começou a receber muitos estrangeiros, entre militares e civis, sobretudo pessoal da UNAMET que prestaram serviço no território sendo óbvio que esta presença terá sido o motor de arranque na área de turismo, em particular nas praias timorenses.

4.3. A demografia

Timor Leste possui uma população (estimada pela *Central Intelligence Agency*) de 1 261 072 efetivos (dados de 2016), dos quais 632 207 correspondem a população masculina (50,1%) e 628 865 indivíduos à população feminina (49,9%). Os números disponíveis mostram uma estrutura populacional muito jovem porque mais de 50% têm menos de 25 anos e uma taxa de nascimentos muito elevada, acima da taxa de mortalidade. Segundo o *CIA World Factbook* a taxa de crescimento populacional foi em 2016 de 2,44%.

Figura 13 - Evolução demográfica de Timor-Leste



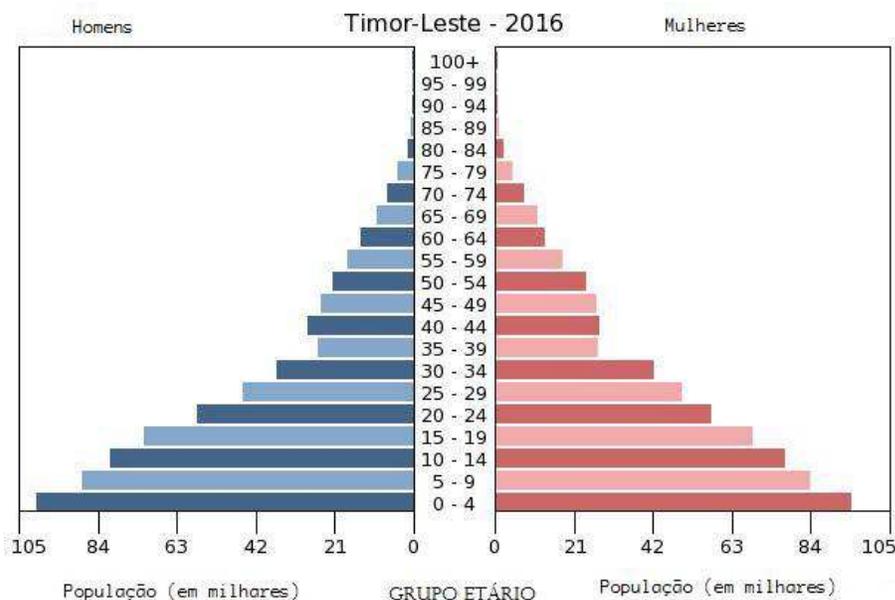
Fonte: adaptado de <http://countrymeters.info> consultado em 12/12/216

Segundo o Instituto de Estatística de Timor-Leste (dados de 2016) Timor-Leste possui uma densidade populacional aproximada de 53 hab./Km². Como se pode verificar na figura 13, a população timorense tem vindo a aumentar lentamente desde a década de 50, apesar de algumas oscilações conotadas com as mortes ocorridas durante a ocupação indonésia.

Ainda segundo o Instituto de Estatística a população do distrito de Díli constitui atualmente 234 331 habitantes, tendo havido um aumento de 33,3% desde 2004. Os três distritos mais populosos são Díli, Baucau e Ermera onde habitam 43% da população timorense. Por outro lado, os três distritos menos povoados são Manatuto, Aileu, Manufahi, onde vive 13% da população.

A nível da proporção de sexos existem 103 homens por cada 100 mulheres em Timor-Leste, sendo a média do tamanho do agregado familiar de 5,8 pessoas. A proporção da população a viver em zonas rurais é ainda elevada se comparada com países mais desenvolvidos, estando atualmente nos 70,4%.

Figura 14 - Pirâmide etária



Fonte: Adaptado de CIA disponível em www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos consultado em 02/04/2017

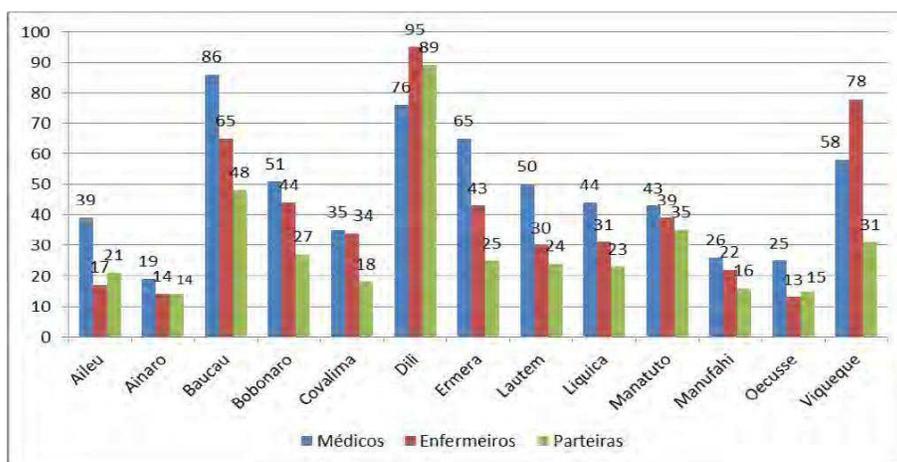
A pirâmide etária (ver figura 14) denota uma população essencialmente jovem com algumas classes ocas que denunciam os episódios violentos sofridos pelo povo timorense nas gerações agora mais velhas, nomeadamente na chamada *geração perdida* que agora está na casa dos 60 anos.

A taxa de mortalidade infantil é de 39,8 ‰ havendo 41,84 mortes/1.000 nascimentos dentro dos indivíduos do sexo masculino com menos de um ano, segundo dados do INE de Timor-Leste. Em termos de crianças do género feminino existem 35,54 mortes por cada 1.000 nascimentos sendo todos estes valores de TMI do ano de 2014. No tocante à esperança média de vida aquando do nascimento para a população geral estava nos 67,39 anos (ano 2014) sendo a EMV para os homens de 65,87 anos e, como é habitual, as mulheres vivem em média um pouco mais, com uma esperança de vida de 69,01 anos.

4.4. Cuidados de saúde

Segundo dados do INE de Timor-Leste a taxa de fertilidade era em 2010 de 5,2 nascimentos/mulher, tratando-se pois de um país jovem (42,4% dos habitantes com idade abaixo ou igual a 14 anos), com muitas famílias numerosas e jovens. Neste país ainda morrem muitas mães em trabalho de parto, sendo que a taxa de mortalidade materna é de 300 óbitos por cada cem mil nados vivos. Outro dado ainda mais preocupante corresponde às crianças (menores de 5 anos) abaixo do peso normal, as quais constituem 45,3% do total.

Figura 15 - Disponibilidade de profissionais de saúde em 2014



Fonte: HIMS Ministério da Saúde (2015) disponível em <http://www.statistics.gov.tl/> consultado em 04/12/2016

Os gastos relativos ao setor da saúde ascendiam em 2012 a 5,1% do PIB, sendo a densidade de médicos de 0,1 médicos/1 000 habitantes, existindo em Timor-Leste uma oferta bastante deficitária e desequilibrada em termos do território (como se pode verificar no gráfico da figura 15), apenas existindo 5,9 camas hospitalares por cada 1 000 habitantes. Em 2013 as autoridades sanitárias estimavam que a obesidade (taxa de incidência na população adulta) era de apenas 2,7%.

Pela análise destes dados fornecidos pelo Ministério da Saúde (relativos ao ano de 2014) verifica-se ainda uma diminuta oferta de prestadores de cuidados de saúde quando comparada com parâmetros ocidentais, havendo ainda assimetrias entre os municípios, principalmente em termos de médicos. Recorre-se ainda, principalmente nas áreas rurais, muito frequentemente à medicina tradicional e curandeiros tribais muito respeitados pelas populações rurais.

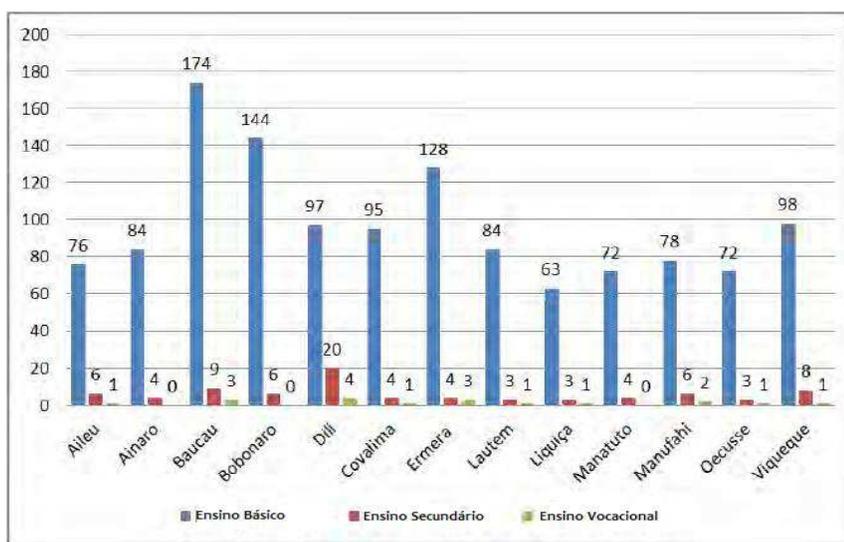
4.5. Ensino

Sendo as condições muito débeis em termos educativos, com falta de escolas, equipamentos e recursos humanos, o ensino é uma aposta fundamental das autoridades timorenses, recorrendo as autoridades à cooperação com países da CPLP para melhorar a qualidade do ensino. O projeto CAFE (Centros de Aprendizagem e Ensino) abrange atualmente 13 centros espalhados pelos diferentes distritos do país (consultar a figura 16). Com um protocolo recentemente renovado por quatro anos, veio substituir o antigo projeto Escolas de Referência, que pretendia criar polos distritais da Escola Portuguesa de Díli, inaugurada em 2002, ano da independência do país.

A expansão atesta a boa aceitação do modelo português, que inevitavelmente conduzirá à cobertura, pela cooperação portuguesa, de toda a escolaridade até ao 12.º ano, o que apenas existe no estabelecimento de Díli, de resto, os docentes portugueses contratados têm a dupla função de dar aulas e servir de mentores a professores locais. No entanto, nem tudo tem corrido bem com a experiência, como o que aconteceu em 2016, tendo havido atrasos na abertura de dois centros, por falta de verbas, e problemas com os vencimentos dos docentes, situação que foi desbloqueada com a intervenção do próprio ex-presidente timorense, Dr. José Ramos Horta⁵.

⁵ Político e jurista timorense, presidente deste país de 2007 a 2012. Inicialmente fora o porta-voz da resistência timorense no exílio durante a ocupação indonésia entre 1975 e 1999. Ministro de Negócios Estrangeiros de Timor-Leste desde a independência em 2002. Em Dezembro de 1996, José Ramos-Horta recebeu o prémio Nobel da Paz.

Figura 16 - Número de estabelecimentos de ensino em 2014

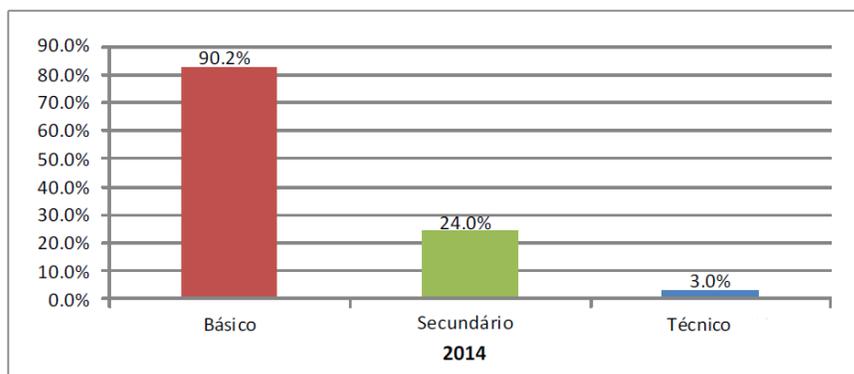


Fonte: Ministério da Educação (2015) disponível em <http://www.statistics.gov.tl/> consultado em 07/12/2016

A percentagem de matrículas na educação básica é bastante elevada, mas nos níveis de instrução seguintes denota-se um enorme decréscimo, o que não contribui para uma população suficientemente qualificada, como se verifica na figura 17.

Desde a restauração da independência (20 de maio de 2002) que se têm feito grandes esforços na melhoria do sistema educativo, tendo-se conseguido progressos consideráveis, especialmente no acesso à educação, na construção e reabilitação de escolas, no desenvolvimento curricular e na reconversão de professores, segundo documento de análise do Ministério da Educação. Os dados fazem parte de um relatório elaborado para a preparação do 3.º Congresso Nacional da Educação, onde foi feito um ponto da situação do setor educativo e se definiram políticas consensuais para o futuro. Segundo este documento, em 2016, Timor-Leste tinha 1.715 escolas do ensino pré-escolar, básico e secundário, mais 772 (mais 82%) do que as 943 do ano letivo de 2001. O número de alunos aumentou em quase 153 mil, de 238,6 mil para 391,6 mil, o que equivale a um crescimento de 64% no mesmo período. O número de professores, por seu lado, mais do que duplicou, crescendo 113%, de 6.541 para 13.948, o que levou a uma redução do rácio aluno-professor: em 2001 havia trinta e seis alunos por cada professor e no ano de 2016 eram vinte e oito alunos por cada docente, num país onde mais de metade da população tem menos de dezoito anos.

Figura 17 - População em idade escolar matriculada por nível de ensino



Fonte: Ministério da Educação disponível em <http://www.statistics.gov.tl> consultado em 03/04/2017

Em termos de níveis de escolaridade, o número de escolas e alunos na educação pré-escolar mais do que quintuplicou em 15 anos, passando de 52 escolas em 2001 para 326 em 2016 (um crescimento de 527%) e de 2.904 alunos para 18.336 (mais 531%). O número de professores cresceu 314%, passando de 149 para 617, sendo a taxa bruta de matrícula de 17%.

Segundo o Ministério da Educação, o ensino básico regista um aumento significativo nos índices de acesso, com 89% das crianças em idade escolar matriculadas, porém o aumento no acesso não se traduziu, na mesma medida, em melhorias na qualidade de ensino, com reduzidos índices de aprendizagem dos estudantes timorenses a constituírem um importante desafio, nomeadamente nos primeiros anos do ensino básico, onde as taxas de repetição são particularmente elevadas. A taxa de abandono escolar no ensino básico ronda os 2,6% e a taxa de retenção é de 13%, num universo de 317,3 mil alunos.

A qualidade das infraestruturas e dos equipamentos escolares é, segundo o Ministério da Educação, outro desafio, já que apesar de trezentas e onze escolas básicas terem sido reabilitadas e cerca de 100 mil unidades de mesas e cadeiras terem sido distribuídas, muitas escolas não possuem ainda salas de aula e instalações adequadas, água, eletricidade e saneamento.

No secundário geral, há mais do dobro de escolas (passaram de 43 para 90), de alunos (de 20,9 mil para 48 mil, ou mais 130%) e de professores (há 1.778, mais 108% do que os 855 de 2001).

Quanto ao ensino técnico vocacional, Timor-Leste quase triplicou as escolas, que passaram de 11 para 32, e mais do que triplicou o número de alunos (aumentaram 246%, de 2.285 para 7.938) e de professores (mais 282%, de 117 para 447). A taxa de matrícula é de 62%, a de transição do básico para o secundário é de 78% e a de retenção no 12.º ano é de 1%.

No que se refere ao ensino superior, Timor-Leste tem hoje menos instituições acreditadas do que em 2003 (passaram de dezassete para onze), mas o número de alunos aumentou 346%, de 13.199 para 58.476, apoiados por 2.079 professores. Entre 2002 e 2015 formaram-se em Timor-Leste mais de 25.500 jovens (46% mulheres), num universo em que 19% dos estudantes estão no ensino público e 41% dos professores têm qualificação igual ou superior a mestrado. A este número somam-se dezenas de milhares de jovens a estudar no estrangeiro.

4.6. Economia timorense

Cerca de 75% da população de Timor-Leste reside em áreas rurais e, de acordo com seu o plano estratégico para o desenvolvimento 2011-2020, mais de 70% das famílias de Timor-Leste dependem de algum tipo de atividade agrícola para a sua sobrevivência. Os dados do último censo (de 2010) indicam que 68% da população com empregos remunerados nas zonas rurais trabalham para o Estado de alguma forma e 32% para o setor privado, por norma em pequenos ou muito pequenos negócios, acontecendo que destes trabalhadores do setor privado, apenas cerca de 10% são remunerados. A grande parte da produção agrícola destina-se à alimentação das famílias dos respetivos agricultores (autoconsumo), e no caso do arroz, um alimento básico, a produção local não consegue mesmo assim responder à procura do país, sendo suprida pelas importações.

Cerca de 90% das famílias utilizam ainda lenha para cozinhar e quase metade faz uso de querosene para produzir luz artificial (37%). A maior parte da energia provém de geradores a gásóleo utilizados para produzir eletricidade, razão pela qual, em termos globais, a eletricidade está disponível por apenas algumas horas durante a noite em lugares menos povoados. Apenas cerca de 66% dos núcleos familiares têm acesso às fontes de água potável e outros 21% têm acesso à água canalizada pelo que bastantes famílias ainda têm que se abastecer de água potável nos fontanários públicos, poços, nascentes ou noutras fontes hídricas.

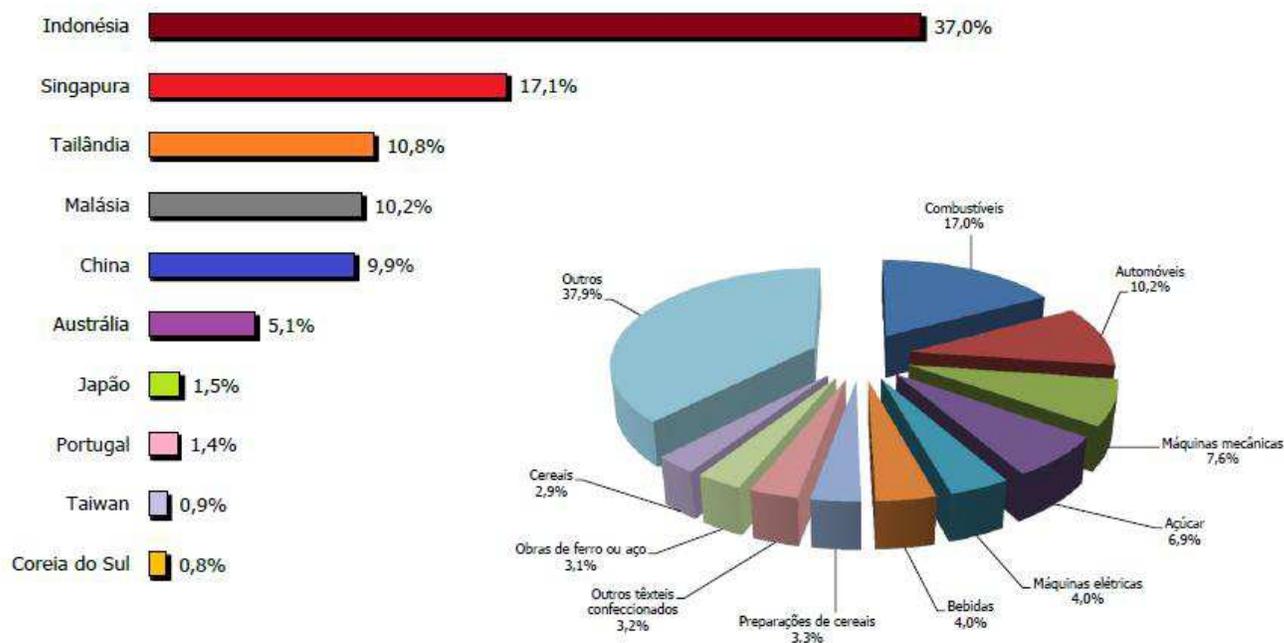
Segundo o *United Nations Development Program*, 37,4% da população do país vive abaixo da linha de pobreza internacional, o que significa viver com menos de 1,25 dólar dos Estados Unidos por dia (dados de 2012). Timor-Leste tem uma economia de mercado que costumava depender de exportações de alguns produtos como café, mármore, petróleo e sândalo, tendo a economia do país crescido cerca de 10% em 2011 e o mesmo valor em 2012. O Banco Asiático de Desenvolvimento promoveu o estudo *Pacific Economic Monitor* assente num inquérito designado de *Labor Force Survey* datado de 2013, o qual permite concluir que apenas 30,6% da população em idade ativa integra a taxa de participação no mercado de trabalho.

Como se confirma na figura 18, a maior parte dos produtos importados por Timor-Leste é proveniente em grande parte da Indonésia seguindo-se a uma certa distância Singapura e depois Tailândia, Malásia, China e Austrália. As importações de vários tipos de produtos (ver figura 18) que vão desde combustíveis refinados e automóveis a maquinarias e açúcar, têm uma explicação geográfica, dada a proximidade dos países exportadores (sobretudo do sudeste asiático), tendo Portugal a grande desvantagem da distância, embora mesmo assim consiga vender 1,4% dos produtos que entram em território timorense. Este país apresenta um enorme défice da balança comercial, que em 2014 atingiu os 435,66 milhões de dólares. Segundo o Banco Central de Timor-Leste, a economia timorense continua a registar um enorme défice comercial de bens, devido à manutenção de uma elevada dependência das importações, cujos valores globais continuaram a aumentar em 2014, explica o BCTL no seu relatório anual.

O saldo da balança corrente, incluindo o rendimento primário, ascendeu a 82% do PIB não petrolífero, em 2014, um valor bastante inferior aos 196% registados em 2013, o que se deve em grande parte à queda no rendimento das receitas do petróleo e do gás do Mar de Timor e ao défice da balança de transações (importação e exportação de bens e serviços).

Comparações entre países desta região sugerem que o nível dos salários médios pagos em Timor-Leste são relativamente elevados no contexto de produção de riqueza, estando a economia dependente dos gastos públicos e em menor medida da assistência de doadores internacionais.

Figura 18 - Origem e tipo de importações timorenses em 2014



Fonte: Adaptado de Divisão de Inteligência Comercial, disponível em:

<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDTimorLeste.pdf> Consultado em 07/09/2017

O desenvolvimento do setor privado tem ficado aquém do desejável, devido à escassez de capital humano, sendo que Timor-Leste apresenta fraquezas nas suas infraestruturas, um sistema jurídico incompleto e um ambiente regulatório ineficiente.

Depois do petróleo, o segundo maior produto de exportação é o café, que gera cerca de 10 milhões de dólares ao ano para o país. No gráfico da figura 19 observa-se nos últimos anos um aumento progressivo dos valores do PIB, pese embora um abrandamento do crescimento a partir de 2012. Segundo o estudo das agências IPAN e CID, no início da restauração da independência, o país enfrentou enormes desafios de desenvolvimento de ordem social e económica com 70% das infraestruturas no território destruídas após o anúncio do resultado da consulta popular.

Figura 19 - Evolução do PIB de Timor-Leste



Fonte: Adaptado de www.tradingeconomics.com consultado em 03/04/201

Como se pode aferir pelo gráfico da figura 20, o PIB por habitante tem vindo a aumentar rapidamente desde valores irrisórios em 2006 até 2010, ano a partir do qual o crescimento tem sido mais lento, estando os valores ainda abaixo dos US\$1000 anuais.

Segundo dados do Instituto Geológico e Mineiro o território de Timor-Leste tem um potencial muito apreciável de recursos do subsolo com mais de 200 variedades de minerais espalhados por todo o país, destacando-se entre estas, metais como o ouro, o cobre, o manganés, a prata e o crómio. Em termos de minerais não metálicos podem encontrar-se os calcários, o mármore, a bentonita, o gesso e o fósforo.

O gás e o petróleo concentram-se, sobretudo, na costa sul no mar de Timor e parte norte da Austrália, designada como *The Joint Petroleum Development Area JPDA*⁶, uma Área de Desenvolvimento Conjunto entre Timor-Leste e a Austrália. A indústria do gás e do petróleo são atualmente consideradas como setores líderes de desenvolvimento do país e contribuem em mais de 90% para o PIB total nacional (Ministério das Finanças, 2012). Entre 2007 e 2015, a economia cresceu, em média, mais de 12% ao ano, embora se registre uma desaceleração nas taxas de crescimento do PIB nos anos mais recentes, e por sua vez, a pobreza baixou 9% nos últimos dois anos segundo o *United Nations Development Program* (UNDP), dados de 2015.

⁶ Tratado internacional entre a Austrália e Timor-Leste assinado em Díli, em 20 de maio de 2002, no dia que Timor-Leste alcançou a sua independência após o término do período de governo das Nações Unidas. Diz respeito à exploração conjunta de petróleo do Mar de Timor feita pelos dois países.

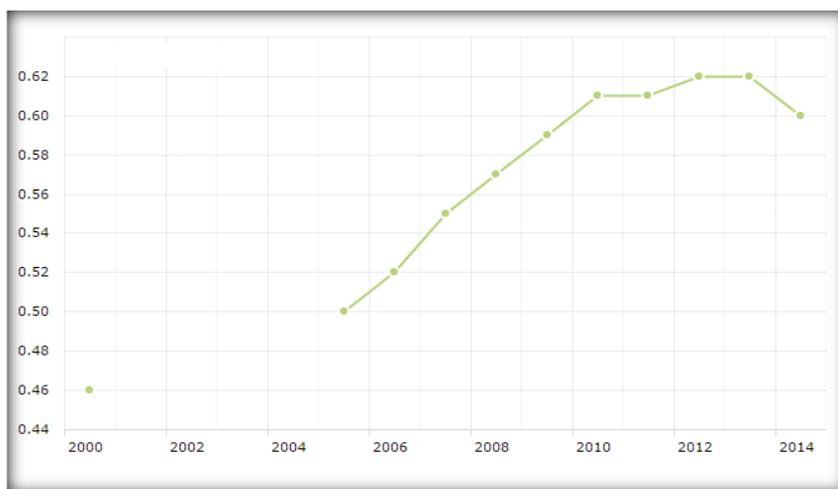
Figura 20 - Evolução do PIB *per capita* em Timor-Leste



Fonte: Adaptado de www.tradingeconomics.com consultado em 03/04/2017

Como verificamos no gráfico correspondente à figura 21, o IDH relativo a Timor-Leste tem vindo a melhorar significativamente desde o ano 2000 e até 2010, tendo existido alguns altos e baixos a partir daí. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano no ano de 2014 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas (ONU), compilado com base em dados de 2015, este país encontra-se numa classificação de desenvolvimento humano médio, com um valor de 0,605, tendo aumentado 0,002 em relação ao ranking do ano anterior.

Figura 21 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: UNDP (2015)

Conforme o Relatório do Desenvolvimento Humano do *United Nations Development Program* (UNDP, 2010), Timor-Leste registou uma mudança significativa no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), passando da posição 141, em 2009, com a classificação de país com IDH baixo, para a posição 120, em 2010, sendo classificado como país com IDH médio, entre 169 países no mundo, com um valor de IDH de 0,502. Os preços dos produtos básicos têm-se mantido relativamente estáveis em Timor-Leste nos últimos anos, sendo que em fevereiro de 2015 se verificou uma inflação nula, face ao mês anterior, e um crescimento de 0,6% em termos homólogos, segundo dados oficiais. O Ministério das Finanças de Timor-Leste explica que aumentos nos produtos alimentares (0,1%), álcool e tabaco (0,6%) foram compensados pela queda de 1,2% no custo dos transportes. Em termos anuais, o maior aumento em 2015 de preços foi na educação - cresceu 18,6%, seguindo-se roupa e calçado (mais 5,8%), sendo que o setor dos transportes (menos 6,6%), protagonizou a maior queda.

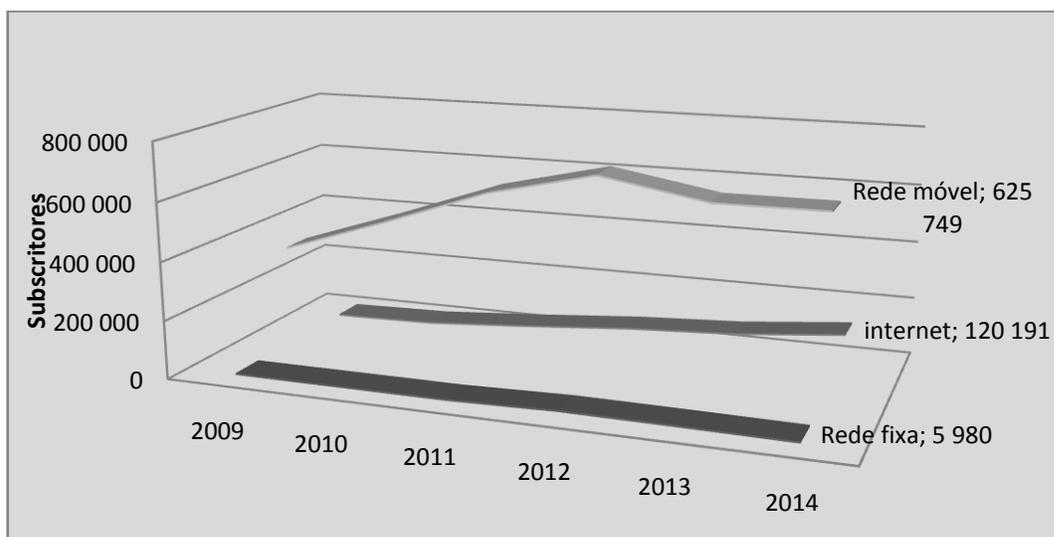
4.7. Serviços

4.7.1. Telecomunicações

A utilização dos meios de comunicação, como se confirma no gráfico da figura 22, é ainda bastante diminuta mas com tendência a um incremento tímido a nível do uso das novas tecnologias de informação e comunicação.

As comunicações móveis são operadas, em grande parte, pela Timor Telecom que em 2009 assinou uma parceria entre a empresa de telefonia chinesa ZTE, visando expandir ainda mais o sistema de telefonia móvel, tendo o monopólio da Timor Telecom em 2010 sido cancelado pelo governo para permitir a livre concorrência. Segundo a Timor Telecom, o número de telefones móveis aumentou significativamente após 2006, ano este em que apenas 10% da população tinha um telemóvel. Em 2012 já existiam 600.000 telefones móveis, abrangendo mais da metade da população, dois anos depois a proporção de utilizadores de telefones móveis subiu para 63% da população.

Figura 22 - Evolução das subscrições de serviços de telecomunicações



Fonte: Construção própria a partir de dados obtidos em www.timortelecom.tl consultado em 12/11/2016

As linhas de telefone fixo, em 2008, eram apenas 2.641, havendo em todo o país 926 pontos de acesso à internet, contra 601 em 2004, e em 2010, 0,21% da população tinha acesso à internet. Para o fornecimento de internet banda larga para Timor-Leste, o governo do país estuda a construção de um cabo submarino de Darwin para Díli num futuro próximo.

4.7.2. Energia

De acordo com os dados recolhidos no censo de 2010, pelo INE, 87,7% da população urbana e 18,9% das famílias rurais têm energia elétrica, para uma média geral de 36,7%. Conforme informação da EDTL (Eletricidade de Timor-Leste) o consumo de eletricidade, nos últimos anos, embora pareça insignificante, simboliza um consumo crescente, em particular em residências e estabelecimentos comerciais, quase duplicando entre 2010 e 2015.

A Rede Elétrica de Timor vai, segundo a EDTL, proporcionar um fornecimento regular de eletricidade, para apoiar o desenvolvimento do litoral sul e subsequentes grandes projetos de infraestruturas indo também permitir a conversão para uma fonte de combustível mais ecológico que é o gás natural, uma vez disponível a oferta doméstica. As previstas novas estações de eletricidade terão uma capacidade mais adequada para responder à procura atual dos clientes e o estabelecimento de nove novas subestações

permitirá ligar os alimentadores de distribuição a todos os cantos do país com exceção de Oecusse e da Ilha de Ataúro.

4.7.3. Banca

A banca timorense é essencialmente constituída por subsidiárias indonésias, australianas e portuguesas, acontecendo que cada banco conforme a sua origem tem uma clientela específica e só agora se começam a emitir cartões de crédito, os primeiros do sistema bancário do país. O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) foi formalmente criado a 13 de Setembro de 2011, sendo responsável pela política monetária e entre outras funções, destaca-se a supervisão da atividade bancária, sendo de salientar que atualmente a moeda local é o dólar norte-americano (USD), embora o governo cunhe as moedas de cêntimos, convivendo ainda no mercado várias moedas estrangeiras, nomeadamente a rúpia indonésia, principalmente em zonas fronteiriças. O maior banco (Banco Nacional Ultramarino) tem cerca de 70 mil clientes, tendo atualmente 40 caixas de multibanco em Timor-Leste, com presença em 12 municípios e emprega 135 funcionários. Tendo sido o primeiro banco a instalar-se em Timor-Leste e o banco mais antigo a operar no território, o BNU faz parte do Grupo Caixa Geral de Depósitos, tendo inaugurado a primeira agência na cidade de Díli em 1912. O Nak Mandri apenas serve praticamente clientes indonésios na sua única agência. O ANZ Bank, serve sobretudo as comunidades australiana e neozelandesa. O Asian Development Bank está ligado à ASEAN servindo como um banco de fomento. A Caixa Geral de Depósitos (casa mãe do BNU) tem uma presença apenas virtual.

A empresa portuguesa SIBS foi contratada pelo Banco Central deste país para implementar o primeiro sistema eletrónico interbancário que permitirá aos clientes de todos os bancos que operam no país aceder a uma rede idêntica ao multibanco, o projeto faseado começa, segundo o Banco Central, com a ligação das atuais infraestruturas dos cinco bancos comerciais que operam no país. Já estão instaladas cerca de 80 unidades de pagamento por cartão nos principais estabelecimentos comerciais (restaurantes, hotéis, supermercados, clínicas e estações de serviço) sendo o objetivo criar condições para que os clientes paguem com cartão em vez de pagar em dinheiro vivo.

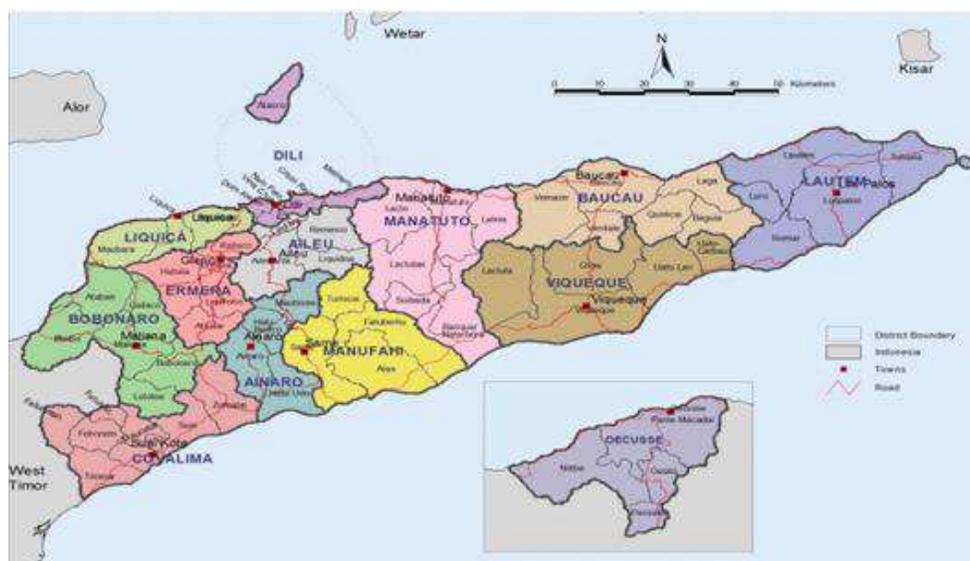
Em suma, Timor-Leste (em especial a capital) disponibiliza aos seus cidadãos e visitantes os serviços indispensáveis, o que é muito importante para o desenvolvimento do setor do turismo.

4.8. Organização política e administrativa

4.8.1. Funcionamento administrativo

Este país ainda jovem restaurou a sua independência em 2002, depois de ter sido ocupado pela Indonésia desde Novembro de 1975 aquando da saída das forças portuguesas. Conforme o mapa da figura 23, Timor-Leste tem 13 municípios: Baucau, Bobonaro, Díli, Liquiçá, Manatuto, Oé-cusse, Lautém, Viqueque, Cova-Lima, Manufahi, Ermera, Ainaro e Aileu. A república timorense encontra-se dividida em 12 grandes regiões administrativas (municípios) e a Região Administrativa Especial de Oecusse. O país é formado por 67 subdistritos, variando o seu número entre três e sete subdistritos por distrito, os subdistritos são divididos em 498 sucus, compostos por uma localidade sede e subdivisões administrativas que variam entre dois e dezoito sucus por subdistrito. A capital, Díli, situa-se na costa norte da ilha. Baucau, situada a leste da capital, é o segundo maior aglomerado urbano.

Figura 23 - Mapa da divisão administrativa de Timor-Leste



Fonte: Direção Geral de Estatística, Departamento de Cartografia

4.8.2. Organização do poder

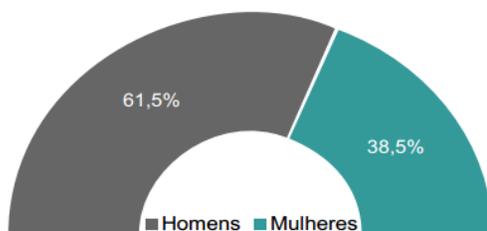
Segundo a constituição de Timor-Leste, o Presidente da República Democrática de Timor-Leste é o Chefe de Estado de Timor-Leste, eleito por sufrágio direto e universal para um mandato de cinco anos, e reelegível para um segundo mandato consecutivo. O Presidente da República é o garante da constituição, da unidade do Estado e do regular funcionamento das instituições democráticas, cabendo-lhe promulgar os diplomas legislativos aprovados pelo Governo ou pelo Parlamento Nacional e podendo exercer o direito de veto sobre os mesmos, além de ser o Comandante Supremo das Forças Armadas.

O chefe do Governo possui competência própria e a competência delegada pelo Conselho de Ministros, nos termos da constituição e da lei. Compete, em especial, ao Primeiro-Ministro chefiar o governo e presidir ao Conselho de Ministros; dirigir e orientar a política geral do governo e toda a ação governativa e representar o governo perante a comunidade internacional. O Primeiro-Ministro é coadjuvado pelo Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros; pelo Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais; pelo Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos e pelo Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos da Administração do Estado e Justiça.

De especial interesse para o nosso estudo o Ministério do Turismo, Artes e Cultura de Timor-Leste é o órgão central do governo responsável pela conceção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para a área do turismo. Sendo que em muitos países os assuntos turísticos são da responsabilidade de uma secretaria de estado (como no caso português) a mera existência deste ministério, embora integrado com as artes e cultura, denota a preocupação das autoridades governamentais com a importância do turismo para a economia timorense, embora o ideal fosse um ministério totalmente dedicado a este setor.

Pese embora o género feminino ainda esteja em minoria na administração pública e cargos políticos, nomeadamente na assembleia nacional timorense, não existe um desequilíbrio profundo como o verificado em nações vizinhas nomeadamente de maioria muçulmana. Durante a atual governação (2013/2017), num universo de dezasseis pastas ministeriais encontramos três ministras o que perfaz 19%, embora alguns destes ministros, mais concretamente quatro estejam numa posição mais elevada os ministros de estado. Neste VI Governo, temos onze vice-ministérios onde se encontram duas vice-ministras, e finalmente em dez secretarias de estado, temos duas mulheres timorenses.

Figura 24 - Constituição da Assembleia Nacional por género.



Fonte: www.cplp.org (consultado em 04/02/2017)

No geral, a percentagem de mulheres em cargos governamentais não chega aos 20%, e numa escala mais abrangente verifica-se na política timorense um predomínio de figuras masculinas provenientes da época de resistência armada que transitaram para a política e são reconhecidos como verdadeiros heróis e pais da nação timorense. Na assembleia nacional, como se verifica na figura 24, já se verifica uma participação significativa das cidadãs timorenses eleitas pelos vários partidos.

No Plano Estratégico de Desenvolvimento consta que o sistema de ensino precisa igualmente de garantir a igualdade entre os géneros, sendo este um problema particularmente importante ao nível do ensino superior. Segundo as autoridades governamentais, especial atenção será dada ao desenvolvimento de estratégias e ações que assistam as raparigas e rapazes com deficiência de forma a garantir que estes não estão em desvantagem na matrícula e na realização bem-sucedida da educação em todos os níveis.

Uma crescente faixa da população timorense não está associada a qualquer partido político e quase metade normalmente não sabe em quem votará nas legislativas seguintes, sendo no entanto a Fretilin o partido mais apoiado. Segundo um estudo feito no início de 2017 pelo International Republican Institute (IRI), 28% dos inquiridos votaria na Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin), à frente do Congresso Nacional de Reconstrução Timorense (CNRT), de Xanana Gusmão. Em terceiro surge o Partido Democrático (PD) que tem apoio de 5% dos inquiridos, com 2% a dizerem que apoiam o Partido de Libertação Popular (PLP).

Os inquiridos destacam as políticas dos partidos, o seu significado histórico e o facto de se terem sacrificado pelo país como principais fatores para o apoiarem, sendo que uma ampla maioria (68%) considera muito importante que haja uma oposição forte no Parlamento Nacional. No que se refere à transição geracional, um dos temas mais debatidos no palco político em Timor-Leste, a maioria diz apoiar em parte a ideia de que está na altura dos mais velhos cederem a liderança do país. Só 39% dos inquiridos considera que os jovens são capazes de ser líderes de partidos políticos, sendo que os que apoiam essa mudança destacam a capacidade para liderar o país e novas ideias como as principais vantagens dos mais jovens.

4.9. Mobilidade

4.9.1. Transportes rodoviários

A rede rodoviária de Timor-Leste (mapa do anexo 5) é composta por duas estradas costeiras ao longo das costas norte e sul e cinco estradas que atravessam o país e cruzam com as duas estradas costeiras, havendo cerca de 456 pontes no país. Segundo as autoridades timorenses o tráfego em geral é ligeiro, sendo que apenas a ligação norte entre a fronteira da Indonésia e Díli, e de Díli para a região Leste, regista um tráfego de veículos, não incluindo motorizadas, superior a 1.000 veículos por dia.

Outras estradas possuem tráfego (não incluindo motorizadas) inferior a 500 veículos por dia, no entanto os níveis de trânsito em Díli estão a aumentar rapidamente, resultando em congestionamentos e volumes de tráfego, que também irão aumentar em todo o território, à medida que a economia se expande. A rede de estradas está a deteriorar-se, com a maioria das estradas em más condições, exigindo reparações ou mesmo reconstrução. Conforme dados do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB, 2007), cerca de 90% das estradas nacionais estão em más ou muito más condições, com apenas 10% em boas condições, acontecendo que a esmagadora maioria das estradas fora da capital estão em mau estado. A construção e manutenção de estradas, no interior de Timor-Leste, são um desafio, devido ao terreno montanhoso e abundância de lama e água.

A largura média da superfície do pavimento de estradas nacionais e regionais é de 4,5 metros, sendo estreita para os padrões internacionais. O alinhamento da estrada

geralmente não cumpre com os padrões necessários e a construção de bermas e drenagem é fraca, além disso, muitas partes do país ficam regularmente isoladas, devido às estradas e pontes se tornarem intransitáveis, quando levadas pela força da água ou bloqueadas por deslizamentos de terra e inundações.

Existe portanto uma certa restrição à capacidade das pessoas de se deslocarem e ao transporte de mercadorias, o que contribui para o isolamento de algumas partes do país e restringe o desenvolvimento regional. De acordo com o PED-TL será levado a cabo um programa de construção de pontes e a construção de vias de acesso.

4.9.2. Transportes marítimos

Os portos comerciais em Timor-Leste são administrados e geridos pela autoridade portuária nacional, APORTIL, sob a supervisão do Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC). Atualmente, Díli possui o único porto em Timor-Leste que lida com o tráfego internacional de carga seca. Dado que o porto de Díli atingiu o limite da sua capacidade de gestão de carga e apresenta uma capacidade de expansão muito limitada, o governo decidiu avançar com o projeto de construção de um novo porto na Baía de Tibar, o qual irá substituir as movimentações de carga comercial do porto de Díli.

Os serviços de passageiros continuarão a ser realizados no porto de Díli para que a nova operação do porto da Baía de Tibar seja exclusiva a operações de carga. A gestão do porto de Díli é da responsabilidade da APORTIL, que gere igualmente o armazenamento e os serviços de amarração. Atendendo às limitações geográficas do porto de Díli, apenas pequenos navios conseguem atracar, normalmente com menos de 500 toneladas. Segundo o MTC, o tráfego de contentores no porto de Díli tem crescido fortemente nos últimos 5 anos, verificando-se um crescimento médio de 22,7% ao ano, o qual poderá aumentar com o crescimento da economia de Timor-Leste. A construção de portos marítimos tem constituído uma prioridade por forma a facilitar o crescimento da economia timorense, o que poderá alavancar também a circulação de turistas por via marítima, nomeadamente em ferries e paquetes de luxo.

Tem-se verificado uma tendência de conjugação de diversos meios de transporte (multimodalidade), que permite aos turistas circular entre vários pontos da capital (ver anexo 6). As visitas de grandes navios de cruzeiro têm a cooperação do Ministério do Turismo com as autoridades do porto de Díli, os Serviços de Imigração e de Quarentena, a PNTL, o Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente e a Alfândega e o Município de

Díli. Segundo o Diretor do porto de Díli, este tem de ser transformado num porto especial para navios de cruzeiro, por ser um porto único na região da Ásia-Pacífico que se situa no centro de uma cidade e que tem fácil acesso para as agências que a queiram incluir nos pacotes de viagens. Este tipo de chegadas são bem-vindas constituindo um benefício económico para a população local que tem a oportunidade de transacionar produtos de artesanato, água de coco e outros produtos e para os transportes locais. Vários vendedores de produtos de artesanato, como o típico e colorido *tais*⁷ beneficiam das visitas de navios de passageiros que rendem em média entre 500 e 1.000 dólares, o que vai ajudar a economia das suas famílias.

O Governo, através do Ministério do Turismo, pensa em criar um regulamento para controlar a entrada de navios de cruzeiro em Timor-Leste, para minimizar o impacto negativo dos óleos e águas sujas, que podem destruir a riqueza do mar, preocupação esta baseada na experiência negativa das ilhas das Caraíbas e países do Pacífico.

4.9.3. Transportes aéreos

Dado o crescimento económico recente de Timor-Leste é expectável que o tráfego aéreo aumente nos próximos anos não tendo ainda o aeroporto capacidade de resposta para este cenário, nomeadamente em termos de segurança. O aeroporto internacional é gerido pela empresa estatal ANATL (Administração da Navegação Aérea), responsável, entre outras funções, pela administração dos aeroportos nacionais e serviços de navegação aérea, pelo handling do aeroporto e abastecimento dos aviões. O atual terminal do aeroporto necessita de renovação, sendo que a pista de 1.850 metros de comprimento apresenta uma extensão limitada que impede aviões de maior porte aterrarem e, conseqüentemente, conduz a que as ligações aos principais destinos possam ter uma menor limitação de carga.

O Governo de Timor-Leste pretende realizar obras de ampliação do Aeroporto Internacional de modo a que a pista passe dos atuais 1.850 metros para 2.500 metros, bem como proceder à construção de um novo terminal em 2020, com capacidade para um milhão de passageiros por ano. Atualmente (como se pode verificar na tabela do

⁷ Tecido tradicional de Timor-Leste e é elaborado artesanalmente num tear. Representa a sua diversidade étnico-linguística, através das cores, motivos e técnicas utilizados na tecelagem, pelo que nos treze distritos conseguem distinguir-se entre si, utilizando estes diferentes cores, padrões ou técnicas de tecelagem. São preferencialmente usados quando existem cerimónias que celebram as várias fases da vida de um indivíduo: apresentação de um recém-nascido, dia de iniciação na caça de um jovem guerreiro, casamento, enterro ou em certos rituais que se prendem com as tradições do grupo: inauguração de uma casa, estando implicado o indivíduo, a linhagem, a família e a etnia ou grupo em que ele se encontra inserido.

anexo 4) existem em 2017 sete companhias aéreas a servir Timor-Leste numa base regular entre Bali, Singapura e Darwin.

Os níveis de carga atuais não estão a permitir às companhias aéreas operar a níveis rentáveis, pelo que a capacidade existente é apenas suficiente para satisfazer a atual procura. As infraestruturas do aeroporto da capital permitem que os aviões A320 aterrem com limitações de peso e apenas durante o dia, porém este facto não se apresenta, de momento, como um grande desafio ao crescimento, uma vez que a atenção deverá agora centrar-se em preencher os aviões existentes.

De salientar, como se pode observar no mapa da figura 25, a posição estratégica privilegiada das infraestruturas aeroportuárias timorenses, entre o sudeste asiático e a Austrália e a relativa proximidade de Bali um grande *hub* aeronáutico graças aos seus enormes fluxos turísticos.

Figura 25 - Principais rotas de acesso aéreo a Timor-Leste



Fonte: www.timormegatours.sapo.tl (consultado em 02/03/2017)

O Aeroporto Internacional de Dili, também designado Presidente Nicolau Lobato⁸ é o único aeroporto internacional em Timor-Leste com ligações de serviços regulares com a cidade de Darwin (Austrália), a cidade de Denpasar na ilha de Bali (Indonésia) e Singapura. A preocupação imediata reside na qualidade das infraestruturas do terminal do aeroporto existente, que necessita de uma atualização, destacando-se também a prioridade dada pelo governo de partir de uma perspetiva política para a minimização de obstáculos.

⁸ Nicolau dos Reis Lobato (Soibada, Timor português, 24 de maio de 1946 - Turiscai, 31 de dezembro de 1978) foi um político timorense, natural de Leorema, Posto Administrativo de Bazartete, Administração de Liquiçá. Foi guerrilheiro e primeiro-ministro de 28 de novembro a 7 de dezembro de 1975 e 2.º Presidente da República Democrática de Timor-Leste de 1977 a 1978, ano em que morreu em combate contra as forças de ocupação indonésias.

5. Turismo em Timor-Leste

5.1. Recursos turísticos

Os recursos turísticos constituem a componente principal da oferta ou do produto e podem ser recursos naturais ou criados pelo homem. Como exemplos de recursos naturais podemos apontar o clima, a flora, a fauna, a paisagem, as praias, as montanhas, entre outros. Quanto aos recursos criados pelo homem, podemos referir a arte, a história, os monumentos, os parques temáticos, entre outros, sendo assim todos os elementos, quer naturais, quer produzidos pelo homem, necessários à formação do produto turístico (Guerreiro, 2015). Os recursos turísticos constituem a base do desenvolvimento turístico, pois são eles que determinam a atração de uma região, definindo as suas potencialidades turísticas, acrescentando ainda que os elementos naturais normalmente só se transformam em recursos naturais (do ponto de vista económico) após a intervenção do homem para construir, pelo menos, os acessos a esses elementos naturais (Guerreiro, 2015).

A OMT (2003: 23) distingue dois conceitos: património turístico e recurso turístico. Define património turístico como o *conjunto potencial (conhecido ou desconhecido) dos bens materiais ou imateriais à disposição do homem e que podem utilizar-se, mediante um processo de transformação, para satisfazer necessidades turísticas*. Os recursos turísticos são definidos como *todos os bens e serviços que, por intermédio da atividade humana, tornam possível a atividade turística e satisfazem as necessidades da procura*. O património constitui uma potencialidade, matéria-prima sobre a qual deve haver uma intervenção do homem para obter um recurso, enquanto que os recursos turísticos são bens que permitem a atividade turística (Guerreiro, 2015). Nem todos os recursos naturais oferecem as mesmas possibilidades de desenvolvimento turístico, podendo alguns ocasionar deslocações, mas não justificar a existência de atividades turísticas permanentes, enquanto outros dão origem a atividades de grande dimensão.

Guerreiro (2015) aponta como favoráveis ao desenvolvimento do turismo a possibilidade multiuso, a localização, o equilíbrio na utilização e a facilidade de acesso. De facto se o mesmo recurso natural permitir, simultaneamente, a prática de desportos, observação da natureza e passeios pedestres, maiores serão as possibilidades de desenvolvimento turístico nesse local. Quanto mais perto do mercado se localizar um

recurso melhor, sendo que uma procura maior justifica atividades turísticas diversificadas, e a facilidade de acesso também é importante. Importa não destruir as possibilidades de uso futuro, pelo que deve preservar-se o equilíbrio na utilização dos recursos. A este propósito, no PED timorense são apresentadas diversas medidas para o desenvolvimento destes vetores, havendo uma vincada vontade política de potenciar os recursos turísticos.

5.2. Principais recursos turísticos em Timor-Leste

O recurso mais importante de todos neste país é o povo timorense, a sua simpatia e folclore, nomeadamente a sua alegre música. Pode o leitor ter um pequeno vislumbre da riqueza natural e cultural timorense num vídeo da nossa autoria disponível no youtube em <https://www.youtube.com/watch?v=VRb8GTLqIq0&feature=youtu.be>.

A zona setentrional do território timorense onde encontramos, para além do enclave de Oécusse, os distritos de Manatuto, Díli, Liquiçá e mais a Leste os distritos de Baucau e Lautém apresentam belas condições para práticas balneares, possuindo praias idílicas praticamente desertas, recifes de coral e uma natureza luxuriante e intocada. A ilha de Ataúro que se avista da capital e a remota e idílica ilha deserta de Jaco são dois *ex-libris* naturais com zonas propícias ao mergulho e pesca desportiva e sub-aquática. Existe uma grande biodiversidade marítima como os golfinhos e as baleias, e locais apropriados para o mergulho com recifes de coral repletos de vida marinha. Também se encontram vários sítios históricos, culturais e religiosos tanto de origem indígena (casas sagradas) como colonial (caso dos fortes e igrejas) que revelam a evolução da riqueza e variedade etnográfica. Estes e outros pontos de interesse estão localizados no mapa da figura 26, que contém ainda algumas das principais infraestruturas do país.

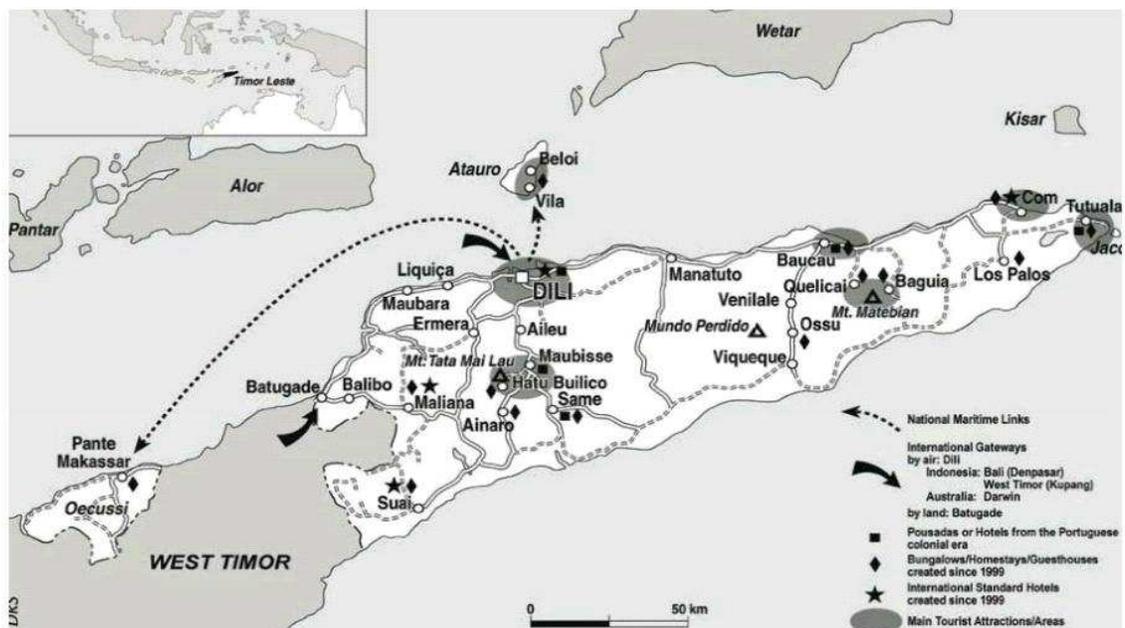
Nas casas sagradas (ou tradicionais) cuja arquitetura varia de local para local, existem altares e objetos sagrados usados em ocasiões especiais, como a surik (espada), o tais (tecido), o tambor, a bandeira, o kaibauk (adorno tradicional de ouro ou prata usado na cabeça), o belak (objeto tradicional igualmente de ouro ou prata que se usa pendurado ao pescoço) e a rota (um ceptro que simboliza a autoridade), bem como outros elementos considerados importantes.

Outro recurso importante é a rica e exótica culinária tradicional timorense que tem algumas nuances distintas conforme a zona do país. A gastronomia timorense é muito mais do que uma síntese de influências estrangeiras mais ou menos impostas; pelo

contrário, os timorenses foram exímios na arte de selecionar o que de melhor os contributos culinários estrangeiros poderiam trazer para a sua culinária. Aspetos da culinária portuguesa asiática e nativa, todos eles podem ser encontrados na gastronomia timorense, mas todos têm um tratamento e uma utilização muito peculiares. Para compreender a culinária timorense é fundamental saborear pratos como o Singa de Kurita ou de Camarão, o Nasi Goreng, o Modo-Fila (uma espécie de porco agridoce), a Flor de Papaia com Balichão; o Tukir de Cabrito; Apas Recheadas; Bafa; Bebinca de Timor; Caldeirada de Cabrito, Caril dos pescadores de Oe-Cussi, Kadaka; Manu Lalar (churrasco de frango tradicional); Pisang Goreng (banana com farinha); Saboko de Camarão; Sassate (espetada de carnes); Singa de Camarão; Vau-Tan ou ainda o Saboco Peixe. Quanto à doçaria tradicional timorense existem por exemplo o Mano Ten com banana, doce de ananás e ainda arroz de Jagra.

A zona meridional composta por dois distritos, Manufahi e Covalima, com os seus potenciais turísticos nas praias com ondas altas e o *Monte Kablaki* a 2.340m, é conhecida pelas suas áreas agrícolas e além disso como a zona mais rica de petróleo e gás no mar entre Timor e a Austrália.

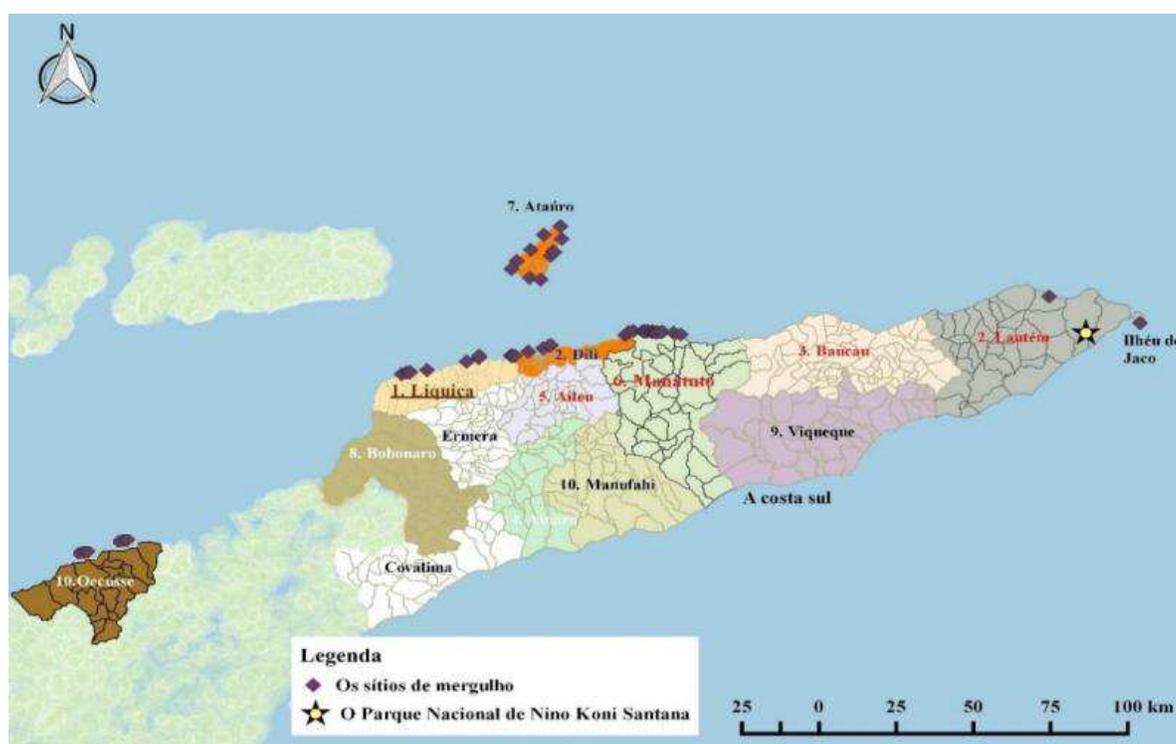
Figura 26 - Principais Infraestruturas e pontos de interesse turístico



Fonte: Cabasset-Semedo (2009)

A costa sul é banhada pelo agreste Mar de Timor designado pelos nativos como *Tasi Mane* (Mar Homem em tétum), enquanto a costa mais atraente e alvo do nosso estudo é banhada pelo *Tasi Feto* (Mar Mulher em tétum) mais tranquilo e atrativo ao turismo, o que não significa necessariamente que a costa sul não tenha potencial turístico, nomeadamente para práticas desportivas costeiras como o *surf* e todas as suas variantes. Também relacionado com o desporto, a competição velocipédica que percorre anualmente grande parte do país, conhecida como *Tour de Timor* que percorre as estradas timorenses em bicicletas todo o terreno por atletas de várias nacionalidades, tem sido uma aposta forte do governo para promover o país.

Figura 27 - Locais tradicionais de mergulho



Fonte: http://wikitravel.org/en/Dive_Sites_of_Timor-Leste (consultado em 04/05/2017)

Segundo De Silveira (2016) a maioria das riquezas de coral e da vida marinha de Timor-Leste existem na costa norte do país e na da ilha de Ataúro, a ilha que pertence ao Município de Díli. A costa deste município, incluindo a da ilha, tem uma diversidade, novidade, abundância, e raridade de vida marinha, na qual se integra a diversidade dos recifes de coral.

A riqueza marinha inclui os peixes recifais, os mamíferos de grande porte, os peixes bentônicos, os plânctones, os pelágicos e os predadores, entre outros, como atrações turísticas subaquáticas ideais para o mergulho, destacando-se a zona de Díli, e a ilha de Ataúro logo em frente, com dezenas de locais de mergulho (ver figura 27). O cenário montanhoso à superfície do país repete-se também debaixo de água: *falésias vertiginosas encontram-se com a praia que em poucos metros mergulha num coral espetacular que cai numa planície marinha de esponjas e gorgônias, percorrida por cardumes de peixes coloridos* (De Silveira, 2016: 52).

Segundo a empresa especializada em mergulho Dive O'Clock, a variedade do *habitat* leva a que haja uma grande diversidade de lugares de mergulho para entusiastas da biologia marinha e fotógrafos, tanto para os que procuram os seres mais pequenos e estranhos da natureza, como para mergulhadores que gostam de apreciar a grandeza da vida subaquática num dos recifes de coral mais saudáveis do mundo. Os recifes estão em média a apenas dez metros de distância e oferecem águas claras para a prática do mergulho livre. Da nossa visita de campo podemos enumerar de seguida algumas características específicas dos distritos que fazem parte da costa norte, a zona que tem mais potencial a nível de turismo balnear.

5.2.1. Recursos turísticos no distrito de Díli

Eventos atuais na capital, como a festa de praia *Sun Set* e outros eventos animam frequentemente a vida da capital. Díli, a maior cidade, é essencialmente o coração comercial e administrativo, com infraestruturas importantes mas também praias que atraem milhares de nacionais e estrangeiros.

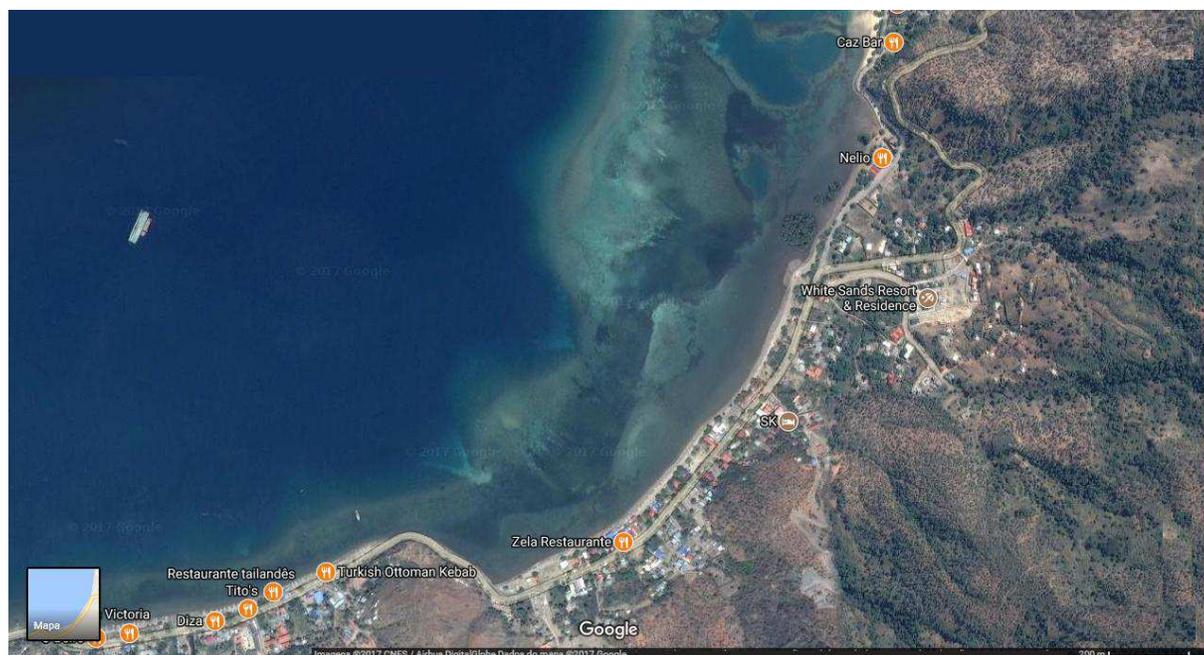
A ilha que se vê de Díli, Ataúro, fica a cerca de 25 km e é perfeita para uns dias de puro relaxamento. Numa hora chega-se a Ataúro (optando pelo *ferrie Nakroma*, que faz a viagem semanalmente, custa cerca de nove dólares) e com sorte os passageiros podem ver golfinhos na viagem, ou avistar as baleias, que costumam incluir esta zona nas suas rotas migratórias. Para explorar a ilha de uma forma completa, os seus 117,35 km², há vários barcos de pescadores que nos levam a diferentes praias e a sítios ainda mais recônditos de modo a desfrutar as magníficas vistas do *resort* e, sobretudo, o silêncio. No mercado, junto ao porto, vende-se maioritariamente peixe seco e algas. No atelier das

famosas bonecas de Ataúro, umas quantas costureiras trabalham e vendem esse artesanato.

Na capital existem inúmeros pontos de interesse e o turista pode dar grandes passeios pela cidade. Percorrendo a longa marginal (ver figura 28), desde a avenida onde funcionam vários estabelecimentos hoteleiros e de restauração, existem algumas embaixadas e outros edifícios públicos nomeadamente o Palácio do Governo. Os turistas podem nesta zona visitar o mercado da fruta, para conhecer e provar algumas frutas típicas e depois continuar até à praia da Areia Branca e subir até à estátua do Cristo-Rei para ter uma vista única da cidade e da costa.

Ao cair da noite, o visitante pode jantar um saboroso peixe grelhado num dos muitos restaurantes junto ao mar. Para além dos mais de 60 estabelecimentos de restauração, existe uma série de bares e discotecas.

Figura 28 - Avenida Marginal da Areia Branca



Fonte: <https://www.google.pt/maps> consultado em 03/04/2017

Alguns dos principais pontos de interesse são: Arquivo & Museu da Resistência Timorense, o Mercado de *Tais*; o Cemitério de Santa Cruz; a Catedral da Imaculada Conceição; o Largo de Lecidere; várias lojas de artesanato bem como as praias de Tasitolu e dos Coqueiros. Existem ainda várias empresas especializadas que

proporcionam mergulho com garrafa e com tubo, excursões, excursões de barco e desportos aquáticos, e vários outros tipos de atividades ao ar livre.

Saindo da cidade de Díli em direção a Este, os viajantes confrontam-se, primeiro, com a onnipresença da montanha, serpenteando o sobe e desce da estrada, e depois as vistas sobre a imensidão do mar e do recorte das praias, existem locais bem conhecidos para mergulho. *One Dollar Beach* é uma popular área de natação e piquenique. O peixe e o arroz grelhados podem ser comprados em barracas na estrada e, na localidade de Manleo, há uma boa variedade de cestarias e tecidos para venda.

5.2.2. Recursos turísticos no distrito de Manatuto

Para além de inúmeras praias e locais de mergulho, a aprazível cidade de Manatuto, com o seu comércio e restaurantes típicos tem vários argumentos para prender os visitantes. Neste distrito também existe um importante santuário mariano designado de *Soibada*. Nas aldeias deste distrito os agricultores locais cultivam arroz e outras culturas e pastoreiam gado, como ovelhas e cabras. Em elevações mais altas, cultivam café e abacate. As florestas isoladas e os pântanos costeiros (ponto 15 no mapa da figura 29) foram propostos para designação como parte de um santuário selvagem da vida selvagem, rico em espécies endémicas nomeadamente aves, incluindo pombos raros.

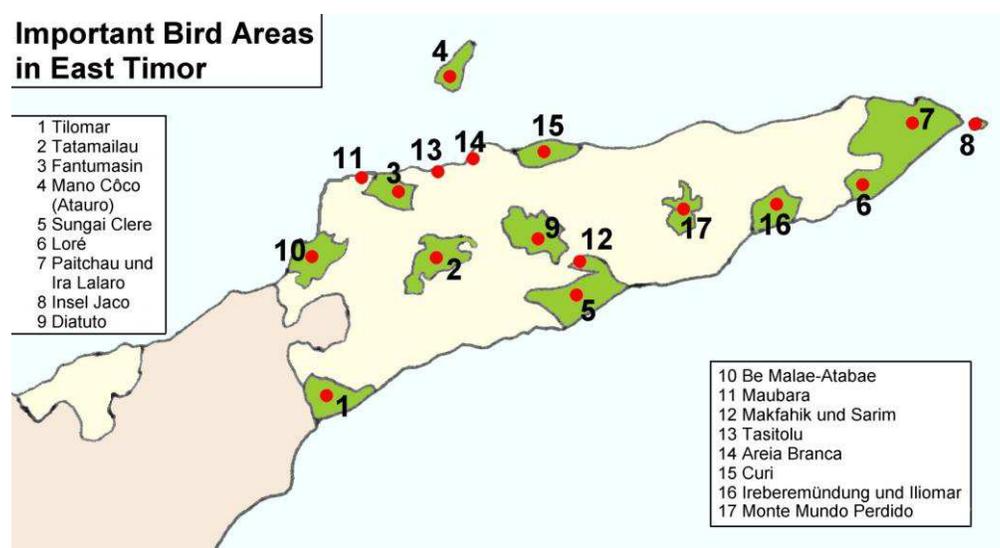
As praias da zona são bonitas e arenosas, com muitas árvores tendo um aspeto verdadeiramente selvagem.

5.2.3. Recursos turísticos no distrito de Baucau

Saindo do relativo conforto urbano de Vila-Antiga, depois de conduzir paralelamente ao mar, pelo meio do campo, o turista pode descer até à praia, podendo ter a sensação que acabou de chegar a uma terra intocada, experiência esta ainda mais majestosa se a viagem for feita de barco. As condições idílicas de praias como *Wata Bo'o* (Coqueiros e Crocodilos, na língua Macassae), onde os coqueiros, a areia branca, a água azul e a praia deserta, para não falar da temperatura da água num mar límpido tépido, tornam esta área numa das mais promissoras do país para o desenvolvimento turístico.

A localidade de Com é beneficiada pelo tráfego consistente particularmente em fins de semana e em feriados públicos dos visitantes vindos das maiores cidades timorenses, que inclui sempre bastante estrangeiros atraídos pela beleza da praia e pela qualidade do marisco. Chegados à pequena vila, os viajantes ficam com a sensação que se entrou num pequeno oásis. Os turistas podem na área de Mehara ter visitas guiadas à caverna de *Telepunu*, onde comunidades inteiras se esconderam nas cavernas durante a invasão indonésia. A vila tem também um grande artesanato local, com várias lojas e uma oficina pequena na rua principal, onde se fazem objetos à base da carapaça de tartaruga.

Figura 29 - Zonas importantes de observação de aves



Fonte: www.wikimedia.org (consultado em 06/07/2017)

5.2.4. Recursos turísticos no distrito de Lautém

Os poucos visitantes que conseguem fazer a penosa jornada até à vila pequena de Taturala, depois de várias horas de viagem por estradas em más condições e sem indicações, encontram apenas alojamento sem grande conforto, mas por outro lado podem usufruir da paradisíaca praia de *Valu* ou eventualmente encontrar um grupo de mulheres que fabricam caraterísticos tecidos artesanais. A nível arqueológico existem pontos de interesse como as cavernas de *Ili Kere* com as suas pinturas rupestres na rocha, local que deveria ser património mundial.

Os pescadores locais proporcionam visitas de barco ao belo ilhéu desabitado de Jaco, local privilegiado para a prática de mergulho e de *snorkeling*, onde os turistas podem desfrutar a vibrante vida subaquática e os coloridos recifes.

Em termos de beleza natural, destaca-se o pequeno ilhéu de Jaco, considerado por muitos um pequeno paraíso, um local intocado e repleto de vida animal. A localidade de Los Palos na ponta oriental da ilha (ver pontos 7 a 9 no mapa da figura 29) é um ponto de passagem excelente para turistas interessados em explorar a beleza natural do distrito de Lautém. Iliomar é naturalmente belo com paisagens deslumbrantes da montanha e da praia, com locais históricos numerosos de várias eras. O mau estado das estradas e a grande limitação a nível da acomodação e conforto dos turistas fazem com que o interesse em visitar locais como Fuat ou Ailibire, locais de extrema beleza natural e interesse etnográfico, acabe por diminuir.

5.2.5. Recursos turísticos no distrito de Oecussi

Com excelentes condições naturais para a prática balnear, e oferecendo águas claras para a prática do mergulho livre, o exclave de Oecussi foi onde ocorreu o primeiro assentamento permanente feito pelos portugueses na localidade Pantemakassar. A cidade está situada entre colinas e a costa, podendo o turista vistar vários monumentos de origem portuguesa, bem como uma evocação ao primeiro contato entre os navegadores portugueses e os nativos. A 1,5km de distância da cidade, o Forte Fatusaba é muito procurado pela vista do pôr-do-sol e é o local onde ocorrem periodicamente festividades culturais. Para chegar a este local encravado no território indonésio a partir de Díli, a melhor maneira é usar o barco que lá chega em onze ou doze horas.

Outra opção ainda mais complicada mas também interessante é atravessar a fronteira terrestre via Atambua percorrendo estradas em mau estado mas com uma vista magnífica para o oceano.

5.2.6. Recursos turísticos no distrito de Bobonaro

No remoto município de Bobonaro, que faz fronteira com Timor Ocidental (Indonésia) encontramos uma costa verdadeiramente agreste e inexplorada, fazendo lembrar o *Big Sur* Americano. O complexo de Marobo, inclui muitos aspetos da cultura timorense atrativos aos turistas, dos povos nativos (Kemak) que gostam de partilhar.

Os líderes locais estão ativamente a implementar maneiras de divulgar as suas cerimónias tradicionais, vendo o turismo cultural como uma maneira de ajudar a conseguir este objetivo.

O Monte Ramelau, a mais alta montanha da ilha de Timor (com 2.963 m de altitude) é por si só suficiente para garantir a localidade de Hatu Bulico como um dos destinos turísticos mais interessantes em Timor-Leste, mesmo na estação húmida. Ainaro tem potencial para implementar o *trekking* como uma modalidade de grande interesse turístico, já que aqui se encontram (ainda que mal assinalados) vários trilhos de montanha. Esta vila é um lugar muito agradável, sendo possível para o turista contactar com a cultura local diária, por exemplo visitando a bonita catedral e o mercado tradicional ou observar o trabalho das tecedeiras que fazem vendas diretamente aos turistas. De acesso fácil há caminhos pedestres interessantes nas montanhas circunvizinhas, mas devido ao estado pobre atual das estradas, o turismo é limitado à estação seca. De Atsabe, a caminho de Ermera, a paisagem alta atravessa cafezais e florestas de árvores enormes e plantas de cacau a 2100 metros de altitude. Mais abaixo nas cascatas rodeadas de montanha, os *malai*⁹ podem nadar nas águas pristinas, pescar ou simplesmente descansar.

5.2.7. Recursos turísticos no distrito de Liquiçá

Esta cidade e capital de distrito a Oeste de Díli, é o sítio escolhido por muitos portugueses, e outros estrangeiros a viver na capital, para passar os fins de semana, ou para o almoço de domingo. O restaurante *Black Rock*, mesmo em cima da praia, é um grande atrativo, com vários edifícios coloniais, incluindo o *Hotel Tokede*, com o lago de Maubara uns quilómetros à frente. Perto do forte de Maubara, à sombra das enormes árvores, existe um pequeno mercado onde se podem comprar artigos de artesanato, como as almofadas com aplicações tradicionais e os famosos produtos de cestaria, feitos com a folha da palmeira. Os povos autóctones desta zona extraem a seiva de certas palmeiras com que se faz *otua mutin*, uma bebida alcoólica artesanal, de cor branca e bastante forte.

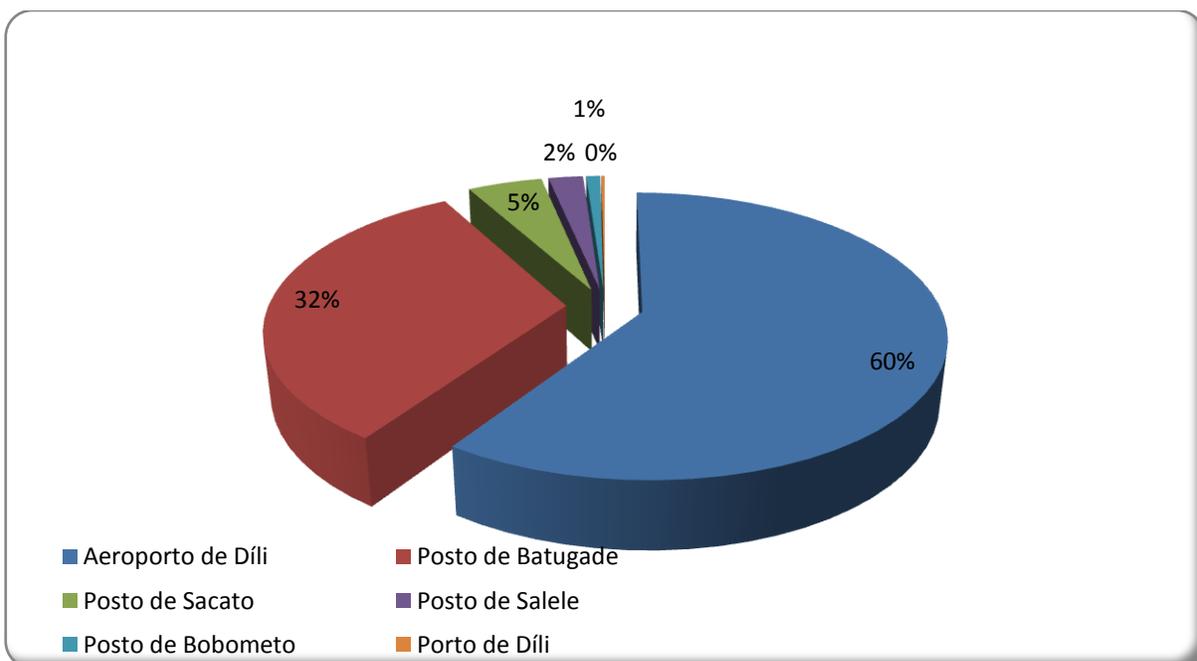
⁹ Termo usado atualmente pelos timorenses para designar todos os estrangeiros. Na origem da expressão terão estado os habitantes da Malásia, provavelmente os primeiros vistantes a esta ilha.

As áreas de montanha (do interior em geral) podem funcionar como noutros locais do mundo, como um complemento ou alternativa aos turistas que desejem sair do ambiente de praia e/ou cidade, podendo fornecer animação de carácter etnográfico como música e danças tradicionais, e beneficiar com uma comercialização da sua gastronomia e artesanato.

5.3. Fluxos de turistas

Mais de metade das entradas no território é feita através do único aeroporto internacional (60%), seguido do posto fronteiriço de Batugade (32%), tendo os restantes postos fronteiros percentagens de entradas pouco substanciais (ver figura 30).

Figura 30 - Distribuição da entrada de passageiros em 2012

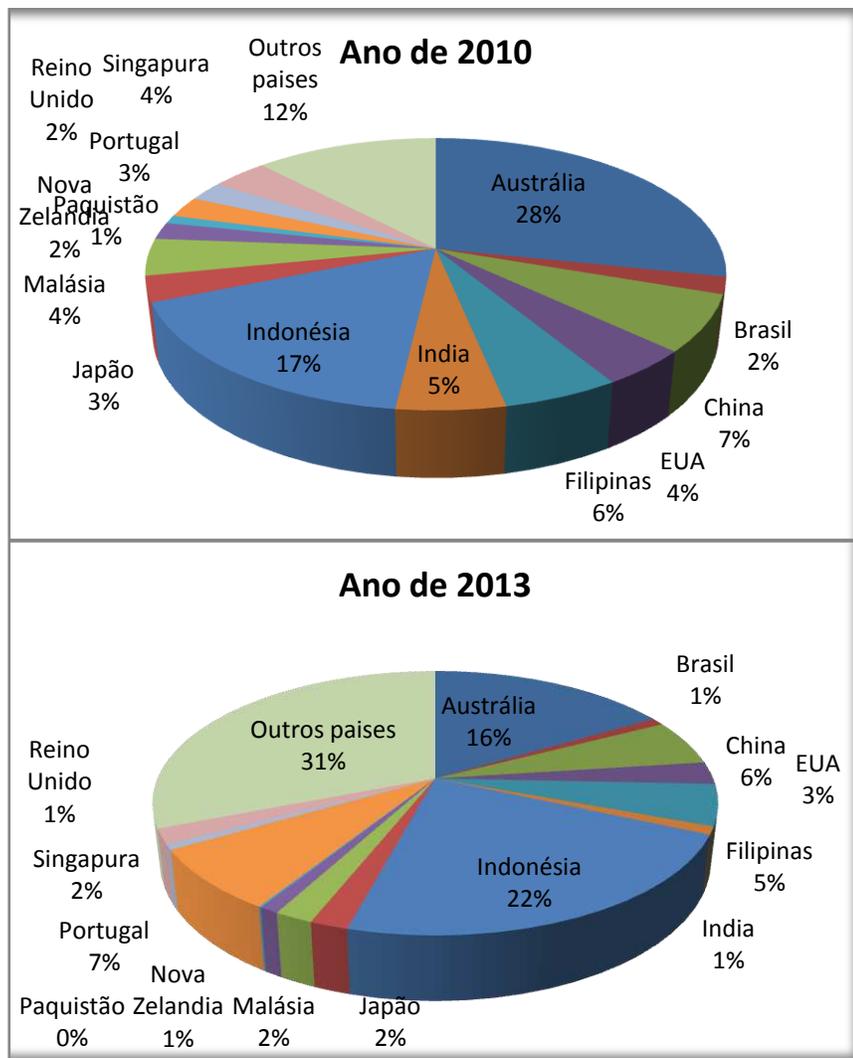


Fonte: elaboração própria a partir de dados do Ministério da Defesa disponíveis em <http://www.statistics.gov.tl> consultado em 04/11/201

Observando a construção gráfica da figura 31, verifica-se que no ano de 2010 a chegada de cidadãos estrangeiros era em grande parte de australianos, seguidos de indonésios, com fatias significativas de nacionais da China (7%), Filipinas (6%) e outros

países asiáticos, sendo que os norte-americanos representavam 4% e os portugueses constituíam 3% dos visitantes nesse ano.

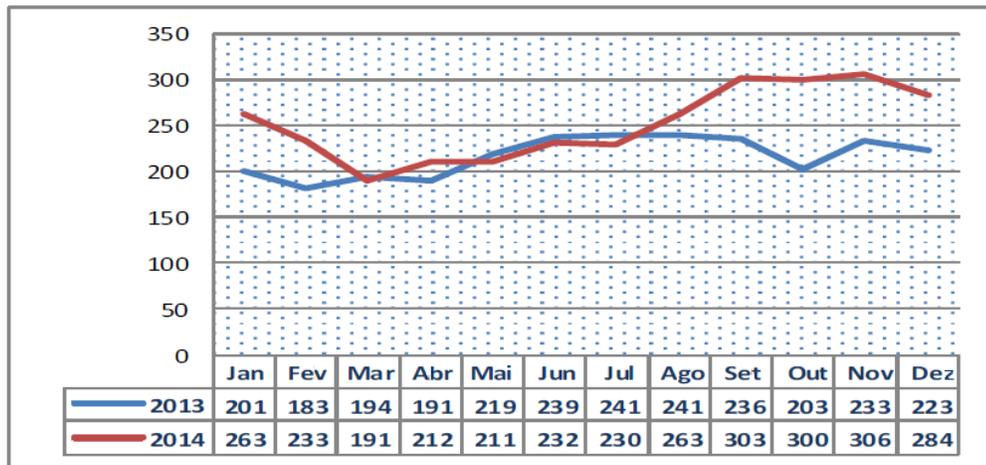
Figura 31 - Evolução da entrada por via aérea de passageiros (por nacionalidade).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Departamento de Operação do Aeroporto (2014)

Volvidos três anos a distribuição das nacionalidades dos passageiros chegados a Díli por avião mudou um pouco, tendo-se verificado uma importante diminuição relativa da chegada de cidadãos australianos, e um pequeno aumento percentual da entrada de indonésios entre 2010 e 2013. A chegada de passageiros por via aérea regista pequenas oscilações sazonais ao longo do ano, tendo subido um pouco o total de passageiros mensais de um ano para o outro (ver figura 32).

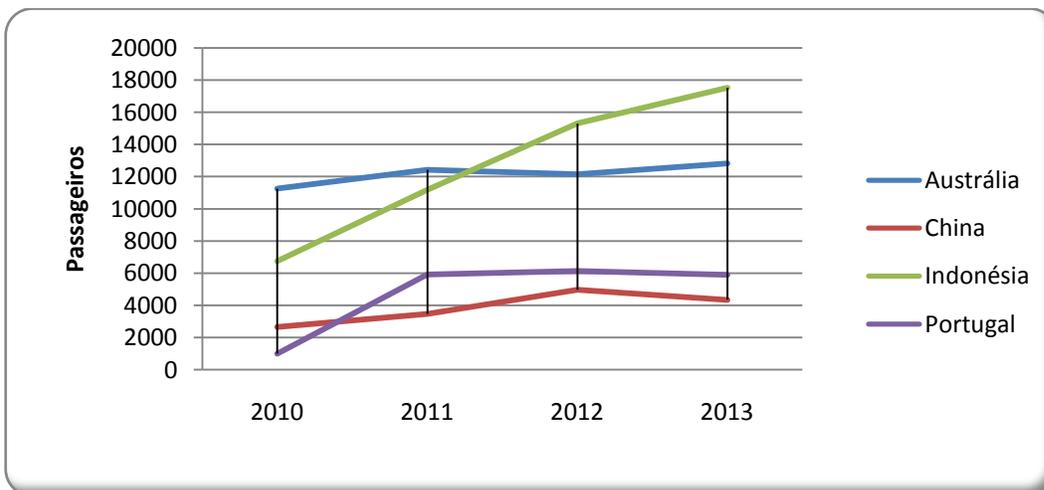
Figura 32 - Variação mensal do volume de entradas via aérea



Fonte: Adaptado de Departamento de Operação do Aeroporto (2015)

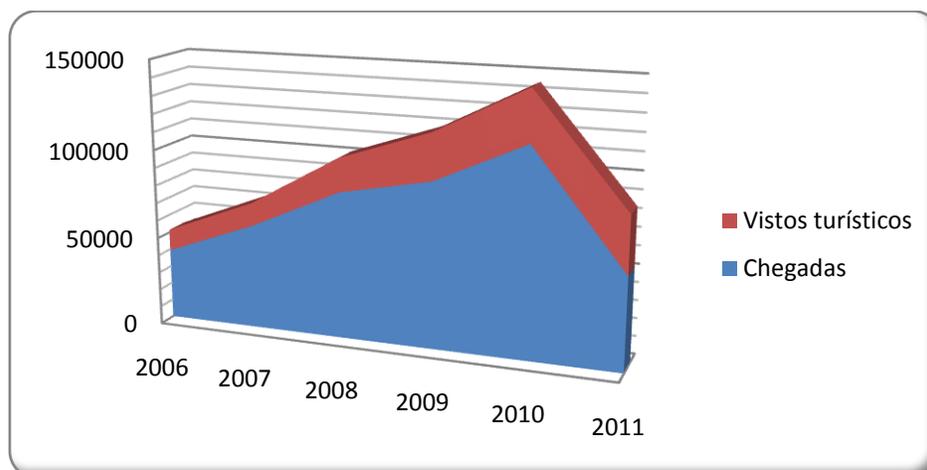
Conforme o gráfico da figura 33, o número de nacionais indonésios em território timorense por ano subiu sempre desde 2010, tendo os portugueses também subido nesse ano mas depois estagnado nos 6 000. Os passageiros provenientes da Austrália não variaram muito, constituindo ainda no ano de 2013 quase 13 000 visitantes, enquanto os chineses pouco passam dos 4 000 passageiros.

Figura 33 - Evolução do número de entradas de estrangeiros por nacionalidade.



Fonte: Construção própria a partir de informação do Departamento de Operação do Aeroporto (2014)

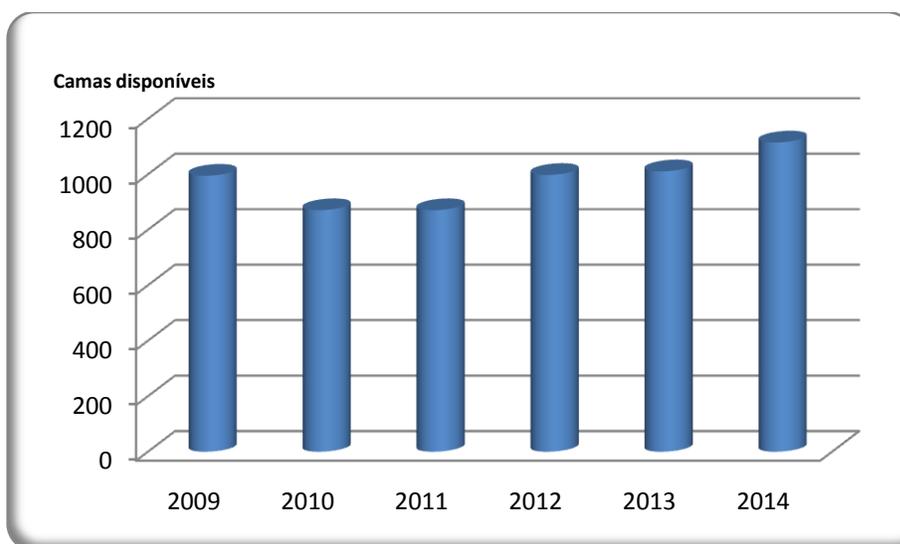
Figura 34 - Evolução da emissão de vistos turísticos e chegadas ao território



Fonte: Construção própria a partir de Direção Nacional de Migração (2012)

O número de chegadas ao território bem como a emissão de vistos turísticos (ver figura 34) veio a aumentar gradualmente deste 2006 até 2010, ano em que houve um decréscimo significativo. A combinação entre a cultura local e a portuguesa e as belezas naturais do seu território, bem como um clima tropical, constituem-se como principais recursos para promover o desenvolvimento do turismo.

Figura 35 - Evolução da disponibilidade de alojamento em hotéis de referência



Fonte: Construção própria a partir de informação fornecida por Direção Geral de Estatística (2015)

Perante a análise gráfica da figura 35, verifica-se que a disponibilidade de alojamento em hotéis de referência tem tido algumas oscilações sendo ainda a oferta fraca para as aspirações do país que vive ainda sobretudo dos turistas que chegam de avião. A acessibilidade aérea é essencial para facilitar a entrada e saída de viajantes, assim como para facilitar as viagens internas dentro do próprio país. A oferta de transporte aéreo, o número de partidas, o tamanho do aeroporto e o número de companhias aéreas, bem como a qualidade das infraestruturas de transporte aéreo constituem condições competitivas importantes e que têm de ser melhoradas em prol do desenvolvimento do país e do seu turismo.

O transporte aéreo constitui pois um pilar que sustenta na capacidade do destino turístico de atrair investimento turístico direto estrangeiro e visitantes, o que diz respeito à construção ou gestão de hotéis, *resorts* e variados tipos de atrações.

5.4. Diferenciação do produto turístico

As deslocações turísticas internacionais atingiram o número de 600 milhões de passageiros em 2000 e espera-se que cheguem a 1500 milhões em 2020, prevendo-se que o crescimento do turismo seja tal que se espera vir a constituir a maior indústria mundial.

Para a análise económica, importa sobretudo saber em que momento é que o consumidor consegue perceber os atributos de um produto: antes ou depois de o comprar. Por exemplo, é mais fácil um consumidor perceber antes da compra um atributo que seja quantificável. A classificação dos atributos segundo o critério de percepção não é de facto independente da classificação segundo a objetividade da definição do produto. Sendo que cada lugar é único, como é esta diferenciação percebida pelo consumidor? Por exemplo, o que distingue uma praia de todas as outras, ou o que torna um monumento histórico mais apetecível de visitar do que outro?

A influência de grupos de interesse como grandes agências de viagens, grupos hoteleiros ou poderes municipais ou mesmo centrais é determinante neste campo pelo que se pode construir ou destruir a reputação de um destino.

A quantidade de turismo que as pessoas consomem, tal como de outros bens e serviços, depende dos preços relativos sendo que o indivíduo afeta o seu rendimento e tempo de forma a maximizar a sua satisfação. As pessoas não têm apenas que escolher entre turismo e outros bens e serviços, também têm que escolher entre vários tipos de

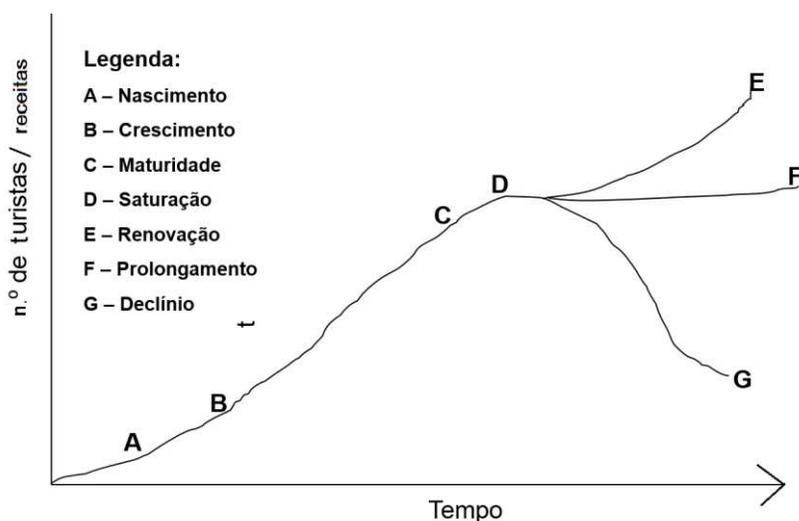
turismo (visita a familiares ou amigos, férias noutros locais, combinação das duas hipóteses, etc.). A escolha ótima depende do orçamento e das preferências, sendo o primeiro disputado entre os diferentes tipos de turismo de forma a maximizar a satisfação. Saber até que ponto os destinos turísticos são substitutos ou complementares é particularmente útil para o planeamento e marketing do setor.

A transformação dos recursos naturais timorenses em produtos turísticos oferecidos pelas grandes operadoras turísticas num mercado tendencialmente global à imagem de grandes referências do turismo da Ásia e Pacífico, segundo a WikiTravel (2017), como Boracay, Phuket, Bora Bora ou as ilhas Phi Phi, tem sido nos últimos anos um objetivo dos responsáveis timorenses. A vizinha estância balnear de Bali é uma ilha conhecida a nível mundial, sendo um verdadeiro *case study* de sucesso turístico. Fazendo parte do território da Indonésia, tem um estatuto autónómico especial devido à sua conjuntura cultural diferenciada, ligada à população de origem indiana. Sendo um excelente exemplo a seguir, é um dos destinos preferidos dos turistas e um ponto de paragem obrigatório para quem viaja pelo Sudeste Asiático. Na Indonésia, o país com mais ilhas do mundo, Bali é conhecida como a *Ilha dos Deuses* e considerada muitas vezes pela imprensa especializada como o melhor destino do mundo. Aproveitando este sucesso, o governo da Indonésia está empenhado em demonstrar que o país tem outros lugares de igual beleza, e foram por isso apresentados dez destinos alternativos, o que traduz um exemplo bem claro de uma aposta forte nas políticas públicas no setor turístico.

Segundo Viagens.Sapo (2017) e o Ministério do Turismo da vizinha Indonésia, estes novos destinos estão a ser alvo de medidas que pretendem nomeadamente melhorar o estado de alguns aeroportos. O objetivo das autoridades indonésias é que estas estâncias se tornem, à imagem de Bali, destinos populares reconhecidos a nível internacional. Observamos que este esforço se enquadra perfeitamente no contexto do ciclo de vida do produto turístico, importando realçar que o objetivo da criação de produtos e/ou serviços para os agentes económicos é o de promover o desenvolvimento contínuo dos negócios e potenciar o aumento das suas margens de lucro. Para cumprir estes objetivos, os agentes económicos programam o lançamento de produtos e/ou serviços, os quais devem de uma forma geral contemplar os seguintes aspetos: o produto em si, o lugar, o tempo, o preço, a qualidade e as quantidades certas.

A criação de produtos e/ou serviços, em conformidade com os aspetos mencionados, tem que subordinar-se às necessidades e/ou desejos dos consumidores (os quais se alteram constantemente) e no mesmo sentido têm que se considerar as alternativas que a concorrência vai oferecendo. A conjugação dos fatores atrás referidos conduz a que os produtos turísticos se desenvolvam segundo um ciclo de vida, que começa com o seu nascimento, passando pelo seu crescimento até ao seu eventual desaparecimento, tratando-se de um ciclo em tudo idêntico ao que se observa em outros produtos e serviços da atividade económica.

Figura 36 - Ciclo de vida de um produto turístico



Fonte: Adaptado de Butler (1980)

O ciclo de vida do produto turístico, à semelhança da maior parte dos produtos e serviços transacionados na moderna sociedade de consumo, geralmente é composto por seis fases distintas (ver figura 36), sendo que no caso do turismo pode ser avaliado em termos do número de turistas, ou em termos das receitas turísticas (turismo de qualidade e não massificado). Começa naturalmente pelo nascimento e/ou descoberta, quando a procura é ainda muito limitada sendo os turistas atraídos pelos património cultural e/ou natural, acontecendo que a oferta turística geralmente não é estruturada e pode ser mesmo escassa ou inexistente. Existe aqui a criação das primeiras estruturas de apoio, como por exemplo, estabelecimentos hoteleiros e de restauração.

Segundo as evidências, o turismo timorense ainda se encontra numa fase embrionária com tendência a encaminhar-se para a fase seguinte. A etapa do crescimento (ou seja a existência de uma época de aumento de procura) ocorre quando surgem alguns destinos que se tornam predominantes, desenvolvendo as suas marcas e potenciando um aumento da oferta. Surgem depois no patamar da maturidade impactos positivos e/ou negativos gerados pela forte procura. Segundo todos os indícios, o produto *Bali* encontra-se nesta fase, onde o turismo é a atividade económica mais importante, mas com taxas de crescimento da procura mais reduzidas. Daí que as autoridades indonésias queiram antever eventuais cenários de saturação ou declínio e tentar a sua renovação, ou mesmo tentar replicar este caso de sucesso em novos locais dentro do seu imenso território.

Na eventual fase de saturação, aparecem algumas instalações com menor qualidade, podendo em muitos casos surgir conflitos entre população local e visitantes. Existe uma procura excessiva, já não se encontrando o produto entre os mais reputados, havendo uma elevada rotação dos proprietários das unidades turísticas. Segue-se o declínio (decréscimo de atratividade e da procura) com uma perda de penetração de mercado, e por último, uma eventual renovação (capacidade do produto turístico inovar) ou nalguns casos o desaparecimento desse local como destino turístico.

Praias idílicas como a de *Wata Bo'ô* em Baucau, *One Dollar Beach* em Metinaro ou a *Praia dos Coqueiros* em Díli, tal como outras praias da costa norte de Timor-Leste com centenas de km por explorar desde Maliana a Lautém, passando por Manatuto e Com, poderão ser um bom motivo para tentar gerar uma alternativa de turismo costeiro de qualidade. A relação entre as atividades recreativas e o respeito pelos recursos naturais marinhos, como a recentemente reconhecida como a mais rica reserva da vida marinha da ilha de Ataúro e inúmeros recifes de coral costeiros poderão constituir um trunfo.

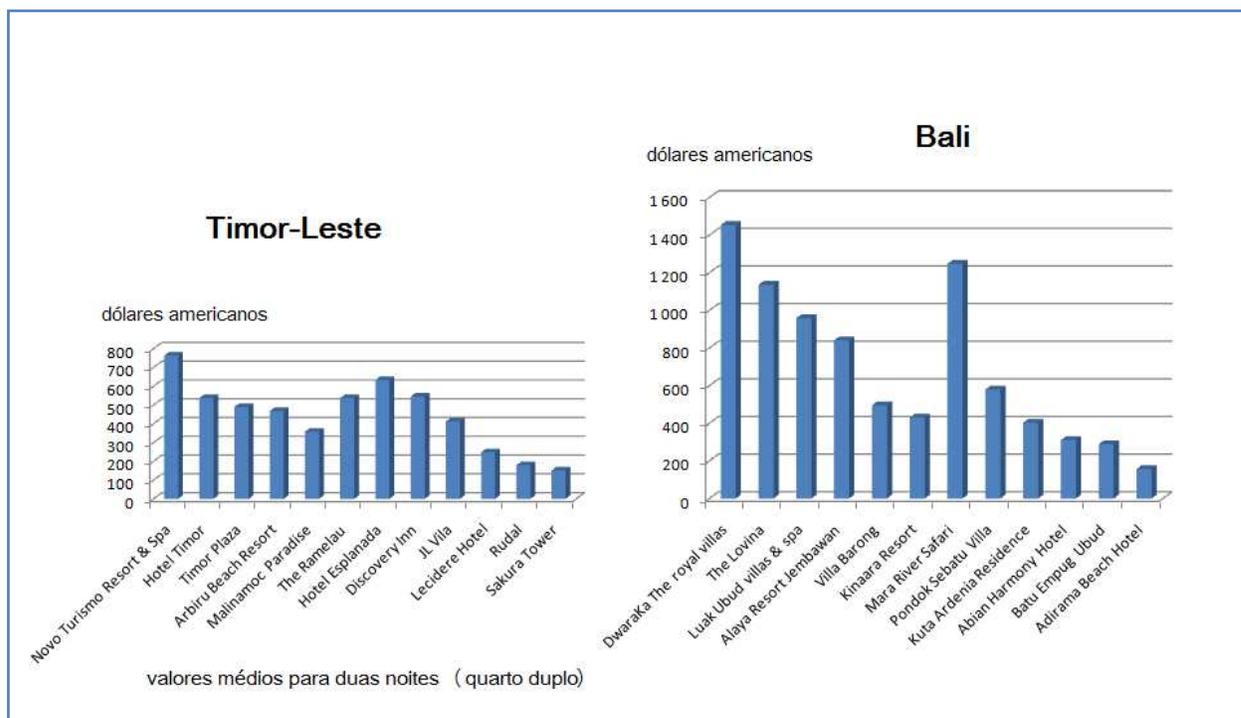
Num contexto concorrencial, desviar fluxos de turistas de outros pontos turísticos já bastante sobrecarregados e que podem estar a aproximar-se do seu fim de vida em termos de produto turístico, poderá ser uma aposta vencedora, se as autoridades timorenses aproveitarem as oportunidades que estão à sua disposição.

5.5. Contexto internacional e competitividade

O desenvolvimento de um setor turístico que seja competitivo a nível internacional exige um certo grau de abertura e simplificação de viagens. Políticas restritivas, como a exigência complexa de visto, diminuem a disposição dos turistas para visitar um país. A abertura em relação aos acordos bilaterais de serviço aéreo introduzidos pelo governo, que têm um impacto sobre a disponibilidade de conexões aéreas para o país, também é importante. De igual modo, o número de acordos de comércio regional em vigor pode servir de bitola para medir a potencialidade de o país prestar serviços turísticos de alto nível. Existem poucas restrições à entrada em Timor-Leste, excetuando a aquisição de um visto à chegada, que custa USD \$30 para uma estadia de até um mês.

Os acordos bilaterais de serviço aéreo são limitados devido à localização remota e aos desafios em matéria de infraestruturas, sendo que o país conta apenas com vias de acesso a partir de Bali, Singapura e Darwin. Existe de facto uma necessidade de introduzir melhorias no conteúdo destes acordos, no sentido de uma liberalização.

Figura 37 - Comparação de preços entre unidades hoteleiras timorenses e balinesas



Fonte: autoria própria a partir de simuladores de reservas on-line em Maio de 2017

Embora o país não seja ainda membro efetivo da Comunidade Económica da ASEAN, beneficia de relações comerciais positivas com muitos dos seus vizinhos asiáticos e também com a Austrália. Devido à sua herança colonial, o país é um membro ativo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o que assegura a sua abertura em relação à comunidade internacional.

Os custos de viagem a partir de proveniências de curta e média distância (como Austrália e Sudeste Asiático) tornam-no aliciante para muitos turistas, bem como para o investimento no setor do turismo. Entre os aspetos relacionados com a competitividade de preços a ter em conta estão a passagem aérea, taxas sobre os bilhetes de avião, e taxas aeroportuárias, o que pode tornar o bilhete de avião muito mais caro.

O custo relativo do alojamento em hotel, alimentação e outras atividades turísticas, comparativamente com os seus concorrentes também é algo a ter em consideração. Feita uma análise comparativa em doze unidades hoteleiras de referência de Bali (considerado por nós um destino alternativo) com outras doze em Timor-Leste, considerando-se apenas uma gama média-alta (hotéis de 3 e 4 estrelas), verifica-se (no gráfico da figura 37), uma enorme disparidade em termos de valores que em alguns casos chegam quase ao triplo na ilha indonésia para equipamentos com condições semelhantes em termos de conforto e serviços, sendo os valores dos principais hotéis da capital timorese (à esquerda) muito mais baixos comparados com as quantias despendidas nas unidades hoteleiras de Bali.

Figura 38 – Comparação de captações turísticas com zonas vizinhas



Fonte: adaptado a partir de www.bps.go.id (consultado em 18/03/2017)

Devido ao facto da sua economia funcionar em dólares americanos facilita-se a vida aos turistas internacionais que não têm passar pelos transtornos cambiais, evitando-se também situações de enganos e burlas comuns noutros países. A distância e dependência de mercados externos tornam Timor-Leste um país relativamente caro, nomeadamente no que respeita a certos produtos de consumo importados. Em comparação com algumas regiões vizinhas, não possui ainda o sucesso comercial de locais como Bali ou mesmo a Java Oriental, tendo comparativamente valores de dormidas praticamente insignificantes. O segmento do turismo *backpacker* aprecia preços económicos e talvez por isso é muitas vezes referido de uma forma depreciativa, mas costuma ser pioneiro em paragens remotas e por explorar como o caso de muitas áreas costeiras e montanhosas de Timor-Leste. Na Europa dos anos 70 e 80 o pouco reconhecido turismo depreciativamente chamado *pé-descalço*, que prefere o campismo selvagem às estâncias de luxo, foi pioneiro na escolha de destinos selvagens que mais tarde se tornariam estâncias turísticas de referência como se verificou nos primórdios da descoberta das praias algarvias por campistas britânicos e escandinavos.

Acontecimentos trágicos desviaram muitos milhares de turistas de países árabes marcados pela instabilidade política, atentados e conflitos armados (Primavera Árabe) para Portugal e Espanha que bateram recordes em termos de afluência turística. Timor-Leste pode beneficiar tal como outros países de uma deslocação eventual de turistas do sudeste asiático (também com bastantes problemas de insegurança) à procura de locais pacíficos e seguros.

No Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional de Timor-Leste o turismo é assumido pelas autoridades como um setor estratégico e prioritário de desenvolvimento, assumindo-se a preocupação de um desenvolvimento turístico sustentável do ambiente natural e cultural, de modo a que o seu desenvolvimento não comprometa as belezas naturais ou as funções dos ecossistemas, nem coloque em causa os valores culturais do país. Não sendo possível determinar os acontecimentos e desenvolvimentos geoestratégicos futuros, o país deve, de qualquer forma, fazer o seu trabalho para conseguir ter as condições ideais para captar mais turistas.

5.6. Promoção do destino turístico

De acordo com Ribeiro da Costa (2013), desenvolver uma estratégia de *marketing* (conjunto de métodos destinados ao desenvolvimento das vendas) para um destino turístico é um processo complexo, devido ao grande número de interessados no processo (*stakeholders*) e à obrigação de resposta às necessidades e especialidades de cada um. Para melhor articular uma estratégia de marketing é importante descobrir qual é a percepção do destino por parte dos *stakeholders* internos e externos. O maior desafio para as *Destination Marketing Organization* (DMO) também conhecidas como *Convention & Visitors Bureaux* (CVB) que são estruturas independentes, sem fins lucrativos, com a missão de promover o desenvolvimento económico e social do destino que representam, através do fomento do turismo, é evitar que estes compitam entre si, sendo necessária uma partilha de recursos e um *marketing-mix* integrado.

Segundo Balakrishnan (2009) a abordagem estratégica ao *branding* (gestão de marca) dos destinos requer em primeiro lugar, uma visão e gestão dos *stakeholders*, seguido de uma definição de um público-alvo (ajustando um portefólio de produtos) e do posicionamento e diferenciação através do *brand management* ou gestão de marca. Seguidamente surgem as estratégias de comunicação e por último terá de existir um *feedback* e resposta ao mesmo. De acordo com Buhalis (1999) o *marketing* dos destinos tem quatro objetivos estratégicos, sendo o primeiro a longo prazo: mais prosperidade para a população local. Um segundo propósito é fascinar os visitantes, aumentando a sua satisfação, em terceiro lugar o aumento da rentabilidade das empresas locais e por fim uma gestão dos impactos do turismo.

Timor-Leste é o único país de língua portuguesa na região Sudeste Asiático e Pacífico, com significativos recursos e atrativos turísticos e com potencial para se tornar um dos destinos turísticos de referência nesta zona do globo, mas para vender o produto turístico é essencial desenvolver um *marketing-mix* para os destinos turísticos. O *marketing-mix* é um conjunto de fatores que ajudam a organização a comunicar com o segmento de mercado desejado, sendo eles: a identificação do produto, preço, promoção e distribuição (Bologlu *et al.*, 1997). O produto turístico, muito subjetivo, resulta da imagem e expectativa que o visitante tem do lugar, correspondendo ao conjunto de facilidades e serviços oferecidos localmente, e todos os recursos socioculturais e ambientais e bens públicos (Buhalis, 1999). Segundo o mesmo autor, é necessário

compreender qual o *core business* do destino.

As DMOs devem empenhar-se na criação de parcerias entre entidades públicas e privadas, devendo o produto ser diferenciado de forma que seja salientado o traço único do destino turístico. Ao nível do produto turístico, de acordo com Costa (2013), é necessário ter cuidado e evitar cair na tentação de massificação ou de acreditar que os produtos turísticos podem crescer indefinidamente, querendo atingir todos os tipos de públicos.

Os consumidores atuais estão cada vez sofisticados, e procuram destinos únicos, autênticos, estando disponíveis para pagar um preço elevado pelos serviços, se estes forem devidamente diferenciados e melhores que os substitutos. O preço de um destino turístico é estabelecido pelas políticas de marketing e preço de empresas individuais que estão acima e abaixo da cadeia de valor, pelo que qualquer erro nesta fase pode comprometer estrategicamente um destino (Kotler *et al*, 1999). Ao nível do preço, existem duas faces da mesma moeda: por um lado o preço reflete a qualidade do destino turístico e os seus serviços, influenciando a imagem do destino e a expectativa do turista, contudo, os preços *premium* só podem ser estabelecidos se a experiência for verdadeiramente de qualidade.

A distribuição de um destino turístico (*place*) é realizada pelos diversos canais de distribuição do produto turístico. De acordo com Buhalis (1999) a distribuição do produto tem de chegar ao mercado correto, com boa qualidade e em quantidade certa, no tempo certo, com o custo adequado, sendo o grande desafio a escolha dos canais mais apropriados. A promoção de um destino turístico é importante porque é nesta fase que o produto ganha visibilidade, a imagem do destino pode ser alterada, e as expectativas dos turistas podem ser atendidas.

As campanhas promocionais ficam, geralmente, a cargo das DMO. Segundo Buhalis (1999) utilizam-se determinadas técnicas ou meios massificados, como publicidade na televisão, rádio e jornais, assim como o uso de cartazes/posters de campanha, os quais podem não resultar se o objetivo é atrair um determinado público-alvo e a campanha publicitária não sair desses parâmetros. São ótimos se o objetivo é desenvolver a marca e divulgar o destino para atrair o público (Bonham & Mak, 1996). Este tipo de comunicação é a mais fidedigna na opinião dos consumidores, sendo que os elementos mais importantes são o logótipo e o *slogan*, por isso, são frequentemente alterados segundo Morgan & Pritchard (1998).

As técnicas mais adequadas à promoção turística são, por exemplo, feiras de turismo internacionais, sendo que outra ferramenta atualmente indispensável é a utilização da Internet. As organizações têm recorrido cada vez mais a este veículo para angariar clientes e para ampliar a sua satisfação, segundo os autores Castañeda *et al.* (2007). A satisfação dos turistas é o garante de um serviço personalizado. As novas tecnologias de comunicação podem aperfeiçoar a competitividade dos destinos, proporcionando diferentes e eficientes modos de distribuição do produto turístico.

Figura 39 - Hierarquização das marcas de destino



Fonte: Adaptado de Pike (2004)

Segundo Andersson (2010), a promoção de um local é o elo de comunicação entre o *place marketer* (vendedor do local) e o *place-buyer* (comprador do local) com o propósito de influenciar, informar ou persuadir uma potencial decisão de compra por parte do comprador, contudo, o que realmente interessa é manter a lealdade do consumidor.

Conforme os autores Konecnik & Ruzzier (2006), a lealdade a um destino turístico, por parte do consumidor (repetir a compra ou recomendar), como se pretende em Timor-Leste é o elemento mais importante do valor de uma marca (compromisso marca-consumidor). Segundo Pike (2004) ter consumidores leais a um destino turístico significa

viagens mais frequentes, menos custos de marketing e um maior passa-palavra. O mesmo autor revela que é importante desenvolver estratégias de *branding (marca)* eficazes porque vários estudos indicam que o turista primeiro seleciona o tipo de férias e logo depois o destino. De acordo com o mesmo autor, existe uma hierarquia ao nível do *destination branding (marca do destino)* (ver figura 39).

Através da cooperação interministerial e interdepartamental e do envolvimento do setor privado, com a missão de criar e divulgar uma indústria de turismo economicamente viável, está prevista em Timor-Leste uma integração do investimento público e privado para estimular e desenvolver uma indústria de turismo diversificada.

Segundo o PED-TL pretende-se fazer crescer o turismo até 2030, pelo que as parcerias no setor do turismo serão promovidas através da criação da Autoridade de Turismo de Timor-Leste a nível nacional e de Organizações de Gestão de Destino Turístico (OGDT) a nível distrital. O turismo de Timor-Leste, caracterizado por um conjunto de parcerias públicas e privadas que já estimulam e desenvolvem um portefólio diversificado de produtos turísticos, desde iniciativas de base comunitária ao investimento direto estrangeiro, precisa de criar e estimular a lealdade à sua própria marca turística.

5.7. Sustentabilidade ambiental

É atribuída muita importância à conservação do meio ambiente, que é cada vez mais exigida pelo mercado. A prioridade que o governo dá ao setor do turismo tem um impacto importante sobre a competitividade do setor e quando se torna claro que o setor é de primordial importância, o governo pode canalizar fundos para projetos de desenvolvimento essenciais e coordenar os atores e os recursos necessários para desenvolver o turismo.

As medidas relacionadas com os gastos do governo, a eficácia das campanhas de marketing e de marca do país, bem como o fornecimento de dados atuais e exaustivos sobre o turismo a organizações internacionais, são importantes indicadores da importância que um país atribui ao seu setor turístico. Há uma grande variedade de evidências que sugerem que o governo de Timor-Leste está comprometido em tornar o turismo um dos pilares da economia nacional, verificando-se uma clara disposição do governo para investir no turismo e fornecer orçamentos anuais necessários para estimular o crescimento do setor.

O ecoturismo ou turismo de natureza é amplamente identificado como o melhor caminho a seguir para o turismo em Timor-Leste, havendo ainda necessidade de trabalhar uma visão comum por parte das agências governamentais e atores da sociedade civil. Além disso, estratégias e planos de ação devem ser adotados para definir papéis e responsabilidades das partes interessadas e evitar mal-entendidos e inação.

A capacidade do ambiente natural para proporcionar uma localização atraente para o turismo não pode ser desvalorizada de modo a que as políticas e os fatores que reforçam a sustentabilidade ambiental constituam uma vantagem competitiva importante para assegurar a atratividade futura de um país como destino turístico. Por exemplo, são vitais os indicadores políticos como o rigor e a aplicação da legislação ambiental, as variáveis que avaliam a qualidade da água, o estado dos recursos florestais, rios e leitos marinhos. Segundo Cooper & Vargas (2004) os fatores fundamentais da política de turismo devem incluir a viabilidade técnica, jurídica, fiscal, administrativa, política e cultural. Assim sendo, o desenvolvimento do turismo costeiro terá que incluir uma ação de conservação e proteção de biodiversidade marinha, dos recifes de coral em conjunto com os recursos marítimos e costeiros consagrados e conhecidos de sol e praia.

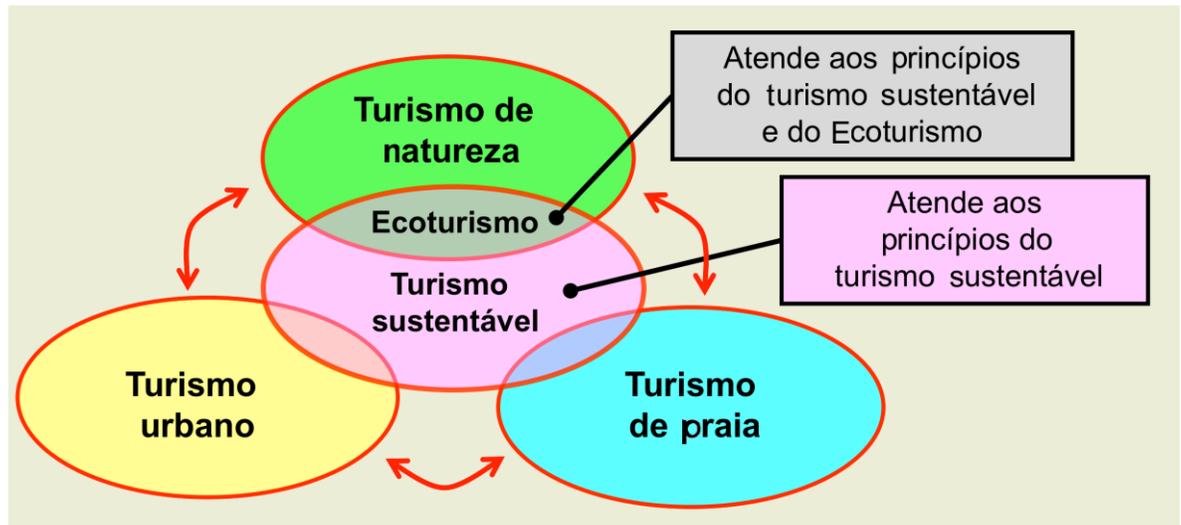
A sustentabilidade ambiental, segundo Ribeiro & Barros (2001) no sentido de criação de novos produtos e mercados estão já presentes na política e no programa sobre o turismo costeiro tanto no PED-TL como no Programa do VI Governo Constitucional (PVIGC).

Tendo em conta Brundtland (1987), o seu relatório afirma que a sustentabilidade ambiental consiste na manutenção das funções e componentes do ecossistema, de modo sustentável, podendo igualmente designar-se como a capacidade que o ambiente natural tem de garantir condições de vida para as pessoas e para os outros seres vivos, tendo em conta a habitabilidade, a beleza do ambiente e a sua função como fonte de energias renováveis. As Nações Unidas, através das *Metas de Desenvolvimento do Milénio* procuram garantir ou melhorar a sustentabilidade, através da integração dos princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e da reversão da perda de recursos ambientais, tentando reduzir a perda da biodiversidade.

A sustentabilidade económica ilustrada na esquematização da figura 40, enquadrada no âmbito do desenvolvimento sustentável, é um conjunto de medidas e políticas que visam a incorporação de preocupações e conceitos ambientais e sociais. Para se atingir um turismo sustentável é necessária uma interseção entre turismo de

natureza, turismo urbano e turismo de praia. Aos conceitos tradicionais de mais valias económicas, são adicionados como fatores a ter em conta os parâmetros ambientais e socio-económicos, criando assim uma interligação entre os vários setores.

Figura 40 - Macrosegmentação turística



Fonte: Adaptado de Mohonk (2000)

O lucro não é somente medido na sua vertente financeira, mas igualmente na vertente ambiental e social, o que potencia um uso mais correto quer das matérias-primas, quer dos recursos humanos. Há ainda a incorporação da gestão mais eficiente dos recursos naturais, sejam eles minerais, matéria-prima como madeira ou ainda energéticos, de forma a garantir uma exploração sustentável dos mesmos, ou seja, a sua exploração sem colocar em causa o seu esgotamento, sendo introduzidos elementos como nível óptimo de poluição ou as externalidades ambientais, acrescentando aos elementos naturais um valor económico.

A Assembleia Geral da ONU designou 2017 como o *Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento* (em inglês *2017 the International Year of Sustainable Tourism for Development*) também abreviado como *IY2017*. Esta é uma oportunidade única para sensibilizar os decisores do setor público e privado e os indivíduos em geral, sobre a importância do turismo sustentável, promovendo a mobilização de todas as partes interessadas para trabalhar em conjunto e tornar o turismo um catalisador para uma mudança positiva.

No contexto da *Agenda de Desenvolvimento Sustentável* e os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030*, a iniciativa *Ano Internacional do Turismo Sustentável* visa apoiar mudanças nas políticas, práticas de negócios e comportamento do consumidor no sentido de um setor do turismo mais sustentável, que possa contribuir para o desenvolvimento.

O *IY2017* irá então promover o papel do turismo em cinco áreas-chave: o crescimento económico inclusivo e sustentável (inclusão social, emprego e redução da pobreza); eficiência na utilização dos recursos (a proteção do ambiente e do clima); valores culturais, diversidade e património; compreensão mútua, paz e segurança. A Organização Mundial do Turismo (OMT), agência especializada das Nações Unidas para o turismo, foi mandatada para facilitar a organização e implementação do Ano Internacional, em colaboração com os governos, as organizações pertinentes do sistema das Nações Unidas, organizações internacionais e regionais e outras partes interessadas relevantes.

5.8. Instrumentos de planeamento e proteção ambiental

Timor-Leste assumiu já compromissos internos, como também várias obrigações internacionais em termos ambientais, tendo sido ratificadas várias convenções internacionais, como as referidas na tabela do anexo 2. Ao ratificar estes documentos, Timor-Leste assumiu várias obrigações em diferentes matérias ambientais, concretizando-as através da elaboração de leis internas que permitem cumprir estas obrigações. Estão definidas as bases do ordenamento jurídico ambiental interno, nos vários patamares de poder, integrando os conceitos de direito ambiental internacionalmente aceites (verificar na tabela do anexo 3).

Um importante documento orientador da OMT, organismo do qual Timor-Leste é membro de pleno direito, o *Código Global de Ética para o Turismo* é um conjunto abrangente de princípios destinados a orientar os principais *players* no desenvolvimento do turismo. Dirigido a governos, indústria do turismo, comunidades e viajantes, este tem o objetivo de ajudar a maximizar os benefícios do setor enquanto minimiza os seus potenciais impactos negativos no meio-ambiente, herança cultural e sociedades do planeta. Adotado em 1999 pela Assembleia Geral da OMT, o seu reconhecimento pelas Nações Unidas dois anos mais tarde encorajou expressamente a OMT a promover o acompanhamento efetivo das suas disposições. Embora não juridicamente vinculativo

nesta fase, o código apresenta um mecanismo de implementação voluntária através do reconhecimento do Comité Mundial de Ética do Turismo (*World Committee on Tourism Ethics*), para o qual as partes interessadas podem referir questões relativas à aplicação e interpretação do documento.

Em Timor-Leste a revisão da Lei de Bases do Meio Ambiente (de 2012) constitui a base jurídica orientadora para a criação de diversa legislação e regulamentação complementar fundamental. Em vigor está já alguma legislação ambiental adicional, tal como o Decreto-Lei relativo ao licenciamento ambiental que regula a atribuição das licenças ambientais a quaisquer projetos (como obras de construção e outras intervenções com impacto direto no ambiente), bem como a sua fiscalização, que garante a prevenção dos impactos negativos ambientais e de controlo da poluição. No âmbito da adaptação às alterações climáticas, está a ser concluída a preparação do Programa de Ação Nacional de Adaptação (conhecido por *NAPA*). Com este programa serão introduzidas medidas para a adaptação aos efeitos adversos das alterações climáticas e para garantir que o desenvolvimento económico é levado a cabo de forma sustentável.

A Estratégia e Plano de Ação da Biodiversidade Nacional, uma das exigências da Convenção das Nações Unidas sobre a Biodiversidade, está a ser concluída e servirá como principal base das medidas a serem tomadas relativamente à conservação da biodiversidade no país. Por outro lado e segundo o Ministério do Comércio Indústria e Ambiente (2015) o governo tem vindo a apostar fortemente na formação e capacitação dos seus recursos humanos, fomentando a participação dos funcionários em diferentes conferências, *workshops* e sessões de formação sobre preservação ambiental.

Segundo a lei n.º 6/2017 de 19 de Abril, artigo 6.º, «*todos têm direito a um ordenamento racional, proporcional e equilibrado do território, de modo a que a prossecução do interesse público em matéria de política de ordenamento do território se faça no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos de cada um*». Esta legislação garante também o direito de participar na elaboração, execução e fiscalização do cumprimento dos instrumentos de planeamento territorial, através da participação em consultas públicas, da apresentação de propostas, recomendações e reclamações.

O reforço institucional tem vindo a ser desenvolvido de forma a dar uma reposta mais eficiente e a nível especializado. As principais preocupações nesta matéria estão a ser melhoradas através da criação de sistemas de transmissão de informação entre os diferentes setores, bem como da criação de infraestruturas descentralizadas que possam

dar resposta aos problemas ambientais nos diferentes distritos.

Outro trabalho bastante importante, segundo as autoridades timorenses, são as diversas ações de sensibilização, dirigidas ao público em geral, e em particular aos distritos, as quais estão a ser implementadas com o objetivo de educar a população para as práticas ambientalmente saudáveis e prestar informação educativa relativamente aos problemas decorrentes da degradação ambiental, meios de combate aos impactos das alterações climáticas, de prevenção de desastres, entre outras questões. Para além destas atividades, a Secretaria de Estado do Ambiente de Timor-Leste tem vindo a realizar ações de distribuição de plantas nos distritos, o estabelecimento de viveiros de coqueiros e ainda ações de sensibilização ambiental nas escolas dirigidas às camadas mais jovens da população. Outra função deste organismo é a inspeção à forma como é feita a gestão de resíduos dos restaurantes, hotéis e oficinas do País, bem como a monitorização das atividades de venda comunitária de fauna protegida.

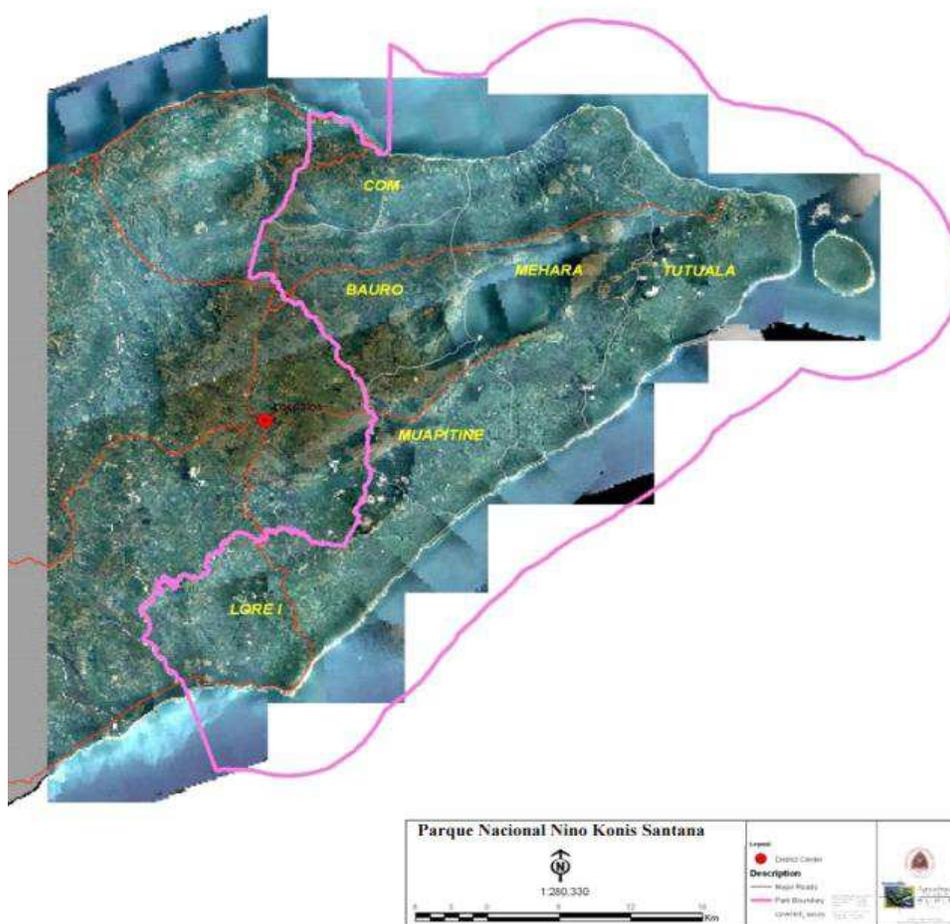
Tem sido também dada importância à participação de Timor-Leste em iniciativas regionais, como a *Coral Triangle Initiative*, um programa regional que envolve seis países vizinhos e visa conservar os recifes de coral. Também neste seguimento o país acolheu uma Conferência sobre a Agenda 2030, onde vários países puderam partilhar a sua experiência na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Uma outra iniciativa que demonstra bem a preocupação com a sustentabilidade ambiental e que foi organizada pela primeira vez em Timor-Leste no âmbito da Agenda 3030 (22 e 23 de maio de 2017), preparada em parceria com os membros internacionais do Grupo Informal de Apoio de Alto Nível para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Secretariado do G7+, foi a conferência *Um roteiro para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos países frágeis e Estados afetados pelo conflito*, tendo tido a participação de representantes de governos estrangeiros, altos funcionários das Nações Unidas e da ASEAN, e representantes do mundo académico, da sociedade civil e do setor privado timorenses.

A sustentabilidade ambiental, principalmente na zona costeira é uma abordagem importante, mas para se alcançar no decorrer do processo de desenvolvimento, as relações institucionais, as funções principais do governo, as regras, terão que ser tomadas em consideração. O planeamento do ecossistema e da gestão efetiva dos recursos costeiros tais como os areais, os corais, o mar, a fauna, a flora e o seu habitat, são fatores integrantes do turismo costeiro.

O objetivo é promover o desenvolvimento económico regional, a comunidade na zona costeira através de abordagem do ponto de vista do ecoturismo costeiro-marinho (Boggs *et al.*, 2009: 20), havendo no caso timorense a zona de limitação à construção do Parque Nacional Konis Santana¹⁰ (representado na figura 41) com um papel crucial de defesa do património natural.

Figura 41 - Zona de limitação à construção do Parque Nacional *Konis Santana*



Fonte: UNESCO disponível em <http://en.unesco.org> consultado em 23/04/2017

¹⁰ Nino Konis Santana, nascido José Conisso António Santana (aldeia de Vero, Tutuala, 12 de janeiro de 1957 - Ermera, 11 de março de 1998) foi um líder do movimento de resistência timorense, e comandante das FALINTIL, as forças de guerrilha da FRETILIN que lutaram contra a Indonésia e pela independência de Timor-Leste. Nino Konis Santana foi ainda Secretário do Comité Directivo da FRETILIN (Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente). Apesar da presença constante do exército indonésio, o esconderijo nunca foi descoberto. Konis acabou por falecer a 11 de março de 1998 na sequência de complicações de saúde e da falta de assistência médica.

Tendo em conta o impacto ambiental inerente ao turismo, deve ser tido em conta em que medida o governo dá prioridade ao desenvolvimento sustentável da indústria do turismo. Um dos maiores fatores apelativos de Timor-Leste é o seu ambiente natural que é relativamente virgem em relação a Bali e a outros destinos da ASEAN, tendo habitats marinhos que estão entre os mais originais do planeta, com muitas espécies aquáticas raras identificadas.

Embora existam políticas em vigor para preservar o meio ambiente, existem também lacunas na implementação e execução. Os cidadãos timorenses e as suas comunidades estão sob a pressão do processo de desenvolvimento e muitas vezes não reconhecem o valor dos seus recursos naturais, particularmente em termos de turismo.

A abordagem à gestão de resíduos no país é ainda deficitária e, no seu estado atual, não é capaz de absorver qualquer exigência adicional que lhe possa ser colocada pela expansão do turismo, podendo resultar em praias e oceanos contaminados.

Ainda relativamente aos recursos naturais, segundo Vong (2015), o sândalo¹¹ é uma das espécies vegetais mais valiosas e únicas do país e do mundo. Integrada numa política que permita a sua protecção e exploração controlada, poderá permitir o desenvolvimento de um Parque Nacional de Sândalo, constituindo um dos produtos e atrativos turísticos potenciais no âmbito de ecoturismo.

5.9. Recursos humanos

Constitui consenso geral que o capital humano é fundamental para o sucesso do desenvolvimento turístico de referência internacional. A qualidade dos recursos humanos assegura que a indústria tem acesso aos colaboradores de que necessita para oferecer produtos e serviços que estão ao nível dos padrões internacionais já que a capacidade dos países desenvolverem competências através da educação e formação e otimizarem a melhor distribuição dessas competências através de um mercado de trabalho eficiente constitui um importante elemento.

¹¹ *Santalum album* é uma árvore originária da Índia. A sua madeira é usada para esculturas e dela se obtêm óleos voláteis que são usados em perfumaria. Foi um dos principais fatores atrativos à aportagem dos portugueses em Timor no séc. XVI.

As taxas de escolaridade e a participação do setor privado na valorização dos recursos humanos, tais como o investimento das empresas em formação na prestação de serviços e atendimento ao cliente, é um imperativo segundo o PED-TL. A fonte de talentos do país e a eficácia e eficiência na distribuição de recursos humanos e a sua boa utilização dentro do mercado de trabalho é também vital, sofrendo Timor-Leste, como muitos países da Ásia e do Pacífico, de uma insuficiência na capacidade de desenvolver recursos humanos especializados que possam ser sensíveis às necessidades do setor do turismo em expansão. Segundo o Ministério da Educação, os programas curriculares nas escolas não correspondem ao potencial turístico de Timor-Leste e às oportunidades de carreira para os jovens, isto é, ecoturismo e empreendedorismo, não existindo atualmente disciplinas de turismo no ensino secundário, o que faz com que as pessoas não estejam conscientes da importância fulcral do setor para a economia.

Existem mais de uma dezena de programas de formação profissional relacionados com o turismo, porém muitos são extremamente teóricos e mal organizados, não promovendo a aplicação das aprendizagens, não contribuindo decisivamente para os jovens considerarem o turismo como uma carreira, quer como colaboradores, quer como empreendedores. Uma boa prática de cooperação e aprendizagem comum para otimizar a situação em termos formativos é o envio de delegações, para visitar escolas de hotelaria de referência em Portugal e outros países. Parcerias relevantes com entidades estrangeiras, nomeadamente portuguesas, com qualidade e experiência comprovada no ensino técnico e/ou profissionalizante, visam a aquisição de conhecimentos e a realização de iniciativas conjuntas que contribuam para o desenvolvimento de instituições como a do Instituto Politécnico de Betano, para a instalação e consolidação do Instituto Politécnico de Hotelaria e Turismo de Lospalos.

5.10. Estratégias para o turismo

As parcerias permitem às partes interessadas aumentar a probabilidade de alcançar a sua missão e ampliar o seu alcance. A Política Nacional de Turismo de Timor-Leste reconhece a complexidade do turismo e apela à mobilização de um amplo apoio do governo, da indústria e do povo timorense para que o turismo seja eficaz e bem-sucedido, havendo papéis e responsabilidades distintas por parte dos atores do setor público e do setor privado nas diferentes fases do ciclo de desenvolvimento do turismo.

Tendo em conta a fase ainda inicial do desenvolvimento do turismo em Timor-Leste, é crucial que o governo desempenhe um papel de liderança, estando segundo o *Programa do VI Governo Constitucional* os responsáveis governamentais empenhados em desenvolver o turismo enquanto força motriz da sua economia e, portanto, é essencial estabelecer um quadro adequado para o seu desenvolvimento. Estão identificados muitos exemplos de boas práticas na região da ASEAN, onde um número de países tem tido um sucesso notável na construção de parcerias através do turismo, existindo em todos os casos, mecanismos e plataformas para garantir um equilíbrio saudável entre as funções políticas e de implementação.

Sendo óbvio que a política nacional do turismo em Timor-Leste, como em qualquer outro país, tenha de ser conduzida por um ministério competente e forte, com capacidade de influenciar o diálogo e a ação em todo o governo terão de ser tidas em conta um conjunto de ponderações como as que se esquematizam na análise *SWOT*, constante na tabela seguinte (figura 42), onde se comparam as principais características atuais mais positivas e negativas que podem ajudar na definição de estratégias dentro das políticas públicas para o aproveitamento do turismo. O setor público em Timor-Leste tem um papel fundamental em reunir os múltiplos atores, facilitando a melhoria da qualidade e a comercialização do destino turístico.

Ao mesmo tempo, cabe ao setor privado fornecer uma variedade de produtos turísticos apelativos, comprometendo-se o governo de Timor-Leste a estimular o crescimento e o compromisso para com o setor através de iniciativas, investimentos e incentivos ousados, dinâmicos e ponderados.

Como é evidente, em muitos destinos turísticos os primeiros estágios de desenvolvimento do turismo e do investimento são impulsionados pelo setor público e, à medida que a indústria vai evoluindo, o setor privado vai assumindo um papel crescente no fornecimento de produtos e serviços turísticos de qualidade. Em função das suas ambições para o desenvolvimento do turismo, Timor-Leste irá adotar alguns dos modelos institucionais e das abordagens de boas práticas estabelecidas em países que estão a desenvolver as suas respetivas economias de turismo.

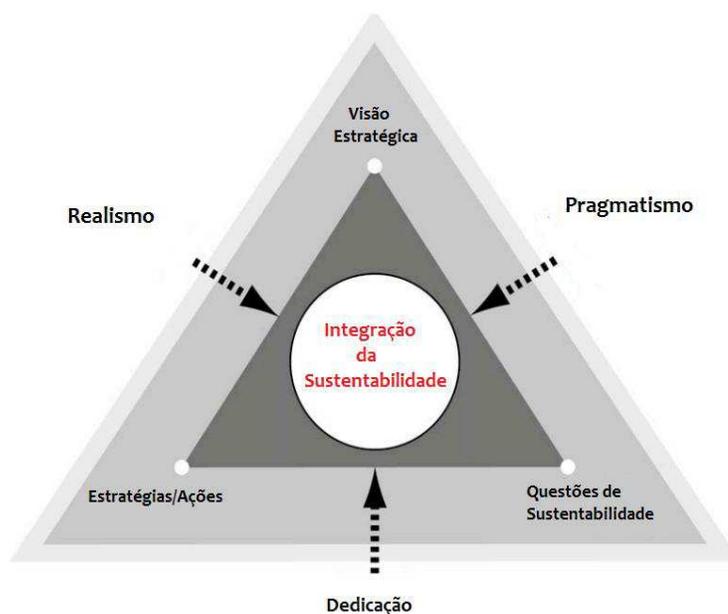
Figura 42 - Análise SWOT

Forças (Strengths)	Fraquezas (Weaknesses)
Riqueza natural e estado de conservação do meio ambiente.	Debilidade das infraestruturas energéticas, de transportes e de comunicações.
Rico património construído, imaterial, cultura diversificada, riqueza etnográfica e gastronomia típica variada.	Acessibilidades difíceis.
<p>Vontade política favorável expressa no PED-TL.</p> <p>Hospitalidade e generosidade natural do povo timorense.</p> <p>Boa aceitação dos turistas por parte da população residente.</p> <p>População jovem e com formação técnica e superior.</p>	<p>Preços pouco atrativos de produtos de consumo alimentar importados como cerveja, vinho, azeite e outros.</p> <p>Falhas na distribuição de energia.</p> <p>Comunicações/Internet fracas.</p> <p>Falta de estratégias concretas de promoção e <i>marketing</i>.</p>
Oportunidades (Opportunities)	Ameaças (Strengths)
Economias florescentes do Sudeste da Ásia: Singapura, União Indiana, Malásia, R.P. da China, Taiwan, que podem fornecer milhares de turistas anuais. Proximidade com países ricos como a Austrália e Nova Zelândia.	<p>Fragilidade do estado e das instituições públicas e possível instabilidade interna.</p> <p>Grande competitividade dos atuais e novos mercados turísticos asiáticos e do pacífico.</p>
Adesão à ASEAN pode potenciar oportunidades de investimento e cooperação regional. Instabilidade internacional verificada em destinos de referência.	<p>Corrupção/incompetência por parte de responsáveis políticos.</p> <p>Monopolização do setor por grandes grupos.</p>
Preços mais acessíveis a nível do alojamento comparativamente com destinos consagrados.	Riscos para o meio-ambiente.
<p>Possibilidade de integração no setor de mão-de-obra especializada e quadros superiores estrangeiros e nacionais.</p> <p>CPLP e seus parceiros podem dar um contributo interessante para o turismo timorense, nomeadamente através da aprendizagem mútua e cooperação.</p>	<p>Subalternização da mão-de-obra timorense, que pode ser vista como criadagem dos estrangeiros.</p> <p>Aumento do custo de vida: inflação dos preços das casas, das rendas e dos produtos e serviços.</p>

Fonte: Elaboração própria

Em função das suas ambições para o desenvolvimento do turismo, Timor-Leste irá adotar alguns dos modelos institucionais e das abordagens de boas práticas estabelecidas em países que estão a desenvolver as suas respetivas economias de turismo. A esquematização da figura 43, conhecida como *Shrinking Triangle of Sustainable Destination Management*, apela à necessidade da conjugação de várias forças que podem culminar numa gestão sustentável de um destino turístico.

Figura 43 - Representação da gestão sustentável de um destino turístico



Fonte: Adaptado de Wolnik (2011)

Uma autoridade nacional de turismo, assente no espírito de parceria público-privada, torna-se fulcral, daí a criação da Autoridade de Turismo de Timor-Leste (ATTL) para implementar a estratégia de turismo e planos de ação. É necessário criar condições para a atuação de Organizações de Gestão de Destinos Turísticos (OGDT) que assegurem que uma ação coletiva ocorra a nível local. Neste sentido, segundo o governo timorense está a realizar-se um estudo sobre a autoridade de turismo, que levará em conta as melhores práticas nessa matéria. Dentro deste espírito competitivo a ATTL deve ser estruturada como uma agência governamental, ou autoridade governamental, e incluir o setor privado e a representação da sociedade civil.

A adoção da melhor estrutura para a ATTL deve permitir a sua flexibilidade para que, à medida que a situação de desenvolvimento do turismo evoluir, essa estrutura organizacional se já determinada com base nos papéis assumidos pelo governo e pelo setor privado na gestão do desenvolvimento do turismo em Timor-Leste. Conforme informações do governo de Timor-Leste a ATTL terá papéis e responsabilidades específicas, com a principal função de atuar enquanto entidade administrativa nacional de coordenação para a implementação das estratégias de turismo e planos de ação que resultarão desta Política Nacional de Turismo, estando também incumbida de reunir dados estatísticos relevantes e desenvolver estratégias de turismo sustentável e planos de ação fundamentados.

6. Análise de resultados

6.1. Perfil e motivações do visitante

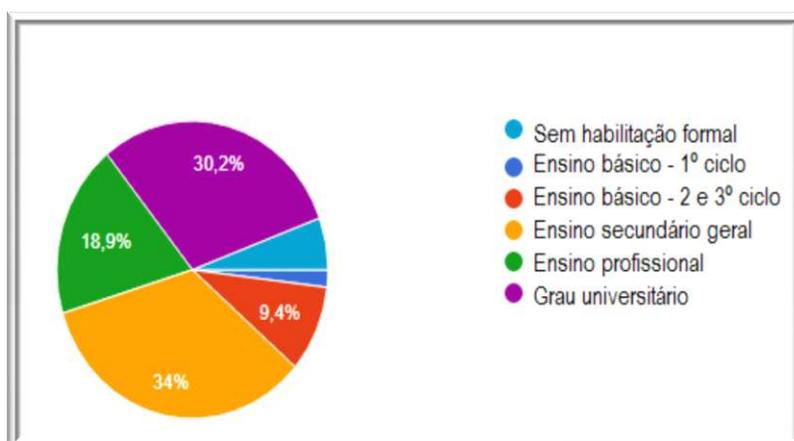
Os resultados apresentados respeitam ao tratamento da informação recolhida através da aplicação do questionário feito aos turistas (ver anexo13). A pesquisa corresponde à aplicação de 117 inquiridos a visitantes que se encontravam à data a visitar Timor-Leste, ou que visitaram o país no ano corrente e anterior (2016 e 2017). Inquirimos o máximo número de pessoas possível para obter a melhor representatividade, recorrendo nomeadamente a colegas docentes que trabalharam recentemente neste território, *mailing list* de uma unidade hoteleira e contatos no terreno. No total dos inquiridos temos 53 mulheres (45%) e 64 homens (55%).

Demos preferência a visitantes internacionais devido ao maior interesse para o nosso estudo, tendo obtido respostas de turistas de variados países desde europeus, com Portugal em destaque (10%), a países como o Brasil, Estados Unidos, Nova Zelândia, Tailândia, Vietname, Coreia do Sul, China e Singapura e principalmente a Austrália (19%) e a Indonésia (8%) pela proximidade geográfica. A maior parte (27%) dos visitantes gastou entre 1000 e 1500 dólares americanos por pessoa na sua viagem, 19% gastaram entre 2000 e 3000 dólares, sendo que, tanto de 1500 a 2000 e como de 500 a 1000 dólares (a percentagem de respostas é de 18%), o que traduz nomeadamente uma grande variedade de pontos de origem e/ou comodidade da viagem.

O padrão dos visitantes, nomeadamente os portugueses, prende-se com o fator de cooperação internacional e o trabalho profissional. Embora os restantes também se apresentem como visitantes que residem momentaneamente por razões profissionais, o apoio dos portugueses no período pós-independência, voluntariado e outros tipos de razões nomeadamente de índole familiar ou pessoal, explica a sua presença no território. Acontece que turistas de outras nacionalidades (caso da Austrália e Nova Zelândia) se deslocam a Timor-Leste por razões que se prendem com a especialização profissional, investigação mas também fruição da natureza e cultura locais. Dentro da maior parte das motivações exclusivamente turísticas encontramos sobretudo uma procura de locais para mergulho e usufruto da natureza.

Naturalmente nem todos os questionários foram preenchidos na íntegra, ou por serem questões sobre as quais o visitante não teve uma experiência efetiva (uso de serviços médicos, por exemplo) ou sobre as quais os inquiridos são normalmente mais retraídos (questão de habilitações ou rendimentos, por exemplo). Ao nível do grau de escolaridade dos inquiridos (ver figura 44), observamos que as duas maiores classes em termos académicos são indivíduos com o ensino secundário (34%) e com formação superior (cerca de 30%). Aparece depois uma fatia significativa de pessoas com formação profissional ou técnica (quase 19%) e uma percentagem de visitantes sem um grau formal de escolaridade o que não significa que estas pessoas sejam necessariamente iletradas.

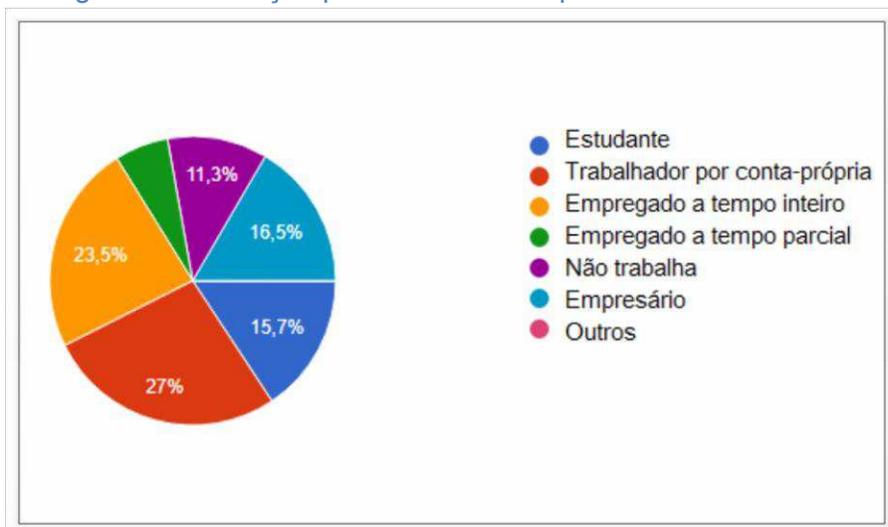
Figura 44 - Grau académico dos inquiridos



Fonte: Autoria própria a partir de dados recolhidos

No que toca à ocupação profissional (ver figura 45), obtivemos uma gama de respostas diversificada, sendo a classe mais representativa em termos de emprego os trabalhadores por conta-própria (27%), seguida de pessoas com emprego a tempo inteiro. Num nível menor temos quase 17% de empresários e cerca de 15% de população estudantil. No orden dos 11% dos inquiridos são reformados ou pessoas sem ocupação profissional, havendo ainda uma fatia de 6% de empregados em regime de *part-time*.

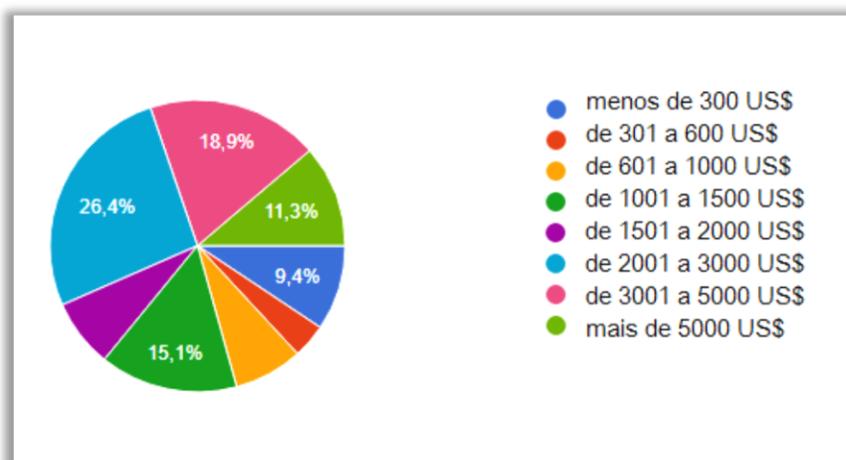
Figura 45 - Situação profissional dos inquiridos



Fonte: Aatoria própria a partir de dados recolhidos

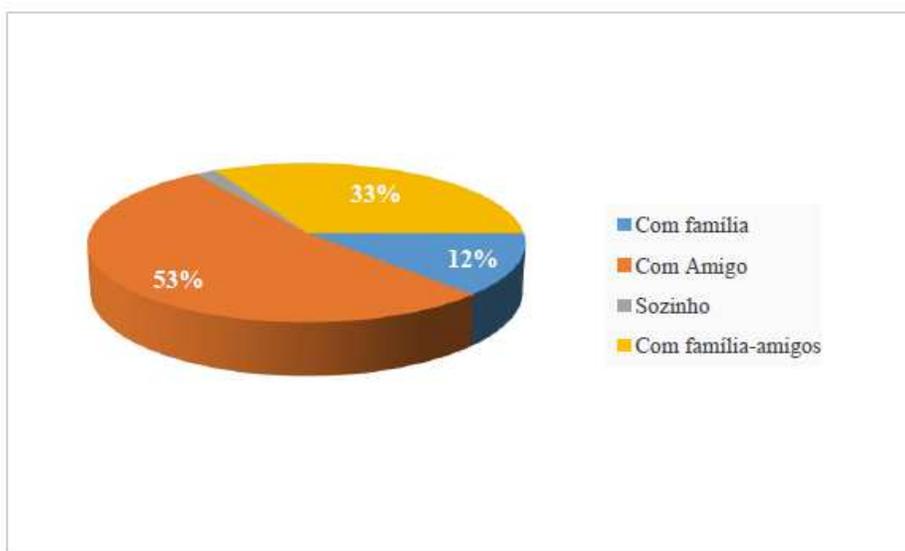
Em termos do ponto relativo ao rendimento médio mensal em dólares americanos, este foi o menos respondido do questionário, mas mesmo assim obtiveram-se 53 respostas. Como se observa na figura 46, dentro do total dos indivíduos que responderam temos como faixa maioritária uma gama de rendimento líquido entre 2000 e 3000 dólares (26%). Em segundo lugar aparece, com sensivelmente 19%, uma fatia que ganha em média mais de 3000 mas menos de 5000 \$US. Dos inquiridos que responderam, 15% afirmam receber entre 1001 e 1500 dólares, seguidos de uma classe privilegiada que auferre rendimentos médios superiores a 5000 dólares americanos por mês (11%) havendo ainda uma percentagem significativa (cerca de 9%) que normalmente ganha menos de 300 dólares por mês.

Figura 46 – Distribuição dos inquiridos por escalões de rendimento



Fonte: Aatoria própria a partir de dados recolhidos

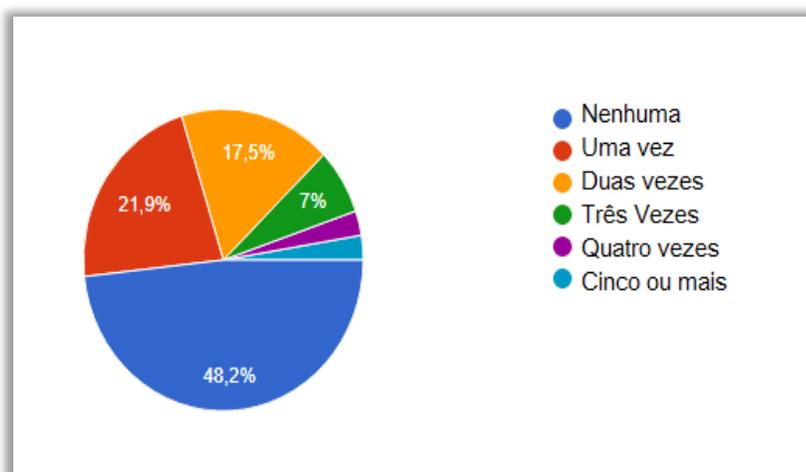
Figura 47 – Caracterização dos inquiridos segundo o tipo de visitante (solitário/grupo)



Fonte: Autoria própria a partir de dados recolhidos

Em termos etários, o maior número de inquiridos corresponde ao intervalo de idades entre os 25 e os 34 anos (43%), seguidos do escalão dos 45 aos 54 (19%) e depois do grupo de 18 a 25 anos com (15%), e do grupo de 35 a 44 anos (14%), sendo o restante residual. Como tivemos a oportunidade de verificar pela nossa auscultação, a grande maioria dos visitantes viaja acompanhado de amigos ou colegas (53%), 33% das pessoas chega a Timor-Leste acompanhada de familiares e amigos, enquanto que apenas com família são 12% dos viajantes. A percentagem restante respeita a indivíduos que viajaram sós (ver figura 47).

Figura 48 – Distribuição segundo o número de visitas anteriores ao território



Fonte: Autoria própria a partir de dados recolhidos

Em termos do ponto relativo às visitas anteriores, como se observa na figura 48, dentro do total dos indivíduos que responderam temos uma maioria de visitantes que estiveram pela primeira vez em Timor-Leste (48,2%). Em segundo lugar aparece (com sensivelmente 22%) uma fatia que tinha visitado o território uma vez. Dos inquiridos que responderam, 17,5% afirmam visitar o país pela segunda vez, seguidos de turistas que afirmam já ter visitado o país três vezes (7%). Conclui-se, nesta fase, que mais de metade dos visitantes atuais já tinham estado anteriormente no território, enquanto que quase metade estão a visitar Timor-Leste pela primeira vez.

6.2. Avaliação do visitante

Depois de anuirmos que cerca de 84% dos visitantes ponderam voltar ao território num futuro próximo, em termos dos níveis gerais de satisfação dos visitantes, variam um pouco, embora a fatia mais substancial (46%) declare uma satisfação completa, 35% dos visitantes ficam simplesmente satisfeitos com a sua estadia e 14% referem satisfação apenas parcial, sendo que os restantes apresentam-se parcialmente ou totalmente insatisfeitos (como se pode verificar na figura 48).

Ao nível de mudanças que os turistas gostariam de ver numa futura visita, uma parte importante das sugestões prende-se como uma desejável melhoria das estradas e ligações rodoviárias. Verificam-se também muitas preocupações com a pobreza e condições de vida da população local. Outro tipo de reivindicações prende-se com a necessidade de melhores ligações e de sinal de internet, tendo sugerido vários inquiridos a instalação de pontos gratuitos de *wi-fi*, (internet sem fios). Uma parte ainda significativa dos visitantes reclama uma melhor limpeza dos espaços públicos e uma recolha de resíduos sólidos urbanos mais eficaz.

Em termos de respostas sobre a qualidade dos restaurantes timorenses visitados pelos turistas estrangeiros, o maior número de inquiridos responde que o serviço dos restaurantes é muito bom (63,2%), seguidos por bom (17,5%) e excelente (13,2%), pelo que os restantes resultados, fraco e muito fraco, apresentam percentagens mínimas. Como tivemos a oportunidade de verificar pela nossa auscultação, a grande maioria dos visitantes sai satisfeita com o serviço prestado a nível de um elemento crítico para o turismo como é a restauração.

Em relação ao *feedback* sobre a qualidade das praias timorenses (ver quadro da figura 49) visitadas pelos turistas estrangeiros, uma grande maioria (mais de 44%) classificou-as como muito boas, sendo que para mais de 20% do público a costa timorense é mesmo excelente, 22% dos inquiridos consideram as praias timorenses no seu conjunto como boas e uma pequena minoria cerca de 10% as classificou-as como fracas e uma parcela insignificante muito como fracas.

A maioria dos turistas considerou gastar entre 71 a 100 \$US diários com o alojamento, seguidos por turistas que afirmaram gastar entre 41 a 70 dólares americanos por pessoa e ainda uma parte que despendeu em média 21 a 40 dólares por pessoa. De salientar que quase 10% dos turistas respondem gastar mais de 100 dólares por dia com o hotel. No tocante à avaliação das condições gerais alojamento (ver figura 49), a maior parte dos inquiridos (43%) considerou a sua estadia como muito boa, numa segunda categoria quase 30% dos turistas classificou o alojamento excelente. Só depois surge a categoria bom com quase 15% e depois as restantes classificações com mais de 9% dos inquiridos a considerar o alojamento como fraco.

Segundo os dados que recolhemos há uma grande variação dos gastos médios dos turistas nos estabelecimentos de restauração, esplanadas, cafetarias e mesmo bares, discotecas e casas de divertimento noturno, sendo a fatia mais importante de uma despesa variável entre os 41 a 70 dólares diários *per capita*, logo seguidos por uma percentagem que dispende entre 21 e 40, e depois uma outra classe de visitantes que gasta entre 71 e 100 dólares.

Em termos de *feedback* da parte dos visitantes sobre a qualidade do atendimento nos hotéis, bares e restaurantes, como se verifica pela análise da informação constante na Figura 49, uma maioria de praticamente 33,9% classificou o trabalho dos colaboradores muito bom, ou mesmo excelente para 27% dos turistas inquiridos.

Para uma fatia igual dos inquiridos o profissionalismo dos donos gerentes e restante *staff* é simplesmente bom, e os restantes classificam o profissionalismo do pessoal da hotelaria como fraco ou muito fraco. Gostaríamos de realçar a grande satisfação percebida nas repostas em termos da hospitalidade, tendo 45% dos inquiridos classificado a mesma como excelente e 36% muito boa.

Não sendo pertinente esmiuçar todos os dados que obtivemos deixamos aqui mais algumas ilações importantes extraídas deste estudo, nomeadamente ao nível dos dados recolhidos através de inquérito.

Figura 49 - Quadro síntese do *feedback* dos visitantes

Características	Avaliação dos turistas %				
	Assinaladas as cores da três categorias mais preponderantes.				
	Excelente	Muito Bom	Bom	Razoável	Má
Satisfação geral	46	35	14	4	1
Qualidade geral da restauração	13	63	18	4	2
Qualidade da alimentação/bebidas	22	46	21	11	0
Profissionalismo do staff de hotelaria	27	34	27	8	4
Limpeza dos espaços públicos	16	37	27	17	3
Qualidade geral da costa	20	44	22	11	3
Limpeza da praia	25	36	20	9	10
Sinalização/Acessibilidade das praias	6	26	19	32	17
Segurança das praias	30	39	16	8	7
Preservação dos recursos naturais	30	38	15	12	5
Estradas e transportes	17	29	13	22	18
Locais históricos	28	41	15	10	6
Atividades desportivas	10	39	20	17	14
Alojamento	29	43	15	10	4
Vida Noturna	23	36	20	14	7
Comércio	20	29	21	20	10
Informação turística	4	16	22	35	23
Hospitalidade	45	36	14	4	1
Sentimento de segurança	38	42	12	5	3
Assistência médica	7	18	24	34	17
Serviços bancários (ATM)	8	11	11	39	33
Telecomunicações	5	13	15	34	33

Fonte: Autoria própria a partir de dados recolhidos

Grande parte dos estrangeiros deslocam-se ao território por razões profissionais, mas acabam por usufruir de serviços turísticos e das praias timorenses, voltando em outras ocasiões especificamente para usufruir da oferta turística, nomeadamente banhar, mas também para fazer mergulho, caminhadas e participar em atividades culturais.

Em termos de mobilidade, verificamos que uma maioria esmagadora dos estrangeiros deslocam-se de taxi (58%) seguidos de uma percentagem significativa que aluga viatura automóvel (33%), sendo a população turística que viaja em transportes públicos muito reduzida (14%). Uma pequena parte dos turistas para além de usar transportes terrestres também faz aluguer de barco (13%).

Constatámos com o tratamento de dados que apenas uma minoria dos visitantes sai da capital, e os que o fazem apenas se deslocam menos de uma hora de viagem (Metinaro, Manatuo, etc.) ou então deslocam-se a outras capitais de distrito sobretudo Baucau, Liquiça e Oecusse. A grande maioria dos estrangeiros, para além de apreciar os recursos naturais e as gentes timorense, sente-se segura e apenas se mostra desagradada com falhas de informação e sinalização. Um problema sentido pelos visitantes é que a maior parte da população, apesar da sua hospitalidade, não domina a língua inglesa, atual instrumento universal de comunicação, e mesmo os que conseguem comunicar em português (ou outras línguas europeias) fazem-no de uma forma muito sofrível.

A grande maioria dos entrevistados mostrou-se agradado com o comércio local e com a vida noturna, os que recorreram a serviços médicos consideraram-nos de qualidade mediana, mas as maiores queixas advêm da precariedade das estradas e transportes, principalmente fora da capital. Outro grande motivo de preocupação para além da fraca disponibilidade de máquinas de mutibanco foram a questões relacionadas com as telecomunicações móveis, havendo fragilidades especialmente em termos da oferta e qualidade da internet disponível.

7. Conclusão

7.1. Considerações finais

Este trabalho tomou como ponto de partida o estado atual do setor turístico em Timor-Leste. Procurou-se analisar e compreender a importância do turismo enquanto fator de desenvolvimento deste país, as políticas públicas vigentes nesta área e as perspectivas dos intervenientes neste processo. Assim, através de uma abordagem teórica, estudo de caso, recolha e análise de informação, procurou-se responder às questões iniciais referidas no início da dissertação relacionadas com a existência ou não de políticas públicas no âmbito do turístico em Timor-Leste e da percepção sobre o modo como essas políticas públicas promovem um desenvolvimento sustentável do turismo costeiro.

Concluimos com este estudo que as políticas definidas começam lentamente a ser postas em prática, se bem que ainda existe um grande caminho a percorrer até o turismo se tornar de facto um setor preponderante na economia timorense. As intenções delineadas no PED-TL e na Lei de Bases da Política de Turismo são favoráveis ao fortalecimento do setor turístico, acautelando (nomeadamente através da Lei de Bases do Ambiente) a defesa do meio natural, mas existem ainda passos importantes a nível estrutural a desenvolver, para haver condições atrativas principalmente para o turismo internacional. Também será necessário um maior incremento na captação de investimentos externos que passam por uma maior visibilidade da imagem e recursos do país. O turismo, fenómeno de importância cada vez mais incontornável a nível mundial, tem um carácter multissetorial e integrador, e muitos países estruturam as suas estratégias de desenvolvimento em torno deste. Os seus impactos, positivos e negativos, são particularmente amplificados em países com economias frágeis, pelo que as políticas públicas de turismo devem ponderá-los cuidadosamente na formulação das suas estratégias. O conceito de sustentabilidade, associado aos debates sobre as atividades humanas, e o conceito de desenvolvimento sustentável, atualmente defendido como paradigma de desenvolvimento, são relevantes também na área do turismo, estando presentes quer nos atuais instrumentos de políticas públicas vigentes, quer no discurso dos vários *stakeholders* auscultados.

As praias timorenses, principalmente na zona da capital, apresentam bastantes serviços, restauração, cafetarias, hotéis e apartamentos, casas de banho e equipamentos em geral, mas para já, mesmo em zonas como a Praia dos Coqueiros ou Praia da Areia Branca, a pressão urbanística não parece tão forte como se poderia pensar, pelo que na sua maioria, os visitantes não ficam mais de um dia, ou horas. A maioria esmagadora dos residentes, principalmente os estrangeiros (em maior número) deslocam -se com as suas viaturas, porque os poucos transportes públicos não oferecem garantias de conforto ou segurança. Aqui começam, sim, algumas questões com as quais deparamos no terreno e nas respostas livre do questionário: o barulho, a falta de reciclagem dos lixos, o caótico estacionamento, ou a falta de planeamento e ordenamento dos espaços.

Questionamo-nos sobre o que será importante para promover as praias timorenses no estrangeiro e se será desejável incrementar o número de restaurantes, hotéis, discotecas e outro tipo de estabelecimentos vocacionados para o turismo. Se for esse o caso, para que tipo de públicos e/ou nacionalidades serão esses novos estabelecimentos. Colocamos também a questão da pertinência da criação de um centro de educação ambiental que permita conhecer a riqueza da natureza, e em que medida interessa a manutenção da conservação do património natural e cultural existente.

Existe uma íntima relação entre o turismo e o meio ambiente, na medida em que o primeiro pode auxiliar na protecção do segundo, e como vimos, a actividade turística é capaz de gerar, na ausência de planeamento, alguns impactos negativos, sendo que muitos deles irreversíveis. Para evitar uma situação de prejuízo para a natureza e populações locais, devem ser aplicadas determinadas medidas de protecção ambiental, tais como: desenvolver os transportes e os sistemas de serviços públicos adequados; pôr em prática os princípios de racionalização da terra; planear o local e definir padrões de desenvolvimento ambientalmente apropriados; gerir de forma correcta os fluxos de visitantes e o controlo da utilização dos recursos como aconselha OMT (2003).

Constatámos, também, que o turismo, quando devidamente planeado, ajuda a justificar e a subsidiar a conservação de áreas naturais importantes e da vida selvagem, bem como dos sítios arqueológicos e históricos.

O turismo em harmonia com o ambiente contribui para o melhoramento da qualidade ambiental geral das áreas naturais, auxilia a consciencializar ambientalmente as pessoas locais, na medida em que se apercebem da admiração dos turistas pela natureza, e reúne condições para a prática do turismo sustentável por todos os seus

intervenientes. Por outro lado, a não sustentabilidade do turismo gera impactos negativos como poluição hídrica e atmosférica; poluição sonora; congestionamento de veículos e grandes aglomerados de pessoas; poluição visual com o incorrecto uso do território e mau planeamento do local; degradação dos recursos; desequilíbrio ecológico das áreas naturais, algumas das consequências notórias quando o turismo, o ambiente, a economia e a sociedade entram em colisão.

Para aproveitar as riquezas do país, é essencial um bom planeamento do turismo o que proporcionaria a Timor-Leste várias vantagens. A primeira vantagem é, segundo Edgell (2016), o facto de existir uma relação próxima entre políticas públicas e planeamento, pelo que um turismo planeado fortalece a entidade que as promove. Em segundo lugar, o mesmo autor refere que um planeamento estratégico do turismo é um esforço complexo de pensamento racional orientado para o futuro. Em terceiro lugar, este autor afirma que o planeamento estratégico do turismo, tem várias fases, começando com uma listagem dos produtos turísticos de uma zona e acaba num plano para o desenvolvimento futuro. Enquanto lugar, surge um necessário ajuste entre os objetivos económicos e a necessidade de conservação ambiental, do património construído e do bem-estar dos residentes. Uma quinta característica de um correto planeamento estratégico do turismo é a promoção dos recursos dos quais o turismo depende para um futuro crescimento.

Os resultados recolhidos indicaram que a beleza da paisagem, a preservação, é um grande atributo, mais do que a fama dos destinos turísticos. A segurança, limpeza e manutenção dos espaços, a variedade da beleza das atrações naturais, a hospitalidade dos residentes, a qualidade do serviço e profissionalismo do pessoal dos restaurantes e bares, a qualidade dos meios de alojamento, a disponibilidade de informação para a preparação da viagem e a disponibilidade de serviços e equipamentos, entre outros fatores, são mais-valias a nível de atração. Indicamos face a todas as aprendizagens obtidas, como um passo imprescindível, a necessária ênfase no marketing do destino turístico, tendo em conta as características específicas deste destino, plasmadas na nossa análise *SWOT* (ver figura 49).

Tendo praticamente a totalidade dos *stakeholders* contactados uma opinião de que o turismo é uma aposta ganhadora para o desenvolvimento do país, esta exigirá iniciativas várias como o desenvolvimento de infraestruturas bem planeadas, o ecoturismo, o planeamento e organização turística, a participação da comunidade local. O

cuidado com a paisagem, capacitação do recursos humanos, segurança, informação turística, e o respeito pelas zonas protegidas, proporcionarão um melhor ambiente para os investidores assente num bom planeamento e desenvolvimento estruturado.

7.2. Sugestões / Perspetivas de futuro

Este trabalho demonstra que já existe alguma procura turística efectiva em Timor-Leste mas evidencia, sobretudo, que o país tem muitos recursos e locais com potencial turístico que deverá desenvolver de uma forma sustentada. A beleza natural do território, a predominância de um clima tropical, muito sol, praias, biodiversidade marítima, paisagens de montanhas e conseqüente diferenciação atmosférica são os recursos principais, nos quais o desenvolvimento do turismo poderá assentar numa política que permita a sua protecção e exploração controlada e poderá permitir o desenvolvimento sustentável, constituindo um dos produtos e atractivos turísticos potenciais no âmbito de ecoturismo. Recomenda-se um estudo por parte de especialistas do potencial específico da costa sul, dadas as condições desta parte da ilha com ondulação forte excelente para a prática de desportos náuticos, nomeadamente o *surf* e seus derivados.

O ambiente natural ainda se encontra inexplorado com níveis de poluição quase inexistentes, a imensa fauna natural terrestre pode também potenciar o desenvolvimento turístico, desde que devidamente protegida em reservas ou parques naturais, tendo Timor-Leste ainda todo um ambiente subaquático em estado selvagem, que poderá constituir um importante atractivo turístico.

Dentro da diversidade de políticas públicas possíveis, recomenda-se focar naquelas de cunho empreendedor, tais como, facilitar o acesso ao crédito; adotar políticas de incentivos fiscais para empresas e projetos locais de desenvolvimento turístico sustentável; reduzir a burocracia; estimular a educação empreendedora; investir em infraestruturas de transportes e comunicações; incentivar o empreendedorismo; facilitar o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação; apoiar as entidades representativas da sociedade (associativismo) e ainda fomentar a capacitação e a qualificação profissional.

Os decisores envolvidos no futuro do setor turístico em Timor-Leste têm nas suas mãos a capacidade de colocar este território nos roteiros mundiais se conseguirem delinear uma estratégia de sucesso com especial enfoque no subsector do turismo litoral.

Um planeamento turístico bem gizado que combine metas e objetivos adequados, num contexto de uma concorrência cada vez mais global, possibilitará, com a formulação e aplicação de estratégias acertadas e sustentáveis, um desejável sucesso económico, assente na satisfação do turista, mas que não descure a necessária proteção dos interesses dos moradores, uma preservação da identidade cultural e uma defesa eficaz do meio natural.

Em termos de limitações, a nossa investigação sofreu essencialmente com a falta de disponibilidade de dados atualizados e com as contingências de tempo para estudar o território na sua totalidade. Em termos de continuidade da presente investigação, propomos colmatar algumas dificuldades encontradas como a falta de informação estatística para as unidades territoriais mas pequenas e ainda estudar outras áreas geográficas do território timorense mais a fundo (costa sul), no âmbito do desenvolvimento turístico.

Outro aspeto a explorar no futuro é a avaliação do efeito turístico de Timor-Leste por parte do turista nomeadamente na população residente e a respetiva influência na definição de futuras políticas públicas.

Bibliografia

- ALBARELLO, L., de ALMEIDA, J. S., & BAPTISTA, L. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, 1ª edição, Gradiva, Lisboa.
- BALAKRISHNAN, M., (2009). *Strategic branding of destinations: a framework*, European Journal of Marketing, Vol. 43 (5). Pp. 611-29.
- BARROS, N. C. (1998). Crócia de. *Manual de Geografia do Turismo. Meio Ambiente Cultura e Paisagens*. Recife: Ed Universitária UFPE.
- BEAUD, S., & WEBER, F. (2007). Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos. *Petrópolis: Vozes*.
- BENBASAT, I., GOLDSTEIN, D. K., & MEAD, M. (1987). *The case research strategy in studies of information systems*. *MIS quarterly*, 369-386.
- BONFIM, B. B. R. (2007). *A geografia na formação do profissional em turismo: discussão sobre uma proposta teórico-metodológica para a região litorânea do Paraná* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- BRAMANTE, A. C. (1998). Lazer, concepções e significados. LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, 1(1).
- BUHALIS, D. (1999). *Marketing the competitive destination of the future*, *Tourism Management*, Vol. 21, (1), pp. 97-116
- BUTLER, R. W. (1980). The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. *The Canadian Geographer/Le Géographe canadien*, 24(1), 5-12.
- CABASSET-SEMEDO, C. (2009). Thinking about tourism in Timor-Leste in the era of sustainable development. A tourism policy emerging from grass-roots levels. *East Timor: How to Build a New Nation in Southeast Asia in the 21st Century*, IRASEC, Bangkok.
- CARETO, H. & ROSÁRIO M. (2006). *Turismo e Desenvolvimento Sustentável*. Lisboa: Geota.
- CASTRO, N. A. R. D. (2006). *O lugar do turismo na ciência geográfica: contribuições teórico-metodológicas à ação educativa* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

- CAVACO, C. (1999). O mundo rural português: desafios e futuros. *Desenvolvimento rural. Desafio e utopia*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 135-148.
- CROMPTON, J. L. (1979). Motivations for pleasure vacation. *Annals of tourism research*, 6(4), 408-424.
- COOPER, P. & VARGAS, C. (2004). *Implementing sustainable development: From global policy to local action*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- CUNHA, L. (1997). *Economia e Política do Turismo*, LIDEL, 3ª edição, Lisboa.
- DANN, G. M. (1981). Tourist motivation an appraisal. *Annals of tourism research*, 8(2), 187-219.
- DE SILVEIRA, Joaquim Pereira (2016). *Turismo de mergulho em Timor-Leste: As potencialidades do património subaquático como motor de desenvolvimento – o caso de Díli* dissertação de mestrado em Turismo, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016.
- DE KADT, E. (1979). *Turismo: ¿Pasaporte al Desarrollo? perspectivas sobre los efectos sociales y culturales del turismo en los países en vías de desarrollo*, Ediciones Endimión.
- DODDS, R., & BUTLER, R. (2010). Common resource use: Policy definition and implementation. *Tourismos: An International Multidisciplinary Journal of Tourism*, 5(1), 35-53.
- DUMAZEDIER, J., MAZZA, S., GUINSBURG, J., MARTINS FILHO, P., & BOLOGNANI, V. L. (1979). *Sociologia empírica do lazer*.
- EDGEELL, D. (2016) *Managing Sustainable Tourism - A legacy for the future, 2nd Edition* – Routledge.
- ELKINGTON, J. (1999). Triple bottom-line reporting: Looking for balance. *AUSTRALIAN CPA*, 69, 18-21.
- FIGUEIREDO, E. (2003). *Um rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro.
- FIRMINO, F., LIMA, C.; SOUZA, L. CROCIA, N. (2004). *Desenvolvimento de Resorts Costeiros: Uma Análise da Produção do Espaço do Município de Tibau do Sul (Rn)*. In: *VIII Encontro Nacional De Turismo Com Base Local – ENTBL*, Curitiba.

- GEBHARD, K., MEYER, M. e ROTH, S. (2007). Sustainable Tourism Management Planning in Biosphere Reserves – a methodology guide, Ecological Tourism in Europe, UNESCO MaB, Bonn.
- GOELDNER, C. & RITCHIE, J. (2002). *Tourism: principles, practices, philosophies*, 9ª edição, John Wiley and Sons, New Jersey.
- GOÉS, K. (2016). *Metodologia para a análise da vocação turística*. Disponível em: www.mundogeo.com.br. Acedido em: 22 de Novembro de 2016
- GOODE, W. J. (1979). *Métodos em pesquisa social*. Companhia Editora Nacional.
- GRIZIO, E. (2011). O turismo na ótica geográfica. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 33 (1).
- GUERREIRO, G. (2015). Universidade de Évora, *Textos de apoio às Aulas de Economia do Turismo*, Évora, 2015.
- GUERREIRO, M. M. (2015). O papel da Cultura na Gestão da Marca das Cidades. *Caderno Profissional de Marketing-UNIMEP*, 2(2), 1-11.
- GUERREIRO, M. M., DA COSTA MENDES, J., DO VALLE, P. O., & SILVA, J. A. (2008). Análise da satisfação dos residentes com o turismo: o caso de uma área-destino no Algarve, Portugal. *Revista Turismo em Análise*, 19(3), 488-504.
- HALL, C. (2000). *Tourism Planning: policies, processes and relationships*, Prentice Hall, Pearson Education Limited, Essex.
- HAN, J. H., NOH, E. J., & OH, C. O. (2015). Applying the concept of site substitution to coastal tourism. *Tourism Geographies*, 17(3), 370-384.
- JEFFRIES, D. J. (2001). *Governments and tourism*. Routledge.
- JOAQUIM, G. (1994). *Turismo e Ambiente: Complementaridade e responsabilidade. Contribuição para uma abordagem sociológica do fenómeno turístico*, Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCTE.
- KASPAR, C. (1995). *Management im Tourismus – eine Grundlage für die Führung*. Bern.
- KLIKSBERG, B. (1995). *El Pensamiento Organizativo – De los dogmas a un nuevo paradigma gerencial*, 13ava. Edición ampliada y actualizada – Editorial Tesis, Buenos Aires.
- KRUJA, D., & HASAJ, A. (2010). Comparisons of stakeholders' perception towards the sustainable tourism development and its impacts in Shkodra Region (Albania). *Turizam vol. 14 (1)*.

- KRUTWAYSHO, O., & BRAMWELL, B. (2010). Tourism policy implementation and society. *Annals of Tourism Research*, 37(3), 670-691.
- LACY, J. A., & DOUGLASS, W. A. (2002). Beyond authenticity: The meanings and uses of cultural tourism. *Tourist studies*, 2(1), 5-21.
- LOPES, B., AMARAL, J. N., & CALDAS, R. W. (2008). *Políticas Públicas: conceitos e práticas*. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 7.
- MARTINS, L. (2004). *Espaços de Lazer e de Turismo no Noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- MARUJO, M. & CARVALHO, P. (2010). Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável, *Turismo & Sociedade*.
- MATHIESON, A.; WALL, G. (1982). *Tourism: economic, physical and social impacts*. Essex: Longman.
- MOLNAR, A. K. (2009). *Timor Leste: politics, history, and culture*. Routledge.
- MOREIRA, F. (1994). *O Turismo em espaço rural- enquadramento e expressão Geográfica no território português*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Universidades de Lisboa.
- NILASCO I. (2017). *Unidos pelo passado e juntos no futuro: um projeto fotografico com histórias de Timor disponível em: <http://isabel-nolasco-photography0.webnode.pt>* consultado em 04/05/2017
- OLIVEIRA, L. D. S., & SILVA, Y. F. (2008). A Importância e as Relações entre Paisagem e a Atividade Turística: o caso de Santa Rosa de Lima-SC. *SEMINARIO EM PESQUISA DE TURISMO DO MERCOSUL*, 5.
- ONG, L. T., & SMITH, R. A. (2014). Perception and reality of managing sustainable coastal tourism in emerging destinations: the case of Sihanoukville, Cambodia. *Journal of Sustainable Tourism*, 22(2), 256-278.
- PORTER, M. E. (1980). *Competitive strategy: Techniques for analyzing industries and competition*. New York, 300.
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho, 5ª. Edição. Lisboa: Gradiva.

- RIBEIRO DA COSTA, A. (2013). *Destination Branding: o papel dos stakeholders na gestão de uma marca-destino – o caso da marca Douro*. Trabalho de Conclusão de Dissertação de Mestrado em Marketing e Gestão Estratégica, Universidade do Minho Escola de Economia e Gestão.
- RIBEIRO, G. & BARROS, F. (2001). *A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo*.
- RIBEIRO, J.; FREITAS, M MA & MENDES, R., (2000). *O Turismo no Espaço Rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal*, Universidade do Minho.
- ROBINSON, M., & PICARD, D. (2006). *Tourism, culture and sustainable development*.
- RODRIGUES, A. (2002). *“Lazer e espaço na cidade pós-industrial”*. *Licere*, Belo Horizonte, v.5, n.1.
- SANT'ANNA, D. G., DE OLIVEIRA, M. T. C. S., & BERENSTEIN, S. G. (2001). *Gestão participativa para um turismo sustentável: o caso da costa do descobrimento*. Secretaria da Cultura e Turismo.
- SANTOS, E. (2000). *(Re) Encontros rurais: contributos para o desenvolvimento de uma estratégia turística – o caso particular de Bucelas*, Dissertação de mestrado, ISCTE, Lisboa.
- SAVOIE-ZAJC, L. (2003). *A entrevista semidirigida*, in GAUTHIER, B., *Investigação Social: da problemática à colheita de dados*, 3ª edição, pp279-301, Lusociência, Loures.
- SILVANO, M.(2006). *O turismo em áreas rurais como fator de desenvolvimento. O caso do parque natural de Montesinho*. (Master management and development of Tourism), Universidade de Aveiro.
- SOUZA, L. de (2006). *A Gestão do Turismo nas Áreas Naturais Protegidas do Centro de Portugal*, Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- VIEIRA, J. M. (2007). *Planeamento e ordenamento territorial do turismo-Uma perspectiva estratégica*. Lisboa, Editorial Verbo.
- VONG, Manuel (2014). *Tourism in Timor-Leste: Contrubutions to a Sustainable Development*, Faculdade de Economia - Universidade do Algarve, Faro, 2014.
- WALKER, J. R., & WALKER, J. T. (2011). *Tourism concepts and practices*. Pearson Education India.

- WESLEY, A., & PFORR, C. (2010). *The governance of coastal tourism: Unravelling the layers of complexity at Smiths Beach, Western Australia*. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(6), 773-792.
- WOOD, M. (2002). *Ecotourism: Principles, practices and policies for sustainability*. UNEP.
- WOLLNIK, C (2011) *Sustainable Destination Management in Timor-Leste*, Final Thesis for the award of the academic degree Diplom-Geograph, Philipps-University of Marburg Faculty of Geography.
- YIN, R. (1994), *Case Study Research – design and methods*, 2nd edition, SAGE Publications, Thousand Oaks.

Documentos institucionais, legislação e webgrafia

- ASIAN DEVELOPMENT BANK (2007). *An Example Of Good Practices Road Sector Investment Planning in the Pacific Timor-Leste*
- BANCO CENTRAL DE TIMOR-LESTE (2017). disponível em <https://www.bancocentral.tl/en> consultado em 12 de Março de 2017.
- BERITA RESMI STATISTIK INDONESIA (2017). disponível em www.bps.go.id consultado em 18 de Março de 2017.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (2017). *The World Factbook*. Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook> consultado em 12/02/2017.
- CORAL TRIANGLE INITIATIVE (2009). *Regional Plan of Action on Coral Reefs, Fisheries And Food Security*. Interim Regional CTI Secretariat. Jakarta , 2009.
- DECRETO-LEI 26/2012, *Lei de Bases do Ambiente*, República Democrática de Timor-Leste (2012) disponível em <http://www.mj.gov.tl/jornal/?q=node/788> Consultado em 21 de Março de 2017.
- DECRETO-LEI Nº. 24/2014 de 3 de setembro cria o regime jurídico que estabelece as bases de uma política de turismo em Timor-Leste. Disponível em; <http://193.43.36.109/docs/pdf/tim139278.pdf> Consultado em 08 de Fevereiro de 2017.

- DIREÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2010). *Sensu Populasaun no Uma-Kain*, Díli, Timor-Leste, 2010.
- DIREÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA (2014). *Timor-Leste em Números 2013 (2013 ed.)*. Díli.
- ESCOLA DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO MINHO (2011). *Constituição Anotada da República Democrática de Timor-Leste..* Centro de Investigação Interdisciplinar, Braga,.
- GOOGLE MAPS (2017). disponível em <https://www.google.pt/maps/place/Timor-Leste> consultado em 03 de Abril de 2017.
- INSTITUTE FOR POLICY STUDIES (2000). *Mohonk Agreement: Proposal for an International Certification Program for Sustainable Tourism and Ecotourism*, 2000.
- INSTITUTO GEOLÓGICO E MINEIRO (2009). *Breve panorâmica sobre os recursos geológicos não metálicos de Timor Leste* Lisboa, 2009.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE TIMOR-LESTE (2017). Disponível em <http://www.statistics.gov.tl/pt/> consultado em 04 de Maio de 2017.
- INTERNATIONAL REPUBLICAN INSTITUTE (2017). *Expert Quoted in Asia Times on Timor-Leste Elections*, disponível em: <http://www.iri.org/resource/iri-expert-quoted-asia-times-timor-leste-elections> consultado em 29 de Julho de 2017.
- INVEST & EXPORT BRASIL (2017). Guia de Comércio Exterior e Investimento. Disponível em <http://www.investexportbrasil.gov.br> consultado em 07 de setembro de 2017.
- MINISTÉRIO DO COMÉRCIO INDÚSTRIA E AMBIENTE (2015). *Progresso Dezenvolvimentu Ekonomia Nasionál Timor-Leste*, Díli, Timor-Leste.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2015). *Buletin Sapiénsia - husi : Diresaun Nasionál Media Edukativa no Sentru Impresaun Vila Verde*, Díli, Timor-Lest.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2017). Congresso Nacional da Educação, 2017. *Declaração final do 3º congresso* disponível em <http://www.moe.gov.tl/pdf/DeclaracaoFinal.pdf> consultado em 02/02/2017.
- MINISTRY FOR ECONOMY (2010). Development Secretary Of State For Environment Democratic Republic Of Timor-Leste *National Adaptation Programme Of Action (Napa) On Climate Change*, 2010.
- OMT (1999). *Código Mundial de Ética do Turismo. Preparação para um Novo Milénio*.
- OMT (2003). *Turismo internacional: uma perspectiva global. 2. ed. São Paulo: Bookman*.

OMT (2015). Relatório anual disponível em http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/annual_report_2015_lr.pdf consultado em 15 de Fevereiro de 2017.

ONGD (2016), *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* Disponível em <https://www.unric.org/pt> consultada em 2 de Março de 2017.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011). PED - TL. *Timor-Leste: Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030*. Díli.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2015). *Programa de VI Governo Constitucional de Timor-Leste*, Díli, Timor-Leste. Disponível em: <https://www.cultura.gov.tl/sites/default/files/programa-do-vi-governo-constitucional-2015-2017.pdf> consultado em 12/11/2016.

SAPO VIAGENS (2017). disponível em <http://viagens.sapo.pt> consultado em 03/05/2017.

TRADING ECONOMICS (2017). *World Bank Indicators*, disponível em <https://tradingeconomics.com> consultado em 03 de Abril de 2017.

UNEP - UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (2012). *The World Summit on Sustainable Development*. Johannesburg, 2002.

UNESCO (2011). *Parque Nacional Konis Santana*, Jakarta, Indonésia.

UNWTO (2011). *Global Code of Ethics for Tourism. For Responsible Tourism adopted by the UNWTO General Assembly Resolution A/RES/607(XIX)* October 2011.

UNITED NATIONS (2013). *Millennium Development Goals* website, disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/> Consultado em 13 de Maio de 2017.

UNWTO (2017). *United Nations World Tourism Organization annual report* disponível em www.unwto.org/annual-reports consultado em 15 de Fevereiro de 2017.

WIKITRAVEL THE FREE TRAVEL GUIDE (2017). disponível em: <http://wikitravel.org> Consultado em 04 de Maio de 2017.

WORLD BANK (2013). *Timor-Leste Social Assistance Public Expenditure and Program Performance Report*, 2013.

Anexos

Anexo 1 - Lista de entrevistados

Nome	Posição/Empresa/Atividade	Contato	Data
Maria Paixão da Costa	Embaixadora de Timor-Leste em Portugal	embaixada.rdtl@mail.telepac.pt	06/11/2016
José Ramos-Horta	Político e Jurista	marywald@gmail.com	23/11/2016
José Manuel Coelho	Professor ESSL, investigador	jmcosco@hotmail.com	29/11/2016
José António da Costa	Professor UNTL, investigador	zeto.costta@gmail.com	09/12/2016
Carlos da Conceição	Político, investigador	d11826@alunos.uevora.pt	15/01/2017
José Alexandre Gusmão	Político, militar e jornalista. Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico	kairalaanan@gmail.com	25/02/2017
Ana Serafim	Hotéis Vila Galé	aserafim@vilagale.com	05/03/2017
Cristina Sousa	Grupo Pestana	crissousa@pestana.com	12/03/2017
Margarida Godinho	Professora DIT, investigador	mgodinho.godinho96@gmail.com	02/04/2017
Ma'uverro Savio	ONG <i>Haburas Foundation</i>	mauverrosavio@gmail.com	25/05/2017
Jez Hunghanfoo	ONG Oxfam	jezhunghanfoo@gmail.com	29/05/2017
Cristalina Belo	Associação de moradores Comoro	noyikun1984@gmail.com	12/06/2017
Marlie Wolters	Dive o'clock (empresa de mergulho)	info@diveoclock.com	14/06/2017
Teresa Silveira	Hotel Timor	hoteltimor@foriente.minihub.org	15/06/2017
Joaquim Silva	Hotel Ramelau	hotelramelau@gmail.com	15/06/2017
John Edwards	Hotel Discovery Inn	info@discoveryinntimorleste.com	17/06/2017
Rui Guerra	Tibar Ximangano Beach Restaurant	info@tibarbeachretreat.com	18/06/2017
Mark Rothchild	Castaway Restaurant & Bar	info@divetimor.com	19/06/2017
Zeenat Awan	Diya Restaurant	info@diyabistro.com	21/06/2017
Jennifer Hailes	TripAdvisor	www.tripadvisorsupport.com	29/06/2017

Fonte: elaboração própria

Anexo 2 - Protocolos ambientais ratificados

Convenção de Viena <i>“Protocolo de Montreal”</i>	Mundial	Acordo ambiental multilateral firmado na Conferência de Viena de 1985, atuando como estrutura para os esforços internacionais para proteger a camada do ozono.
Convenção Quadro das Nações Unidas Sobre as Alterações Climáticas <i>“Protocolo de Quioto”</i>	Mundial	Tratado internacional resultante da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), informalmente conhecida como a Cúpula da Terra. Este tratado foi firmado por quase todos os países do mundo e tem como objetivo a estabilização da concentração de gases do efeito estufa na atmosfera em níveis tais que evitem a interferência perigosa com o sistema climático.
Convenção Sobre Diversidade Biológica	Mundial	Como o seu nome sugere, trata da proteção e do uso da diversidade biológica em cada país signatário, possuindo três objetivos principais: a conservação da diversidade biológica, o seu uso sustentável e a distribuição justa e equitativa dos benefícios advindos do uso econômico dos recursos genéticos, respeitada a soberania de cada nação.
Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação	Mundial	Tratado internacional multilateral relacionado à proteção do meio ambiente e que, como seu nome sugere, tem como objetivo central combater à desertificação, um dos grandes problemas contemporâneos.
Agenda 3030	Mundial	17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fixados numa cimeira da ONU, em Nova Iorque (EUA), que reuniu os líderes mundiais para adotar uma agenda ambiciosa com vista à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento econômico, social e ambiental à escala global até 2030, conhecida como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
<i>Coral Triangle Initiative</i>	Internacional (Ásia e Pacífico)	Parceria conjunta de 6 países (Indonésia, Malásia, Filipinas, Papua Nova Guiné, Salomão Ilhas, Timor-Leste), e várias ONG e OIG: para manter recursos marinhos e costeiros, abordando questões cruciais como a segurança alimentar, as mudanças climáticas e a biodiversidade marinha.

Fonte: elaboração própria

Anexo 3 - Instrumentos de planeamento/proteção ambiental nacionais

Documento	Abrangência	Caraterísticas/Objetivos
Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011 - 2030	Nacional	Estratégia económica e política fundamental marcada pela formação e implementação inicial de políticas económicas e fiscais com vista ao desenvolvimento de Timor-Leste.
Lei de Bases do Ordenamento do Território	Nacional	Princípios orientadores e objetivos da Administração, identifica os diversos interesses públicos com dimensão territorial, utiliza os instrumentos de planeamento territorial como meio de intervenção da Administração Pública.
Lei de Bases do Meio Ambiente	Nacional	.Base jurídica orientadora para a criação de diversa legislação e regulamentação complementar fundamental.
A Estratégia e Plano de Ação da Biodiversidade Nacional	Nacional	Base das medidas a serem tomadas relativamente à conservação da biodiversidade no País
Programa de Ação Nacional de Adaptação (NAPA)	Nacional	Medidas para a adaptação aos efeitos adversos das alterações climáticas e para garantir que o desenvolvimento económico é levado a cabo de forma sustentável.
Sistema de Licenciamento Ambiental	Nacional	Permite prevenir os impactos negativos no meio ambiente, em vez de combater posteriormente os seus efeitos, tendo por base a avaliação ambiental das intervenções de natureza pública ou privada.
Sistema de Licenciamento Ambiental	Nacional	Sistema incremental para responder às necessidades de prevenção dos impactos negativos ambientais em função da complexidade dos projectos e atendendo à realidade económica e social de Timor-Leste. Concebe a atribuição das licenças ambientais e sua fiscalização.
Zona de Limitação à construção do Parque Nacional <i>Konis Santana</i> (Resolução do Governo n.º 8/2007)	Regional	Área protegida, e o primeiro parque nacional criado em Timor-Leste. Abrangendo uma área total de 1.236 km², incluindo uma área marinha rica em formações de coral, inclui um amplo leque de paisagens terrestres e marinhas, além da maior área sobrevivente de terras alagadas tropicais e de floresta tropical de monção, incluindo uma grande variedade de habitats, destacando-se pela biodiversidade da sua fauna e flora.
Plano Regional de Ordenamento do Território de Âmbito Supramunicipal	Regional	instrumento de planeamento territorial com âmbito territorial mais alargado do que um município e que abrange uma determinada região do território, com conteúdo, função e força vinculativa equivalentes a um plano municipal de ordenamento do território.
Planos Estratégicos Distritais e de Cooperação,	Municipal	Regime Jurídico da Edificação e Urbanização e o Regime Jurídico de Classificação e Qualificação do Solo.

Fonte: elaboração própria

Anexo 4 - Ligações aéreas regulares ao território

Companhia	Vôo	Sede	Frequência semanal	Preço médio ida e volta (US\$)	Website
<i>Air North</i>	Díli - Darwin	Darwin (Austrália)	7	654	www.airnorth.com.au
<i>Air Timor</i>	Díli-Singapura	Díli (Timor-Leste)	7	883	www.air-timor.com
<i>Garuda</i>	Díli - Darwin	Jacarta (Indonésia)	2	452	www.batavia-air.com
<i>Merpati Nusantara</i>	Díli - Denpasar (Bali)	Jacarta (Indonésia)	7	437	www.merpati.co.id
<i>Qantas Airways</i>	Díli - Darwin	Sydney (Austrália)	7	679	www.qantas.com.au
<i>Nam Air</i>	Díli - Denpasar (Bali)	Jacarta (Indonésia)	7	476	www.flynamair.com
<i>Citylink</i>	Díli - Denpasar (Bali)	Jacarta (Indonésia)	7	458	www.citilink.co.id

Fonte: elaboração própria com base em informação do Aeroporto Internacional de Díli disponível em <http://worldaerodata.com> consultado em 14/03/2017

Anexo 5 - Rede rodoviária principal



Fonte: Ezilon.com/maps (acedido em 03/02/2017)

Anexo 6 - Exemplo de um moderno aproveitamento multimodal



Fonte: Marketdevelopmentfacility.org (acedido em 04/04/2017)

Anexo 7 - Lista dos bancos a operar em território timorense

Central Bank of Timor-Leste	bancocentral.tl/ 	Número de cidades 2	Número de agências 2
Bank Mandiri East Timor	bankmandiri.co.id/ 	Número de cidades 1	Número de agências 1
ANZ Bank East Timor	anz.com/timorleste/ 	Número de cidades 1	Número de agências 1
Banco Nacional Ultramarino East Timor	bnu.tl/ 	Número de cidades 0	Número de agências 0
Asian Development Bank East Timor	adb.org/ 	Número de cidades 1	Número de agências 1
Caixa Geral de Depositos East Timor	cgd.pt 	Número de cidades 0	Número de agências 0

Fonte: Adaptado a partir de www.bancocentral.tl/pt consultado em 03/08/2017

Anexo 8 - Roteiro de entrevista à Embaixada



Mestrado em Políticas Públicas e Projetos

Roteiro de Entrevista à Sr^a Embaixadora de Timor-Leste em Portugal

Para a dissertação: *Timor-Leste: Políticas Públicas para o desenvolvimento do setor turístico.*

Dr^a Maria Paixão da Costa



Licenciada em Ciência Política pela Universidade Nacional de Timor-Leste, Maria Paixão da Costa, 53 anos, é mãe de 10 filhos e desde a restauração da independência, até 2012, foi deputada, chegando a ocupar o cargo de vice-presidente do parlamento do país.

Embaixadora da República Democrática de Timor-Leste em Portugal desde 24 /02/2014 (atualmente também responsável por Cabo-Verde).

1 - V.ª Ex.ª considera a atividade turística de Timor-Leste como um objetivo estratégico para o governo?

2 - Na sua opinião qual é o grau de sensibilização para o potencial turístico de Timor-Leste?

3 - Quais são os pontos fortes em termos de oferta turística da costa timorense?

6 - Quais são os pontos menos fortes em termos de aproveitamento turístico da costa timorense?

7 – Considera haver ameaças ao sucesso do turismo costeiro em Timor-Leste?

8 – Qual é a sua opinião sobre as principais oportunidades para o desenvolvimento do turismo balneal em Timor-Leste?

9 - Que papel poderá ter o Estado Timorense para promover o desenvolvimento do turismo litoral?

10 - Como a senhora embaixadora pensa ser possível alavancar o turismo de TL para outros países e até a nível mundial?

11 - Que acções já se encontram em prática no que respeita à dinamização e regulamentação do setor turístico no país?

12 - De que maneira estão protegidos os interesses das populações locais em relação a investimentos atuais e futuros?

13 - De que maneira está protegido o Meio Natural em relação às consequências de investimentos atuais e futuros?

Anexo 9 - Roteiro de entrevistas a empresários do setor



Mestrado em Políticas Públicas e Projetos

Para a dissertação: *Timor-Leste: Políticas Públicas para o desenvolvimento do setor turístico.*

Guião para entrevista a empresário do setor turístico

- Qual a sua percepção sobre o setor turístico costeiro timorense em termos de:

Pontos de interesse:	Muito Insatisfatório	Pouco Satisfatório	Satisfatório	Muito Satisfatório	Excelente	Não sabe / Não responde
Recursos Naturais (praias, recifes, ilhas, vegetação outros)						
Recursos culturais (monumentos, gastronomia, folclore, artesanato)						
Localização geográfica						
Recursos humanos, qualidade dos profissionais						

Clima político						
Política Fiscal						
Segurança e policiamento						
Serviços de saúde						
Infraestruturas de transporte e acessibilidades						
Redes de informação e comunicação						
Hospitalidade dos residentes						
	Não existente	Muito fraca	fraca	forte	Muito forte	Efetiva
Motivação para investir em Timor-Leste						
	Muito Fraca	Fraca	Razoável	Boa	Muito Boa	Excelente
Satisfação com o investimento em Timor-Leste						
Que pontos considera serem os mais fortes e quais considera serem os mais fracos para potenciais investimentos em Timor-Leste						
Questões específicas sobre o tipo de negócio/estabelecimento em causa						
Outras declarações do entrevistado						

Anexo 10 - Roteiro de Entrevista ao antigo Presidente da República



Mestrado em Políticas Públicas e Projetos

Roteiro de Entrevista ao Sr. Dr. José Ramos Horta

Para a dissertação: *Timor-Leste: Políticas Públicas para o desenvolvimento do setor turístico.*



Co-fundador da FRETILIN. Porta-voz da resistência timorense no exílio durante a ocupação.

Político e jurista, Presidente da República Democrática de Timor-Leste de 2007 a 2012.

Ex-Primeiro-ministro e antigo Ministro de Negócios Estrangeiros de Timor-Leste.

Grã-Cruz da Ordem da Liberdade e Grande-Colar da Ordem do Infante D. Henrique. Prémio Nobel da Paz. Membro da Global Leadership Foundation (GLF)

1 – Considera a atividade turística em Timor-Leste um objetivo estratégico importante?

2 – Na sua opinião qual é o grau de sensibilização dos timorenses e dos estrangeiros para o potencial turístico de Timor-Leste?

3 – Quais são os pontos fortes em termos de oferta turística do litoral timorense?

4 – Quais são os pontos menos fortes em termos de aproveitamento turístico das praias timorenses?

5 – Considera haver ameaças ao sucesso do turismo costeiro em Timor-Leste?

6 – Qual é a sua opinião sobre as principais oportunidades para a o desenvolvimento do turismo balnear em Timor-Leste?

7 – Que papel poderá ter o Estado Timorense para promover o desenvolvimento do turismo litoral?

8 – Como pensa V^a Ex^a ser possível alavancar o turismo de TL para outros países e até a nível mundial?

9 – Que acções já se encontram em prática no que respeita à dinamização e regulamentação do setor turístico no país?

10 – De que maneira estão protegidos os interesses das populações locais em relação a investimentos atuais e futuros?

11 – De que maneira está protegido o Meio Ambiente em relação às consequências de investimentos atuais e futuros?

Anexo 11 - Roteiro de Entrevista ao Ministro do Desenvolvimento



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

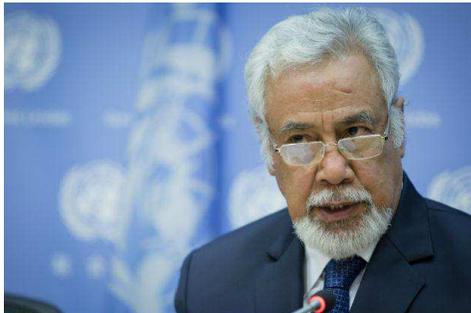
Mestrado em Políticas Públicas e Projetos

Ano letivo 2016/2017

Roteiro de Entrevista ao Sr. José Alexandre "Xanana" Gusmão

Para dissertação sobre *Políticas Públicas no Setor do Turismo em Timor-Leste*

pelo mestrando Altino Ribeiro, sob a orientação da Prof.^ª Dr.^ª Gertrudes Guerreiro



Um dos principais activistas pela independência de seu país, tendo sido durante largos anos chefe da resistência timorense, durante a ocupação indonésia. em abril de 2002, deram-lhe a vitória de forma retumbante, convertendo-o no primeiro presidente de Timor-Leste quando o país se tornou formalmente independente, em 20 de maio de 2002. Funda, a de 30 de Junho, um novo partido político cuja sigla é CNRT. Do ato eleitoral sai indigitado como novo primeiro-ministro do país. Em janeiro de 2015, Xanana Gusmão anunciou que iria abandonar o ser cargo de primeiro-ministro. Desde março de 2015 é o ministro do Planeamento e Investimento Estratégico de Timor-Leste.

1 – Considera a atividade turística de Timor-Leste um objetivo estratégico importante?

2 – Na sua opinião qual é o grau de sensibilização dos timorenses e dos estrangeiros para o potencial turístico de Timor-Leste?

3 – Quais são os pontos fortes em termos de oferta turística do litoral timorense?

4 – Quais são os pontos menos fortes em termos de aproveitamento turístico das praias timorenses?

5 – Considera haver ameaças ao sucesso do turismo costeiro em Timor-Leste?

6 – Qual é a sua opinião sobre as principais oportunidades para a o desenvolvimento do turismo balnear em Timor-Leste?

7 – Que papel poderá ter o Estado Timorense para promover o desenvolvimento do turismo litoral?

8 – Como pensa V^a Ex^a ser possível alavancar o turismo de TL para outros países e até a nível mundial?

9 – Que acções já se encontram em prática no que respeita à dinamização e regulamentação do setor turístico no país?

10 – De que maneira estão protegidos os interesses das populações locais em relação a investimentos atuais e futuros?

11 – De que maneira está protegida o Meio Ambiente em relação às consequências de investimentos atuais e futuros?

Anexo 12 - Guião de entrevistas ONG/particulares



Roteiro de Entrevista a ONG e residentes

Para dissertação sobre Políticas Públicas no Setor do Turismo em Timor-Leste

pelo mestrando Altino Ribeiro, sob a orientação da Prof.^ª Dr.^ª Gertrudes Guerreiro

Ano letivo 2016/2017



1. Como avalia as condições sociais e económicas em Timor-Leste?
2. Quais os principais problemas sociais e económicos que a sua comunidade enfrenta?
3. No geral, como avalia a atual conjuntura turística do país e da sua região?
4. Considera o turismo nacional e local sustentável?

5. Considera que população local é devidamente envolvida no processo de planeamento turístico?

6. A população local tem beneficiado com o crescimento do turismo?
 - 6.1. Se sim, em que medida?

 - 6.2. Se não, porque razões?

7. Que serviços e produtos locais são absorvidos pelo mercado turístico?

8. Que perspectivas tem quanto à procura e ofertas turísticas do país nos próximos anos?

9. Acha que na ilha ainda há recursos e oportunidades suscetíveis capazes de serem aproveitadas e valorizadas turisticamente?
 - 9.1 se sim, quais?

10. Como avalia o impacto turístico na meio-ambiente a nível nacional e local?

11. Qual o papel das ONG e associações comunitárias no desenvolvimento sustentável do turismo em Timor-Leste?

Anexo 13 - Questionário aos visitantes



(University of Évora - Portugal)

Questionnaire

For Timor-Leste visitors



(This data will be used just for a dissertation on Public Polices, not for bussiness purposes)

Dear visitor!

Your holidays in Timor-Leste have been our concern for a few months. We hope that with your help and cooperation we can make your stay here even more enjoyable. We would like to ask for your help and thank you in advance for filling out this form. We would also like to stress that all data will be used EXCLUSIVELY for the needs of the present research.

We hope after this research to be able to create officially the “Timor-Leste visitor profile” so that any one related to this country tourism can be advised and steered in the right direction about any development that needs (or doesn’t need) to take place in this place. The aim of this action is to help our area creating and maintaining a well-balanced business environment between Timor-Leste visitors, the local people and the local authorities.

**1. How did you get information about this destination?
(More than one answer allowed)**

Other:

2. How did you book your accommodation? (More than one answer allowed)

In person at a travel agency in your own country

By phone at a travel agency in your own country

Through the internet at a travel agency in your own country

Through the internet (other) Directly at the hotel

Other:

3. How many times have you visited Timor-Leste before?

None 1 time 2 times 3 times

4 times 5 times or more

4. What was the aim of your holidays? (More than one answer allowed)

Work **Walking and nature** **Diving** **Honeymoon**

Cultural holiday **Festival** **Nightlife** **Spiritual holiday**

Eco-tourism **Active holiday** **Family visit**

Beach **Relaxing**

Other:

5. Did your trip meet your expectations?

Completely **For the greater part** **Partly**

Not really **absolutely not**

If answered “not really” or “absolutely not” please state why:

6. What did you LIKE the most during your visit to Timor-Leste?

7. What did you DISLIKE the most during your visit to Timor-Leste?

8. Would you visit Timor-Leste again within the coming 5 years?

Yes **No (go to question 11)** **I don't know (go to question 10)**

9. What would be your aim in your next holiday to Timor-Leste? (More than one answer allowed)

Work **Walking and nature** **Diving** **Honeymoon**
Cultural holiday Festival **Nightlife** **Spiritual holiday**
Eco-tourism **Active holiday** **Family visit** **Beach**
Relaxing

Other:

10. What changes would you like to see in your next visit?

11. How long did you stay in Timor-Leste?

12. In what kind of accommodation did you stay? (More than one answer allowed)

Hotel **Bungalow**
Apartment **Apartment in a complex**
Villa with pool **Own house** **Friends** **Family**
Camper/caravan/tent

Other:

13. What means of transportation did you use in Timor-Leste?

14. Which other places you visited outside Díli?

15. What were your costs for the trip and accommodation per person in US\$?

(If you booked a package holiday)

Under 250 250 to 500 500 to 750 750 to 1000

1000 to 1250 1250 to 1500 1500 to 1750

1750 to 2000 Over 2000

16. What were your costs for accommodation only in Timor-Leste per person per day in US\$?

(If you booked accommodation separately)

Under 10 10 to 20 20 to 30 30 to 40

40 to 50 Over 50

17. How much did you spend in Timor-Leste per person per day for food and drinks in US\$??

Under 10 10 to 20 20 to 30 30 to 40

40 to 50 Over 50

18. Please evaluate the quality of your accommodation by selecting the proper emoticon

Overall quality of the accommodation.

Value for money

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Behavior and professionalism of the staff and owners.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Ambiance of the garden and surroundings of the accommodation.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Ambiance of the inside of the accommodation.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Cleanliness of the accommodation.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Facilities/equipment of the accommodation.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

19. Please evaluate the quality of restaurants, cafés and bars you attended.

Overall quality of restaurants, cafés and bars you visited.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Value for money of restaurants, cafés and bars you visited.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Behavior and professionalism of the staff and owners.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

20. Please evaluate the quality of our beaches.

Overall beach quality

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Beach cleanliness

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Beach signs, information and accessibility

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Security/safety

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Behavior and professionalism of the beach staff

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

21. Please evaluate the different aspects of this country:

Nature resources and preservation

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Beaches.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Local life style.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Historical sites.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Sport activities

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Accommodation.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Nightlife.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Shopping.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Hospitality.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Tourist information.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Feeling of safety.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Quality of medical services.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Money withdrawal facilities (ATM).

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

Quality of communications: phone, internet, post and other.

				
Excellent	Good	Average	Poor	Very Poor
<input type="checkbox"/>				

What is your age group?

- Up to 18 years 18-24 years 25-29 years 30-34 years
35-39 years 40-44 years 45-49 years 50-54 years
55-59 years 60-64 years 65 years and more

23. What is your current professional Status?

Student **Self employed** **Employed full-time**
Employed part-time **Unemployed/Retired**

24. What is your academic level?

Less than high-school **High-school**
Professional/technical diploma **University degree**
No formal degree

25. In which country do you live most of the year?

26. Did you went to Timor-Leste with anybody?

Alone **With friends and family**
With family **With friends/colleagues**

Date: 2017/___/___
(Year /month/day)

Name (optional):.....

Email (optional):@.....

Thank you so much, for your time and concern!